

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Geografia



Dissertação de Mestrado

Mais ao Sul: os coletivos criminais e os territórios-rede do tráfico de drogas ilícitas na fronteira do Brasil-Uruguai.

Antonio Lourence Kila de Queiroz

Pelotas, 2022.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

Q3m Queiroz, Antonio Lourence Kila de

Mais ao Sul : os coletivos criminais e os territórios-rede do tráfico de drogas ilícitas na fronteira do Brasil-Uruguai / Antonio Lourence Kila de Queiroz ; Tiaraju Salini Duarte, orientador. — Pelotas, 2022.

137 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Território-redes. 2. Fronteira. 3. Coletivos criminais. 4. Tráfico de drogas. I. Duarte, Tiaraju Salini, orient. II. Título.

CDD : 363.45

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

Antonio Lourence Kila de Queiroz

Mais ao Sul: os coletivos criminais e os territórios-rede do tráfico de drogas ilícitas na fronteira do Brasil-Uruguai.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Tiaraju Salini Duarte

Pelotas, 2022.

Antonio Lourence Kila De Queiroz

Mais ao Sul: os coletivos criminais e os territórios-rede do tráfico de drogas ilícitas na fronteira do Brasil-Uruguai.

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas

Pelotas, outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte (Orientador e Presidente da Banca) Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes
Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Adriana Dorfman
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Robinson Santos Pinheiro (Suplente)
Doutor em Geografia pela Universidade de Goiás

À minha mãe, Margarete Ruszkowski Kila, dedico

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte por seu apoio não apenas em questões acadêmicas, mas também as angústias pessoais que traçar uma carreira enquanto professor e pesquisador pode trazer em um país como o nosso. Lembro das advertências de minha mãe sobre os professores universitários serem mais distantes dos alunos, devido às suas demandas. Fico extremamente feliz em reconhecer que, no caso de meu orientador, esta distância nunca se fez presente. Agradeço não apenas a orientação, mas a amizade, carinho e atenção ao longo destes dois anos.

Agradeço também aos meus amigos, William Martins, Yves Tavares, Tulio Amarillo e Guilherme Cabreira por todas as conversas. Sejam as de cunho acadêmico que sempre foram extremamente úteis, mas, principalmente, as conversas trocadas entre risadas e reclamações. Vocês tornaram essa caminhada imensamente mais rica e divertida. Agradeço ainda meu amigo Eduardo Schumann por ter produzido todos os mapas aqui apresentados e ao João Pedro Orcina que foi de grande ajuda na realização das entrevistas, não sei o que seria desta pesquisa sem a ajuda de vocês.

Agradeço à minha mãe, Margarete Kila por sua força de vontade ao longo de toda sua história que me inspira cotidianamente, além de sempre ter me ajudado com tudo aquilo que precisei, sem a senhora nada disso seria possível. Agradeço ao meu pai, Juarês Queiroz, por todo apoio ao longo desta pesquisa.

Agradeço ainda aos meus avós, Iolanda Ruszkowski e Antonio Kila Neto, Maria Rodrigues e Lourenço Queiroz por terem lutado pela Reforma Agrária ocorrida em nosso querido Banhado do Colégio. Escutar as histórias contadas por e sobre vocês durante o período de Reforma Agrária me ensinou sobre Geografia muito mais do que eu poderia imaginar. A luta de vocês continua a dar frutos ainda hoje. Só sou porque vocês são e foram.

O crime, mesmo o organizado, ameaça, de certo modo, a democracia; não tanto as instituições da democracia representativa de per se, mas sobretudo a vivência democrática no cotidiano. A criminalidade, porém, não ameaça o capitalismo, nem intencionalmente, nem efetivamente. (SOUZA, 1998, p. 3)

Resumo

KILA, Antonio. **Mais ao Sul**: os coletivos criminais e os territórios-rede do tráfico de drogas ilícitas na fronteira do Brasil-Uruguai. Orientador: Tiaraju Salini Duarte. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Os coletivos criminais envolvidos com o tráfico de drogas ilegais, popularmente conhecidos como “facções”, emergiram como estruturas organizadas no Brasil principalmente no final do século XX. Assim, esta atividade passa a se estruturar tendo como um dos seus pilares a construção de cadeias logísticas multiescalares e, nesse contexto, o estado do Rio Grande do Sul ganha destaque no século XXI devido à existência de atores sociais que passam articular o tráfico em diversas áreas do estado. A partir desta perspectiva, elenca-se como objetivo geral da presente dissertação analisar o tráfico de drogas e a sua relação com a formação de territórios-rede por coletivos criminais na fronteira do Brasil com o Uruguai, buscando compreender as estratégias produzidas por estes grupos e os impactos na região. Como proposta metodológica, divide-se a pesquisa em etapas: a primeira centra-se na revisão bibliográfica de livros e trabalhos acadêmicos que tratam dos conceitos basilares da pesquisa. Após, foi realizado um levantamento de dados em fontes oficiais acerca dos indicadores criminais dos municípios fronteiriços. Em conjunto com este momento utilizamos a metodologia hemerográfica para a realização do levantamento de informações em reportagens de jornais locais e regionais que versem sobre o objeto da presente pesquisa. Como terceira etapa foi aplicado um questionário a agentes da segurança pública atuantes na região da fronteira. Por fim, foi realizada a tabulação, análise e espacialização dos dados. Como resultados da pesquisa podemos compreender que o tráfico de drogas no estado territorializa-se em municípios fronteiriços entre o Brasil e Uruguai de forma desigual, com diferentes características e funções dependendo da localidade.

Palavras-chave: Território-redes. Fronteira. Coletivos criminais. Tráfico de drogas.

Abstract

KILA, Antonio. **Further to the South**: criminal groups and the network-territories of illicit drug trafficking on the Brazil-Uruguay border. Advisor: Tiaraju Salini Duarte. 2022. Dissertation (Master in Geography) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

Criminal collectives involved in the trafficking of illegal drugs, popularly known as “factions”, emerged as organized structures in Brazil, mainly at the end of the 20th century. Thus, this activity starts to be structured having as one of its pillars the construction of multiscale logistics chains and, in this context, the state of Rio Grande do Sul gains prominence in the 21st century due to the existence of groups that begin to articulate trafficking in several areas of the state. From this perspective, the general objective of this dissertation is to analyze drug trafficking and its relationship with the formation of territories-network by criminal groups on the border between Brazil and Uruguay, seeking to understand the territorializing strategies produced by these groups and the impacts on the region. As a methodological proposal, the research is divided into stages: the first focuses on the bibliographic review of books and academic works that deal with the basic concepts of the research. Afterwards, a survey of data was carried out in official sources about the criminal indicators of the border municipalities. In conjunction with this moment, we used the hemerographic methodology to carry out the collection of information in reports from local and regional newspapers that deal with the object of this research. As a third step, a questionnaire was applied to public security agents working in the border region. Finally, data tabulation, analysis and spatialization were performed. As a result of the research, we can understand that drug trafficking in the state is territorialized in border municipalities between Brazil and Uruguay unequally, with different functions.

Key-words: Territory-networks. Border. Criminal collectives. Drug trafficking.

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa de delimitação do campo empírico da pesquisa.....	19
Figura 02: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Tráfico" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.....	27
Figura 03: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Segurança Pública" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.	28
Figura 04: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Território-Rede" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.	28
Figura 05: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Tráfico" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.....	29
Figura 06: Gráfico do Número de apreensões de entorpecentes no Rio Grande do Sul. 2005-2019.	32
Figura 07: Organograma síntese da metodologia.	39
Figura 08: Gráfico da População Urbana e Rural nos Municípios Fronteiriços - 2010.	60
Figura 09: Mapa de Rodovias que compõem a fronteira norte e sul do estado do Rio Grande do Sul.	62
Figura 10: Rodovias, Estrutura Urbana e Departamentos Fronteiriços do Uruguai...64	
Figura 11: Mapa das Áreas de Entrada dos entorpecentes no Brasil na região Centro-Oeste e Sul e os principais centros consumidores.....	72

Lista de Tabelas

Tabela 1: Apreensão de maconha entre 2017 e 2019 nas rodovias federais do Rio Grande do Sul.	32
Tabela 2: Histórico da taxa de homicídios dolosos por 100.000 habitantes nos municípios fronteiriços.....	94

Lista de Quadros

Quadro 1: Características Populacionais dos Municípios Fronteiriços - 2010.....	58
Quadro 2: Características Econômicas dos Municípios Fronteiriços.....	60

Lista de Abreviaturas e Siglas

BM	Brigada Militar
BNC	Bala Na Cara
BR	Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CV	Comando Vermelho
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa Em Geografia
FG	Falange Gaúcha
FV	Falange Vermelha
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- riograndense
PCPA	Presídio Central de Porto Alegre

PCC	Primeiro Comando da Capital
PC	Polícia Civil
PNU	Polícia Nacional Uruguaia
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PY	Paraguai
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMSG	Região Metropolitana da Serra Gaúcha
RS	Rio Grande do Sul
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
TD	Temática Diferente
THC	Tetrahydrocannabinol
TI	Tecnologia de Informação

TS	Temática Similar
IRCAA	Instituto de Regularização e Controle da Cannabis
UY	Uruguai

Sumário

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Trajetória e contexto.	20
1.2. Justificativa	24
1.3 Objetivos.....	34
1.4 Metodologia	35
2. TRÁFICO DE DROGAS, TERRITÓRIO-REDE E A RELAÇÃO COM A FRONTEIRA.....	40
2.1 Notas preliminares: buscando uma definição do termo coletivos criminais.	40
2.2. Os primórdios do território na ciência geográfica.....	43
2.2 O território, as redes e o território-rede do tráfico de drogas.	46
2.4 O conceito de fronteira e a relação com o tráfico de drogas.....	50
3. FRONTEIRA E TRÁFICO DE DROGAS: O RECORTE BRASIL-URUGUAI	55
3.1 A fronteira Brasil-Uruguai e sua história	55
3.2. Os municípios fronteiriços no contexto atual	58
3.2.1 O "lado" brasileiro.....	58
3.2.2 O "lado" uruguaio	63
3.2.2.1 A regularização da maconha no Uruguai.....	68
3.3 Extremo Sul: Coletivos criminais no Rio Grande do Sul e a fronteira Brasil- Uruguai	69
3.3.1 O tráfico de drogas no Brasil: Coletivos criminais na escala nacional.	70
3.3.2 O Rio Grande do Sul e o tráfico de drogas: os Coletivos criminais regionais e a fronteira do Brasil com o Uruguai.	74

4. MAIS AO SUL: OS COLETIVOS CRIMINAIS E OS TERRITÓRIOS-REDE DO TRÁFICO DE DROGAS NA FRONTEIRA SUL BRASILEIRA.....	79
4.1 Redes de Poder: articulações reticulares entre o Uruguai, Paraguai e o estado do Rio Grande do Sul.....	79
4.2 Olhares sobre os indicadores criminais e a relação com a apreensão dos entorpecentes na fronteira sul.	84
4.2.1 Apreensão de entorpecentes ligados ao tráfico de drogas	85
4.2.2 Índices de homicídios dolosos	89
4.3 O território-rede dos coletivos criminais da RMPA e a fronteira sul brasileira.	95
4.3.1 A espacialização do tráfico de maconha no Rio Grande do Sul e a ação dos coletivos criminais na Fronteira Sul.	95
4.4 A Fronteira Sul: velhas rotas, novos atores.	100
4.4.1 Rotas históricas.....	101
4.4.3 Mais ao Sul: os territórios-rede dos coletivos criminais na fronteira Sul e as rotas do tráfico de drogas.....	104
5. Considerações finais	113
Referências bibliográficas	116
Apêndices.....	126

1. INTRODUÇÃO

O tráfico de drogas constitui-se como uma atividade produzida historicamente por diversos grupos, os quais constroem múltiplas estratégias de territorialização de suas ações no espaço ao longo de toda a cadeia produtiva. Dentro deste universo uma característica emerge, principalmente com a formação dos Estados-nacionais modernos e o estabelecimento de leis que restringem a circulação de determinadas mercadorias: As fronteiras como pontos nodais estratégicos para o tráfico.

Ao refletirmos sobre o conceito de fronteira compreende-se que o mesmo é polissêmico, transpassando discussões que vagam por diversas escalas de análise. Desde a perspectiva clássica do estabelecimento de limites político-administrativos até as discussões que envolvem as inúmeras fronteiras produzidas por atores sociais, as quais são derivadas dos processos de identificação. Neste sentido, conforme salienta Haesbaert (2009), a fronteira apresenta-se como um componente de qualquer território.

Na análise teórica levantada por esta pesquisa, compreende-se a fronteira por duas vertentes: a primeira centra-se na visão clássica da política internacional, a qual estabelece discussões que versam acerca dessa enquanto limite entre Estados soberanos, cada qual com seu conjunto de leis (MATIAS, 2005). A segunda perspectiva nos remete ao entendimento da fronteira enquanto um campo de disputas não só entre Estados, mas também derivado do interesse de grupos relacionados ao tráfico de drogas internacional, os quais buscam transpor limites administrativos, produzindo um território transfronteiriço do crime organizado.

Assim, pesquisar sobre o tráfico de drogas ilícitas em áreas de fronteira nos remete a compreender que existem diferentes interações com o espaço geográfico que compõem este fenômeno, as quais são articuladas por meio de atores atuantes em escalas distintas objetivando controlar áreas para colocar seus produtos em movimento. De acordo com Machado (2009; 2011), a formação de redes ilegais que compõem/produzem o território desenvolve-se através de estratégias que visam essencialmente o domínio espacial em prol de facilidades logísticas para abastecer o mercado consumidor.

Neste contexto, o território brasileiro apresenta-se como um dos principais países no que tange ao abastecimento de entorpecentes ilegais¹. Tal situação decorre devido a algumas estruturas, como as mudanças no processo de distribuição dos entorpecentes na América Latina nos anos de 1990 (STEIMAN, 2006), a presença de grupos organizados que estruturam esta atividade e a existência de uma base técnico-material no território nacional (rodovias, aeroportos e portos) que possibilita a formação contínua de fluxos com destino ao mercado nacional e internacional.

Santos (1996, p. 181) salienta que a análise dos fluxos é imprescindível para compreender determinada situação, tendo em vista que no “sistema global a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita”. A evolução no sistema técnico produtivo do universo das drogas ilegais (o qual aumentou a produtividade local), foi acompanhada pelo desenvolvimento nos meios de transporte em conjunto com o crescimento do mercado consumidor. Ocasionalmente, assim, transformações na forma como ocorre o processo logístico de controle e distribuição dos mais variados entorpecentes ilícitos.

As mudanças de ordem técnica serão acompanhadas por transformações na forma de organização de grupos que atuam em atividades ilícitas, tendo em vista que após a década de 1990 o tráfico de drogas tornou-se a principal atividade econômica de financiamento dos coletivos criminais (MANSO e DIAS, 2018). Destaca-se que no primeiro momento as atenções restringiam-se ao domínio do varejo nos bairros dos maiores municípios brasileiros; todavia, na virada do século alguns grupos organizados passam a produzir estratégias para expandir suas redes de contato, tanto na escala nacional como internacional (MANSO E DIAS, 2018; ABREU, 2017).

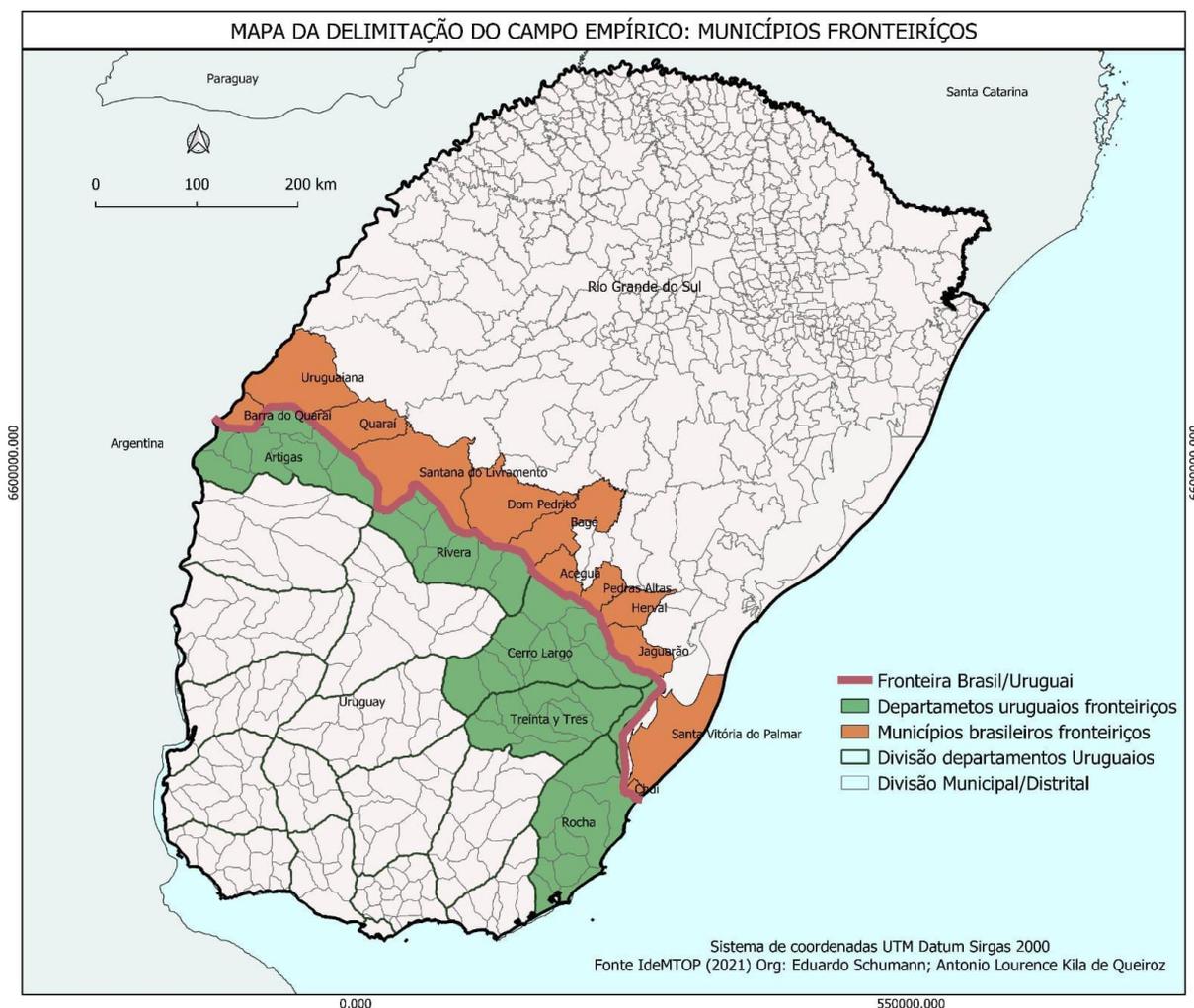
Logo, o processo de territorialização do tráfico de drogas encontra-se atrelado a ideia de controle de fluxos e fixos espaciais que buscam dar fluidez às mercadorias. A integração vertical entre as múltiplas escalas (do [inter]nacional ao local e vice-versa) possibilita que territórios-redes sejam construídos e facilmente desconstruídos através de ações diversas, como conflitos com autoridades locais, aumento de fiscalização, confrontos entre coletivos criminais, conflitos internos aos grupos, etc.

¹ Na presente pesquisa utiliza-se a palavra entorpecente para caracterizar todas as substâncias que se utilizadas provocam alterações físicas e psicológicas no ser humano, tais como crack, maconha ou cocaína.

Assim, os grupos que produzem o fenômeno do tráfico de drogas estão imersos em um processo de des-re-territorialização devido à inconstância gerada por esta atividade. A integração/organização territorial dá-se na forma de territórios-rede e produzem uma multiterritorialidade, pois coexistem territórios-redes e territórios-zona (HAESBAERT, 2019).

No contexto do campo empírico de pesquisa (figura 01), a fronteira sul do Brasil com o Uruguai ganha notoriedade visto o crescimento no fluxo de entorpecentes ilícitos para o país vizinho, os quais originam-se no Paraguai e atravessam o estado do Rio Grande do Sul.

Figura 01: Mapa de delimitação do campo empírico da pesquisa.



Fonte: IBGE, 2020. Organizado pelos autores.

A escolha deste recorte justifica-se tendo em vista que estes municípios compõem o limite entre os Estados. A fronteira entre o Brasil e o Uruguai possui ao longo de sua história processos de integração que possibilitaram o surgimento de pequenos núcleos populacionais com densidades e importância distintas na rede urbana. Além disso, a existência de cidades-gêmeas, com o espaço urbano integrado, facilita a entrada e saída de artigos de grande interesse por estes grupos.

No caso dos coletivos criminais relacionados ao tráfico de drogas, muito além de passar pela linha divisória entre os Estados, todo o caminho ao centro de dispersão de mercadorias é complexo e denota a necessidade logística de pensar o território. Assim, a fronteira apresenta-se como um ponto de significativo interesse, correlacionado a uma rede de municípios que são bases estratégicas e que fazem parte de uma possível rota arquitetada pelos coletivos criminais. Como demonstram Manso e Dias (2018) mais importante que produzir a droga em si, o grande desafio para os grupos criminosos é a formação de uma rede de contatos no território, a qual possibilitará escoar o produto até os mercados finais.

Com este processo, levanta-se a hipótese da pesquisa, a qual parte da perspectiva que existe na fronteira do Brasil com o Uruguai a formação de territórios-rede do tráfico de drogas por meio da ação de coletivos criminais originários da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

1.1 Trajetória e contexto.

Neste momento utilizarei a construção textual em primeira pessoa, tendo em vista a necessidade de narrar, ainda que brevemente, minha caminhada até o momento. Para compreender minha relação com a Geografia e o tema de pesquisa aqui elencado, tomo como ponto de partida minha passagem como aluno do ensino médio. Durante aproximadamente dez anos tive total certeza que iria cursar Ciências Biológicas quando chegasse a tão esperada hora de entrar para uma universidade. Porém, ao começar no ensino médio, notei não só uma maior facilidade para compreender as ciências humanas, mas também um significativo interesse por esta grande área do conhecimento.

Destaco que, durante o ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul) campus Camaquã, estava realizando um técnico em Controle Ambiental quando, em conversa com o meu ex-professor de

Geografia do ensino médio, Prof. Edson Oliveira, surgiu a ideia de realizar o curso de Geografia no horizonte próximo. Em alguns diálogos com este docente, conversávamos sobre minha necessidade de entender os fenômenos sociais e naturais que me chamavam atenção, principalmente no período em que fui bolsista no laboratório de biologia coordenado pelo professor Josué Michels.

Nestas reflexões é que me convenci, indiferente da área, que gostaria de me tornar um pesquisador/professor. Entre um dos debates, confessei ao Prof. Edson que estava com uma grande dúvida com relação a minha carreira profissional, pois ao mesmo tempo que o estudo do mundo natural chamava atenção, os temas das ciências humanas pareciam extremamente atrativos e instigantes. Ao longo do diálogo, o professor me questionou: “olha Antonio, não é querer puxar o assado para meu lado, mas tu já pensou em cursar Geografia?”. Foi com essa breve conversa e com uma "simples" pergunta que surgiu a ideia de entrar para o curso de Geografia e, uma vez que a ideia ganha força, é difícil erradicá-la de nosso imaginário.

Assim, ingressei no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Pelotas, no primeiro semestre do ano de 2016. Neste ano, frente a uma nova caminhada profissional que se iniciava, participei de uma seleção para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, sendo agraciado com uma bolsa. O PIBID foi fundamental para minha percepção do que é ser professor, desde as leituras realizadas até a oficina itinerante da qual participei chamada “Impactos Ambientais e Recursos Hídricos” onde explorávamos a temática em questão. Também realizei algumas idas a uma escola onde iria trabalhar palestrando sobre temas diversos, mas acabei deixando o programa algum tempo antes de concluir todas as atividades em torno das palestras. Ainda no PIBID tive a primeira experiência organizando o evento “4ª Mostra e Seminário do PIBID Geografia UFPel: Políticas educacionais, Formação e identidade docente.” Além de fomentar minha relação com minha profissão, PIBID também foi responsável por integrar-me à faculdade, foi com este que tive experiências tanto burocráticas, conheci servidores e professores, sendo assim, o Programa de Iniciação à Docência foi responsável por iniciar-me em diversos âmbitos na universidade.

No ano de 2017 tive que voltar a morar em Camaquã, onde atuei como estagiário de Geografia na escola técnica agrícola Chequer Buchaim. Nessa, não apenas trabalhei como estagiário de geografia, mas também como responsável por

cuidar do intervalo, chamar para merenda, entre outras funções. Esse estágio foi de grande importância para conhecer a escola e entender como essa instituição funciona, além disso é uma escola que recebe alunos de bairros pobres da cidade, pude entender como o professor é importante mediando a relação deste aluno de uma comunidade pobre com a escola, entendi também que o fazer docente só pode ser pleno quando uma série de fatores funcionam.

Após passar 2017 viajando diariamente entre Pelotas e Camaquã, tive a chance de voltar a ter residência em Pelotas, podendo assim focar meu tempo nas atividades acadêmicas. Em 2018 ingressei no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, através do projeto de pesquisa “O Uso do Território Pelos Empreendimentos de Tecnologia da Informação e Comunicação: Um Estudo de Caso no Rio Grande do Sul”, sob coordenação da prof^a. Dr^a. Giovana Mendes de Oliveira. Esta atividade foi de suma importância para retomar discussões vinculadas à pesquisa, pois, meu último contato havia sido no ano de 2016 com o PIBID.

Com o ingresso no laboratório, pude participar como colaborador do projeto de ensino “conhecendo o LEUR”, o qual apresenta-se como uma excelente iniciativa para que os novos discentes possam conhecer e se integrar às atividades do referido laboratório.

Ainda no decorrer do ano de 2018 participei como bolsista de iniciação científica voluntário no projeto “A Geografia das empresas de TI no Brasil e sua lógica”, sob coordenação da prof^a. Dr^a. Giovana Mendes de Oliveira. Com minha inserção no laboratório e a orientação da referida docente, tive possibilidade/incentivo para participar de eventos científicos na área. Destaco os seguintes eventos: Seminário do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, Congresso de Iniciação Científica UFPel e Seminário Internacional de Estudos Urbanos e Regionais no qual publiquei os respectivos artigos Impactos Socioambientais na revitalização do porto de Pelotas e Quem são as maiores empresas de TI do Rio Grande do Sul; A geografia das Tecnologias de Informação (TI) e a organização do território gaúcho; Panorama da economia solidária no Rio Grande do Sul a partir do atlas da SENAES/MTE e A Disponibilidade de Banda Larga como fator para a Aglomeração de Empresas de TI na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Apesar de toda minha base em pesquisa derivar deste projeto que desenvolvi do início de 2018 a 2019, sendo bolsista FAPERGS, acabei por deixar o projeto. Após muito pensar sobre o assunto, resolvi mudar o objeto de pesquisa e começar a pesquisar sobre criminalidade e as facções criminais, é neste momento então, em 2019, que começo a fazer parte do projeto de ensino Geografia Política, Identidades e territorialidades e do grupo de pesquisa GEOTER. Aqui, aprofundo-me cada vez mais no estudo sobre território, redes, fronteiras, conflitos, violência, medo e poder. Diferentemente de boa parte dos colegas que ingressaram comigo no mestrado no início de 2020, tive que começar meu referencial bibliográfico do zero, pois passei boa parte da graduação (incluindo a produção do Trabalho de Conclusão de Curso) pesquisando sobre redes, tecnologia da informação, multinacionais, enfim, meu foco era voltado, principalmente, para a Geografia Econômica.

Aparte do conhecimento que já havia obtido durante minhas leituras sobre rede, os outros temas citados anteriormente necessitavam leitura extensa e rápida, para conseguir desenvolver a pesquisa. Para me ajudar em tal tarefa, meu orientador Prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte propôs que desenvolvêssemos um grupo de estudo focado em segurança pública. Assim nasce o GeoTer: Segurança Pública, uma derivação do grupo GeoTer, onde eu sou coordenador juntamente com Prof. Tiaraju. Neste grupo de estudo sou responsável por organizar um cronograma de textos e conduzir as discussões e debates, assim, consigo manter um ritmo constante de leitura, além de, obviamente, fomentar e auxiliar outras pesquisas no âmbito da segurança pública.

Enquanto membro do GeoTer e do GeoTer: Segurança Pública, publiquei alguns trabalhos entre eles destaco: "Entre corpos, territórios e significações da violência: a retaliação do corpo pós-morte como símbolo de poder dentro do sistema penitenciário brasileiro", publicado no III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XV Seminário de Pós- Graduação em Geografia — impactos e mutações no território brasileiro: da crise política a devastação ambiental no contexto da pandemia do covid-19; "Fronteiras e Ilegalismo: O papel do Estado do Rio Grande do Sul no Tráfico de maconha para o Uruguai no período de 2017 A 2019", publicado no II Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras; "Os territórios-redes do tráfico de drogas no Rio Grande do Sul: Os coletivos criminais da Região Metropolitana de Porto Alegre e sua expansão para as cidades-gêmeas entre BR-UY." publicado no XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Por fim, durante o

ano de 2020 participei da organização do evento XVI SEUR Seminário de Estudos Urbanos e Regionais: Crises, Conflitos e Alternativas no Espaço Urbano. Ainda no mesmo ano, ingressei como professor voluntário no curso pré-vestibular Desafio, vinculado à UFPel.

No que se refere ao contexto desta pesquisa e a escolha do tema, saliento que como originário de uma cidade pequena, com 60-70 mil habitantes, do interior do estado do Rio Grande do Sul, o crime, a violência e o medo não compõem a vida de parte da população. Mas, qualquer pessoa que aqui nasceu nos últimos 20 anos, consegue notar uma crescente nos três pontos citados neste parágrafo. O que antes era visto ou escutado em noticiários, que causava espanto em quem ouvia, foi cada dia tornando-se mais próximo da vivência cotidiana.

Durante meu ensino fundamental e médio foi possível visualizar um acréscimo de roubos, por exemplo. As ocorrências de homicídios dolosos que começam a tornar-se realidade durante o período que passei cursando a graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Pelotas e durante a escrita desta dissertação, torna-se ainda mais frequente.

Todo esse caminho trilhado na graduação e pós-graduação fez com que eu adquirisse experiência e iniciativa para, junto com mais colegas, desenvolvêssemos o ETHOS: Grupo de Estudos Libertários em Geografia e o Raízes Educação Popular Camaquense. O primeiro é um grupo de estudos voltado na leitura de obras geográficas libertárias, visto o descaso que autores como Elisée Reclus e Piotr Kropotkin, apesar de sua vasta contribuição para esta ciência, são tratados; além da leitura de clássicos, também realizamos a leitura de obras mais recentes de autores como Murray Bookchin e Marcelo Lopes de Souza. Raízes Educação Popular Camaquense é um curso pré-vestibular construído por um coletivo de professores de minha cidade natal, o qual tive o prazer de ser um dos co-fundadores juntamente com outros dois colegas e utilizar minha experiência no Desafio e PIBID para a realização do primeiro curso pré-vestibular popular de Camaquã.

1.2. Justificativa

Para compreender a importância do tema desta pesquisa é necessário construir uma justificativa que possibilite demonstrar a relevância do mesmo. Para tanto, optou-se por dividir este momento em dois recortes. No primeiro, é realizado

um estado da arte, no qual busca-se compreender as diversas pesquisas na área da geografia que versam sobre as temáticas que envolvem este objeto; no segundo, se constrói uma breve análise da relevância teórica do tema de pesquisa.

Neste sentido, como primeira etapa, estruturou-se uma pesquisa que possibilitasse entender a produção científica que envolva o tráfico de drogas, territórios-rede, segurança pública e sua relação com o conceito de fronteira. Optou-se por construir um estado da arte, o qual objetiva mapear, desvendar e examinar parte produção acadêmica através de um recorte empírico.

Conforme aponta Romanowski (2006, p.39)

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria [...] apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Assim, realizou-se um levantamento e revisão literária para compreender o que foi produzido sobre esta temática dentro das Ciências Humanas e mais especificamente na Ciência Geográfica. Como campo de pesquisa, optou-se pelas seguintes bases: Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o repositório SciELO. A escolha das bases de dados vincula-se à relevância das mesmas como repositório de pesquisa nacional e internacional. Por fim, os anos em que foram realizados os levantamentos variam, sendo que utilizamos o primeiro ano disponível em cada plataforma até o ano de 2019.

Para afunilar a pesquisa, no site da CAPES e SciELO utilizaram-se os filtros “Grande Área Conhecimento” e “Área Conhecimento”. Respectivamente foram selecionadas “Ciências Humanas” e “Geografia”; assim, eliminamos desta análise os trabalhos desenvolvidos em outras áreas do conhecimento.

O *software* utilizado para tabular os dados foi o Microsoft Excel o qual possibilitou a produção de tabelas e gráficos com os resultados encontrados. Os trabalhos foram separados por ano, temática similar, temática diferente e total. Os gráficos foram produzidos utilizando a função “análise rápida” fornecida pelo software mencionado e o total foi calculado através da função “AutoSoma”.

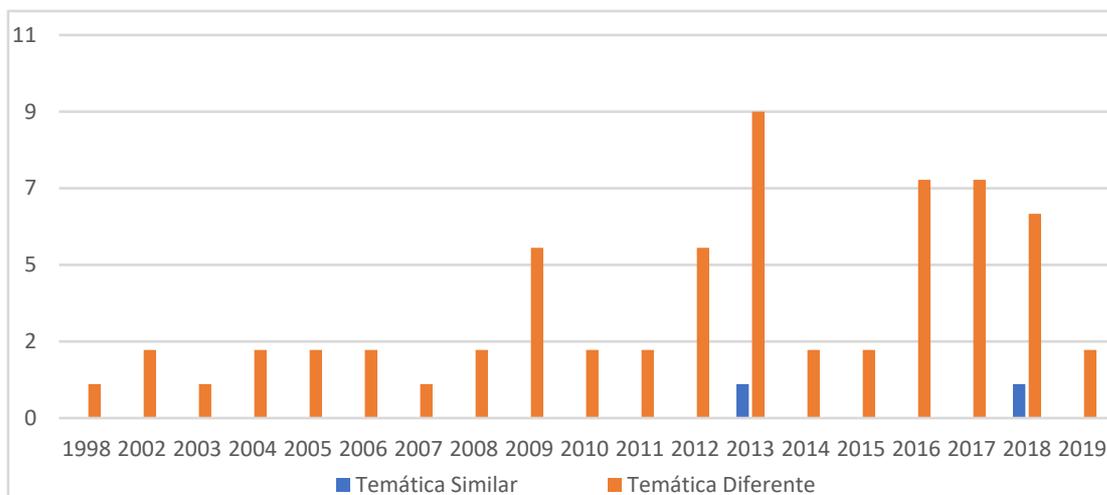
Após a escolha das bases de dados, foram definidas as palavras-chave, sendo elas: “tráfico”, “segurança pública” e “território-rede”. A palavra “tráfico” foi escolhida pela sua amplitude. Logo, foram encontrados trabalhos com temas diversos, como, por exemplo, o tráfico de seres humanos. A palavra “segurança pública” foi escolhida, pois, é uma das preocupações que coordenam a pesquisa. Considerando o aumento da violência em municípios da fronteira através da ação de coletivos criminais envolvidos com o tráfico de drogas e a falta de conhecimento sobre suas lógicas espaciais, as quais acabam dificultando a criação de legislações e ações com maior eficácia pelo poder público nestes espaços integrados. Por fim, a palavra-chave “território-rede” foi escolhida, pois, este é o conceito que orienta a pesquisa, conduzindo a abordagem para o destaque dos movimentos e fluxos criados por estes coletivos. Dentro de toda a pesquisa buscou-se observar quais trabalhos foram tratados como temática similar, vinculada sempre ao conceito de fronteira.

Assim, no processo de separação dos trabalhos relevantes ou não a pesquisa, foram criadas duas categorias: Temática Similar (TS) e Temática Diferente (TD). A primeira diz respeito àquelas pesquisas que estudam temáticas semelhantes ao tema da dissertação, ou seja, que versam sobre tráfico de drogas na fronteira; a segunda inclui aqueles trabalhos que apesar de possuírem alguma das palavras-chave, não se encaixam nos critérios recém citados.

O resultado das pesquisas realizadas no Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES são aqui apresentadas consoante as palavras-chave pesquisadas e com filtros devidamente aplicados. A palavra “tráfico” apresenta um total de 64 trabalhos entre teses e dissertações; a figura 02 apresenta a quantidade de trabalhos em cada uma das duas categorias (TS e TD) entre os anos de 1998 até 2019².

² Alguns anos não aparecem no gráfico, pois inexistente neste período produção que conste a palavra chave e encaixa-se nos filtros adicionados.

Figura 02: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Tráfico" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.



Fonte: catálogos de teses e dissertações da CAPES. Elaborado pelo autor.

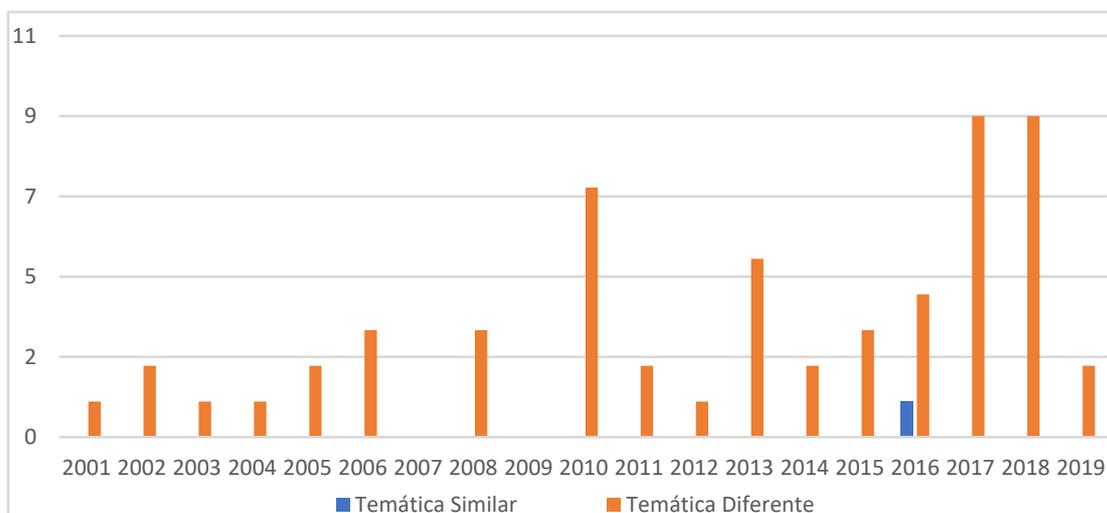
Como pode ser observado, há poucos estudos (entre teses e dissertações) na geografia sobre tráfico na fronteira. Apenas dois trabalhos realizam tal análise no período de tempo aqui disponibilizado, sendo um deles em 2013 sob autoria de Vanderleia Gemelli e outro no ano 2018 com a autoria de Robinson Silva. A maioria das pesquisas levantadas na geografia sobre tráfico tem como campos empírico, bairros, municípios ou estados que não são fronteiriços³.

No escopo levantado, diversos temas emergiram, tais como impacto no turismo; as leis de combate ao tráfico de drogas e suas aplicações; o estabelecimento das Unidades Pacificadoras no Rio de Janeiro, identidade, cultura e simbologia produzida pelo tráfico, entre outros. Logo, constata-se que apesar de haver publicações constantes de teses e dissertações na Geografia que possuem no tráfico seu objeto de estudo, o mesmo é pouco abordado quando se trata das fronteiras brasileiras.

Ao analisar a segunda palavra-chave (segurança pública) pode-se compreender que também há uma pequena taxa de publicações sobre essa temática e sua relação com a fronteira brasileira (figura 03). No levantamento foi encontrado apenas um trabalho que corresponde aos critérios da categoria “temática similar”.

³ Por fronteiro entende-se aqueles estados ou municípios que tocam o limite entre dois ou mais Estados.

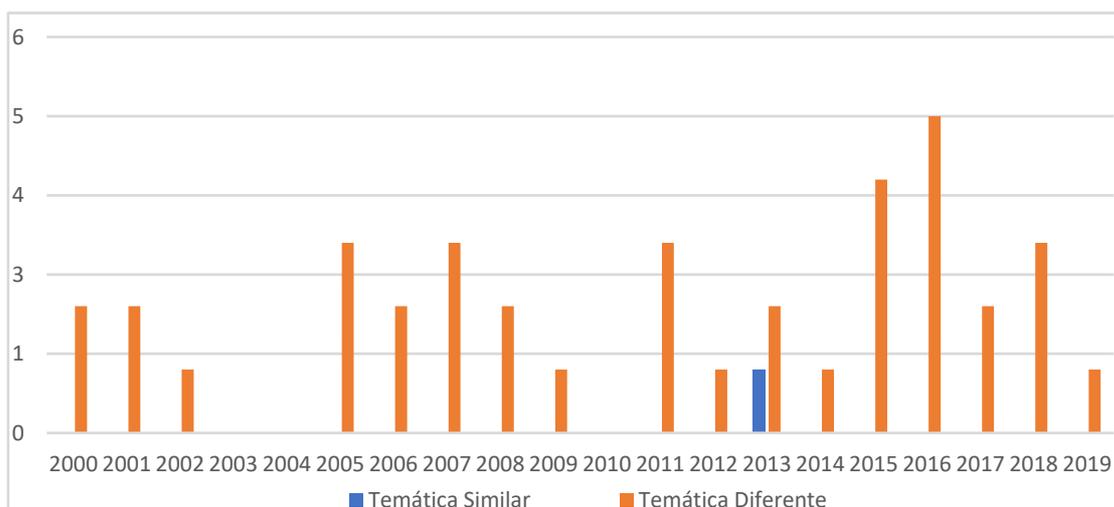
Figura 03: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Segurança Pública" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.



Fonte: catálogos de teses e dissertações da CAPES. Elaborado pelo autor.

A última palavra-chave pesquisada no Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES foi “território-rede”. Somando um total de 39 teses e dissertações que possuem o conceito em seu resumo ou palavras-chaves (Figura 04).

Figura 04: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Território-Rede" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.



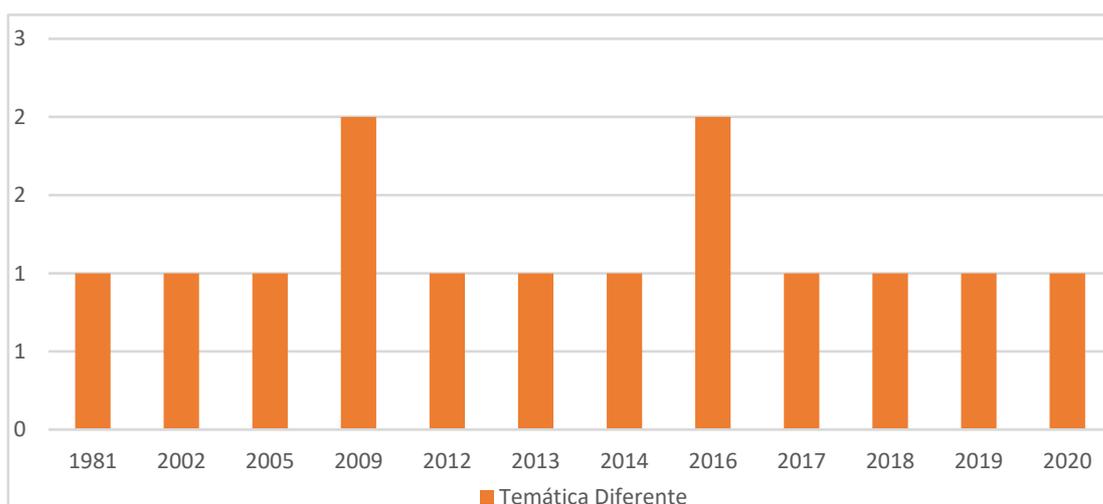
Fonte: catálogos de teses e dissertações da CAPES. Elaborado pelo autor.

Como é possível observar, existe apenas uma pesquisa que utiliza o conceito de território-rede para analisar o tráfico de drogas. Os temas com maior relevância

que utilizam este conceito centram-se na análise de empresas, turismo, trabalhadores informais, entre outros objetos de estudos. Ainda salientamos que a pesquisa citada ao utilizar o conceito de território-rede e tráfico de drogas não possui como escopo a zona de fronteira.

Na segunda base de dados, o SciELO, possui um total de 14 trabalhos publicados (Figura 05) que possuem a palavra-chave “tráfico”. Contudo, dentro deste universo não existe nenhum artigo com o tema tráfico de drogas nas fronteiras brasileiras na área da geografia. No que tange a palavra-chave “segurança pública”, obtém-se um total de 5 trabalhos publicados, ocorrendo a mesma situação salientada anteriormente. Por fim, a pesquisa com a palavra-chave “territórios-rede” não possui nenhum trabalho publicado na plataforma SciELO (esta revisão literária foi realizada no primeiro semestre de 2020).

Figura 05: Gráfico de Trabalhos com a palavra "Tráfico" - Filtros: Ciências Humanas e Geografia.



Fonte: Banco de dados SciELO. Elaborado pelo autor.

Após a apresentação quantitativa dos resultados do estado da arte, trataremos as pesquisas elencadas na categoria "Temática Similar", objetivando entender como tais temáticas vêm sendo trabalhadas na geografia brasileira. No que tange a palavra-chave "tráfico", destaca-se que as pesquisas possuem diferentes abordagens geográficas para a análise desta temática, como por exemplo, nos trabalhos de Gemelli (2013), Santos (2016), Silva (2019) e Oliveira (2013). Seguindo a ordem dos nomes das autoras e autores, os títulos dos trabalhos são os seguintes: As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai; crimes transfronteiriços em cidades gêmeas do Mato Grosso do Sul; Geografia e Violência: Espacialização do

Crime e Vetores da Violência Urbana em Porto Velho - Rondônia; as metamorfoses territoriais do Comando Vermelho no Complexo da Maré: uma análise do período 2000 - 2012 à luz do binômio território-rede.

Observou-se que ao trabalhar com criminalidade e mais especificamente com o tráfico de drogas ilícitas, o conceito de território surge como um dos pilares das pesquisas, sendo desenvolvido principalmente através de autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2019), Saquet e Sposito, (2009).

Outro ponto de destaque é que todas as produções aqui analisadas separam um momento de suas pesquisas para caracterizar o recorte analisado. Sendo assim, entender "quem" e "como" constitui-se determinado recorte por meio de características econômicas, políticas e sociais, mostrou-se essencial nas análises dos autores.

Ademais, para além de uma abordagem pragmática de fronteira como representação de poder dos Estados Nacionais, os trabalhos preocupam-se em compreender estes espaços como áreas de produção identitária, como em Gemelli (2013).

O debate teórico sobre o conceito de fronteira, principalmente nas autoras Santos (2016) e Gemelli (2013), utilizam os escritos de Haesbaert (2019) para analisar a função da fronteira no atual momento, onde os fluxos e movimentos não só fazem parte de um processo de desterritorialização, mas também compõe o processo de (re)territorialização.

Gemelli (2013, p. 50) afirma que “o movimento do tráfico de drogas se dá num jogo de relações que envolve o local e o global, o que constitui uma lógica territorial reticular. Criam-se, então, territórios-rede para além do poder estatal.” A autora ressalta — apesar de não adentrar detalhadamente na discussão sobre o conceito de território-rede — a necessidade de estudar o tráfico de drogas através desta perspectiva.

Também se observa nas pesquisas uma preocupação (e necessidade apontada nas análises) em pensar políticas públicas específicas para estes recortes espaciais. Os autores ressaltam que se torna premente pensar em políticas públicas em conjunto por dois ou mais Estados-Nações, sendo essa uma demanda cada vez mais atual. Salientam ainda que as construções dessas políticas públicas especificamente para a zona de fronteira não devem ser construídas apenas por

atores institucionais do Estado, mas também pela população que vivencia o cotidiano fronteiriço.

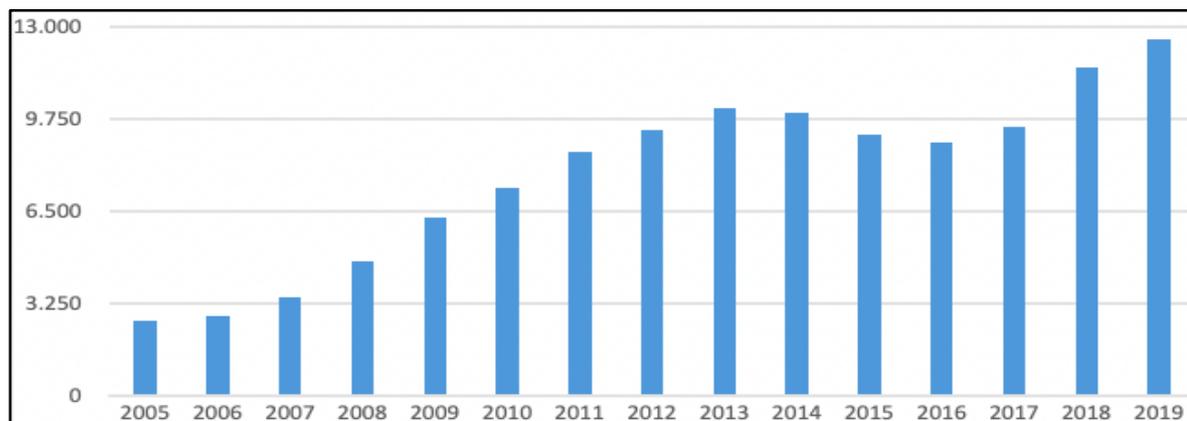
Com este estudo da arte, foi possível compreender que existem pesquisas na ciência geográfica sobre o tráfico de drogas, a segurança pública e o conceito de território-rede consolidadas no Brasil. Além disso, destaca-se que nenhum trabalho analisado dentro do escopo do estado da arte versa sobre os coletivos criminais envolvidos com o tráfico de drogas na fronteira Brasil — Uruguai, emergindo como uma justificativa plausível para a presente pesquisa.

Após este momento, busca-se justificar brevemente de forma teórica a proposta desta pesquisa. Neste sentido torna-se importante compreender, para além das similaridades compartilhadas pelos coletivos criminais que podem ser verificadas em trabalhos das mais diversas regiões brasileiras, que cada recorte espacial possui suas particularidades que influenciam as práticas e características destes grupos.

Assim, ao analisarmos a expansão do tráfico de drogas para a fronteira do Brasil com o Uruguai, nota-se que algumas particularidades começam a surgir. Por exemplo, o uso de caminhos historicamente edificados ao longo dos séculos pela prática de contrabando que, na atualidade, é (re)construída por grupos envolvidos em atividades ilícitas.

Salienta-se no contexto atual um crescimento das apreensões de entorpecentes no estado do Rio Grande do Sul, principalmente de maconha nas rodovias federais da porção sul. Notamos haver uma ampliação histórica de casos relacionados ao contrabando de drogas no estado gaúcho desde 2005, possuindo um momento de diminuição nos anos de 2014 a 2016 e um vertiginoso aumento a partir 2017 de apreensões de ilícitos em sua variedade (maconha, cocaína, crack, etc.), conforme evidencia a figura 06.

Figura 06: Gráfico do Número de apreensões de entorpecentes no Rio Grande do Sul. 2005-2019.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública, 2019. Organizado pelos autores.

Destaca-se o significativo crescimento a partir de 2017, tendo em 2018 e 2019 seu auge, ou seja, 11.570 e 12.532 apreensões⁴ de entorpecentes ligados ao tráfico de drogas, respectivamente. A disparidade entre 2013 e a guinada a partir de 2017 pode evidenciar ao menos três perspectivas: A primeira centra-se na ampliação do mercado consumidor sulino neste período; A segunda demonstra o crescimento de coletivos criminais relacionados ao tráfico, os quais organizam parte significativa dos fluxos de drogas no estado e almejam no contexto atual novos mercados emergentes; o terceiro é relacionado ao aumento da força tarefa de segurança pública e ações intensas destes órgãos. Contudo, o último ponto destacado possui significativa controvérsia, tendo em vista o grande déficit de efetivo policial no estado do Rio Grande do Sul, tanto na esfera da Polícia Civil, como também na Brigada Militar e Polícia Federal (UGEIRM, 2019; ROSA, 2020; NAGEL, 2018).

Ao analisarmos especificamente a quantidade de Maconha apreendida entre 2017 e 2019 nas rodovias federais do Rio Grande do Sul (tabela 01) notamos que este entorpecente representa os maiores volumes quando comparado com outras drogas como Cocaína e LSD.

Tabela 1: Apreensão de maconha entre 2017 e 2019 nas rodovias federais do Rio Grande do Sul.

Apreensão Maconha – RS			
Entorpecente apreendido	2017	2018	2019

⁴ Os números são relativos a ocorrências de apreensões, ou seja, não versam sobre quantidades (quilogramas, toneladas, etc) apreendidas.

Maconha	15,595 ton.	16,550 ton.	18,225 ton.
----------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Departamento de Polícia Federal, 2019. Organizado pelos autores.

Neste sentido, o crescimento da apreensão está relacionado também com a formação de "novas" rotas comerciais que buscam integrar o norte e o sul do Rio Grande do Sul. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (2019), ocorrem mais apreensões na porção norte do estado do que na região sul, devido principalmente a este recorte representar a área de entrada dos entorpecentes. Contudo, o cenário vem se transformando graças ao interesse crescente no Uruguai por fornecedores de maconha brasileiros, conforme expõe a reportagem a seguir:

O avanço do tráfico é avassalador na fronteira. Em 2012 a Polícia Federal apreendeu ínfimas 42 gramas de maconha no Chuí e Santa Vitória do Palmar. Em 2016, saltou para 164 quilos da droga recolhida naquela região. Em 2017, 510 quilos. E em 2018, 1,6 tonelada da erva foi interceptada pelos federais. A PF prendeu 10 integrantes de quadrilhas binacionais numa operação em outubro, no Chuí. Foi detectada também a presença de outra grande facção metropolitana na fronteira, enfatiza o delegado Mário Souza, da Polícia Civil gaúcha, que desencadeou em dezembro a Operação Terminus. Mais de 50 agentes do Departamento de Investigações do Narcotráfico (Denarc) prenderam três traficantes e desarticularam 10 bocas-de-fumo na fronteira (em Jaguarão, vizinha da uruguaia Rio Branco) e no Vale do Sinos. A investigação comprovou que traficantes da facção Os Manos (do Vale do Sinos e rival dos Bala na Cara) revendem maconha, na fronteira, por preço três vezes inferior ao estipulado pelo governo uruguaio nas farmácias e nos clubes "canábicos". A droga vinha do Paraguai até o Vale do Sinos e era encaminhada, por ônibus e carros, para as cidades uruguaias de Melo, Rio Branco e Montevidéu. (TREZZI, 2019a)

Ou seja, um acréscimo bruto em torno da economia ilegal e de índices criminais como apreensões de entorpecentes, demonstra o envolvimento de atores externos, neste caso o coletivo criminal Os Manos do Vale do Sinos, que buscam controlar pontos nodais da circulação dos entorpecentes, ganhando destaque a fronteira sul.

Estas características demonstram haver uma necessidade de compreender estas novas formas de organização dos grupos criminais nesta região, suas possíveis estratégias e os impactos na fronteira sulina, tendo em vista que estas localidades transformam-se em centros logísticos de passagem caracterizados como pontos de trânsito e estocagem, conforme aponta Machado (2009).

Adentra-se, neste momento, a justificativa de cunho social para a realização deste trabalho. Doravante, entende-se o tráfico não como uma problemática, necessariamente, a existência e soberania do Estado brasileiro. O tráfico de drogas ilegais e a expansão de suas atividades para municipalidades ainda não integradas

em suas redes de atuação, demonstram uma nova problemática para a vivência e atuação democrática das populações.

O reafirmar dos ideais capitalistas, desde a organização hierárquica, a disparidade do acúmulo de capital ao longo do processo de produção-atacado-varejo, o impossibilitar de locomover-se amplamente por um território devido aos enclaves produzidos pelo tráfico, até mesmo o uso do capital adquirido em carros de luxo, mansões, etc. legitima a lógica capitalista. O tráfico de drogas pode ser entendido como a face ilegal do capitalismo selvagem.

Buscar compreender o avanço territorial desta atividade é entender que este ator, de caráter hegemônico, se faz presente como uma força a disputar territórios com práticas autônomas da população local. Clubes de mães, festas populares ou assembleias comunitárias, por exemplo, podem sofrer drasticamente com a chegada do tráfico em seu município.

Fator importante, reside então, na necessidade de entender como o tráfico de drogas ilegais gerido por coletivos criminais brasileiros interagem com a regularização da maconha no Uruguai. Compreender como estes grupos relacionam-se com este fato pode trazer luz a problemáticas que uma possível regularização no Brasil possa enfrentar. Sendo assim, longe de criticar a regularização ou legalização da maconha, visamos aqui buscar compreender como estes grupos reagem perante esta mudança para, então, prevenir complicações em um horizonte possível.

1.3 Objetivos

Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o tráfico de drogas e a sua relação com a formação de territórios-rede por coletivos criminais no lado brasileiro da fronteira do Brasil com o Uruguai. Buscando identificar e compreender as estratégias produzidas durante os processos de territorialização por estes grupos, além de analisar os impactos nas municipalidades que compõem o território-rede destes coletivos criminais através da análise de índices criminais (apreensão de entorpecentes e homicídios dolosos).

Além disso, busca-se entender a multiterritorialidade produzida através da tensão entre territórios-rede e territórios-zona durante os processos territorializantes.

Levando em consideração que estes são orientados pela lógica de espaço-de-fluxos, tendo isto ressaltado, busca espacializar os fluxos de entorpecentes rodoviários no estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos específicos

- Construir uma revisão teórica sobre os conceitos de território, redes, fronteira e territórios-redes;
- Analisar características históricas e atuais da fronteira entre o Brasil e Uruguai;
- Levantar dados estatísticos referentes a índices criminais (apreensão de entorpecentes e homicídios dolosos) no recorte da pesquisa e compreender sua relação com o tráfico de drogas no período de 2009 a 2021;
- Espacializar os dados referentes a homicídios dolosos, apreensão de entorpecentes ilícitos e fluxo de drogas na fronteira do Brasil-Uruguai.
- Analisar a relação entre os coletivos criminais e a formação de territórios-rede como estratégia para se estabelecer na fronteira Brasil-Uruguai.

1.4 Metodologia

Em termos metodológicos, a presente pesquisa divide-se em etapas, as quais buscam contemplar o objetivo geral da pesquisa.

1ª etapa: revisão bibliográfica: Nos primeiros meses foi realizada uma revisão bibliográfica em livros e trabalhos acadêmicos que tratam dos conceitos aqui empregados, tais como *território*, *redes*, *território-rede* e *fronteira*. Frente a isso, utilizou-se principalmente os seguintes autores: Haesbaert (2019), Marcelo Lopes de Souza (2020), Machado (2003), Dorfman (2013), Cipriani (2016) e Manso e Dias (2018).

2ª etapa: levantamento de dados: O segundo momento para o desenvolvimento da pesquisa foi centrado no levantamento de dados oficiais acerca de índices criminais nos municípios fronteiriços. Como categorias elencam-se os seguintes indicadores: homicídios dolosos e quantidade de drogas apreendidas. Os dados selecionados dizem respeito a um recorte de, ao menos, 10 anos, possibilitando

uma análise do acréscimo, decréscimo ou estabilidade dos índices. Neste período pode-se englobar um cenário antes, durante e depois da regularização da maconha no Uruguai.

Todos os dados utilizados na pesquisa foram coletados das seguintes plataformas: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão, Portal da Transparência do Governo Federal, Observatorio Territorio Uruguay e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵.

3ª etapa: levantamento hemerográfico: Em conjunto com o levantamento oficial, também foi realizada uma pesquisa por meio da ferramenta metodológica hemerográfica, a qual baseia-se na investigação em jornais. Esta metodologia é utilizada por diversas áreas do conhecimento e ganha relevância nas pesquisas sobre crime organizado, tendo em vista “[...] que a característica central destas organizações é o segredo de suas atividades desenvolvidas” (DIAS, 2011, p. 13). Neste sentido, a hemerografia apresenta-se como uma ferramenta importante no processo de obtenção de informações.

Salienta-se, todavia, que a pesquisa documental realizada em jornais necessita de atenção com a narrativa construída pelos meios de comunicação, uma vez que muitas reportagens possuem como foco exclusivo o ponto de vista dos órgãos de Segurança. Mesmo com este problema, destaca-se que os veículos jornalísticos mostram-se um grande aliado ao documentar ações destes coletivos criminais envolvidos com o tráfico de drogas, possibilitando entender sua lógica espacial através de suas movimentações, pontos de interesse e até mesmo a quantidade de entorpecentes apreendidos.

Visto o contexto da pandemia derivada da difusão do Sars-Cov-2, que teve início com o começo da presente pesquisa, a metodologia hemerográfica foi uma ferramenta que permitiu “o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância” (GODOY, 1995. p. 22).

⁵ Necessário relatar que ao longo do processo de obtenção de dados alguns percalços fizeram-se manifestos, principalmente no que diz respeito ao acesso a informações referentes a apreensões de drogas por diferentes órgãos governamentais.

Para a realização do levantamento, elencou-se os jornais de circulação no âmbito estadual e regional (localizados nos municípios fronteiriços), e realizou-se uma pesquisa com as seguintes palavras-chave: tráfico de drogas; homicídio doloso; facção. Todas as reportagens encontradas foram separadas por tema e analisadas individualmente. Os jornais elencados possuem variadas escalas, destacando-se o GaúchaZH e o Correio do Povo; além disso, reportagens esporádicas que surgiram ao longo do processo de pesquisa também foram levadas em consideração.

4ª etapa: tratamento e espacialização dos dados: Após as coletas, os dados quantitativos foram tratados por meio do software Excel, o qual possibilitou a organização dos mesmos. Para a realização dos cálculos percentuais de crescimento das variáveis, utilizou-se a seguinte fórmula: “=(Último Ano/Primeiro Ano)^(1/(Número de células com os anos analisados-1))-1” e o cálculo de Crescimento Comparativo, calculado através da seguinte fórmula “=(Último Ano-Primeiro Ano)/Primeiro Ano”. Após a tabulação e cálculos, os dados foram espacializados com o auxílio do software QGIS.

No que tange aos dados qualitativos retirados de jornais, os mesmos foram analisados por meio de análise documental, a qual consiste, segundo Godoy (1995, p. 21):

O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental.

Ao analisar os documentos, o pesquisador busca, nesta abordagem, compreender estruturas e modelos que constroem o documento analisado. Sendo assim, há uma dupla função para aquele que faz uso desta ferramenta: entender o sentido do comunicado e, por fim, ser capaz de captar nas entrelinhas outras significações, com a finalidade de compreender o todo documental (GODOY, 1995).

5ª etapa: construção do questionário de entrevistas: Buscando qualificar a análise, elaborou-se uma proposta de questionário a ser aplicado em agentes públicos responsáveis pela segurança na fronteira. Para tanto, elencou-se um policial atuante na fronteira e, após a escolha desse, ocorreu um processo de indicação por meio da

metodologia denominado de snowball sampling (bola de neve), a qual consiste na escolha de um participante e a indicação de sujeitos a partir deste, chegando a um limite estipulado. Conforme salienta Vinuto (2014, p. 201):

Apesar de suas limitações, a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo.

Neste sentido, foram realizadas um total de seis entrevistas com agentes de segurança pública que atuam na fronteira do Brasil com o Uruguai, sendo eles: um agente da Polícia Rodoviária Federal (PRF); um agente e um delegado regional da Polícia Nacional Uruguaia (PNU); e quatro agentes da Polícia Civil (PC).⁶ Estes entrevistados foram escolhidos principalmente por questões de disponibilidade após as indicações durante a metodologia *snowball sampling*.

Devido a pandemia da Covid-19, não foi possível realizar entrevistas com apenados, logo, as entrevistas foram exclusivamente realizadas com profissionais do setor de segurança pública. As questões, que podem ser encontradas nos apêndices A e B⁷, versam sobre as percepções destes sobre as problemáticas levantadas nesta pesquisa. Todos estes entrevistados são homens com mais de 5 anos de atuação em suas respectivas instituições.

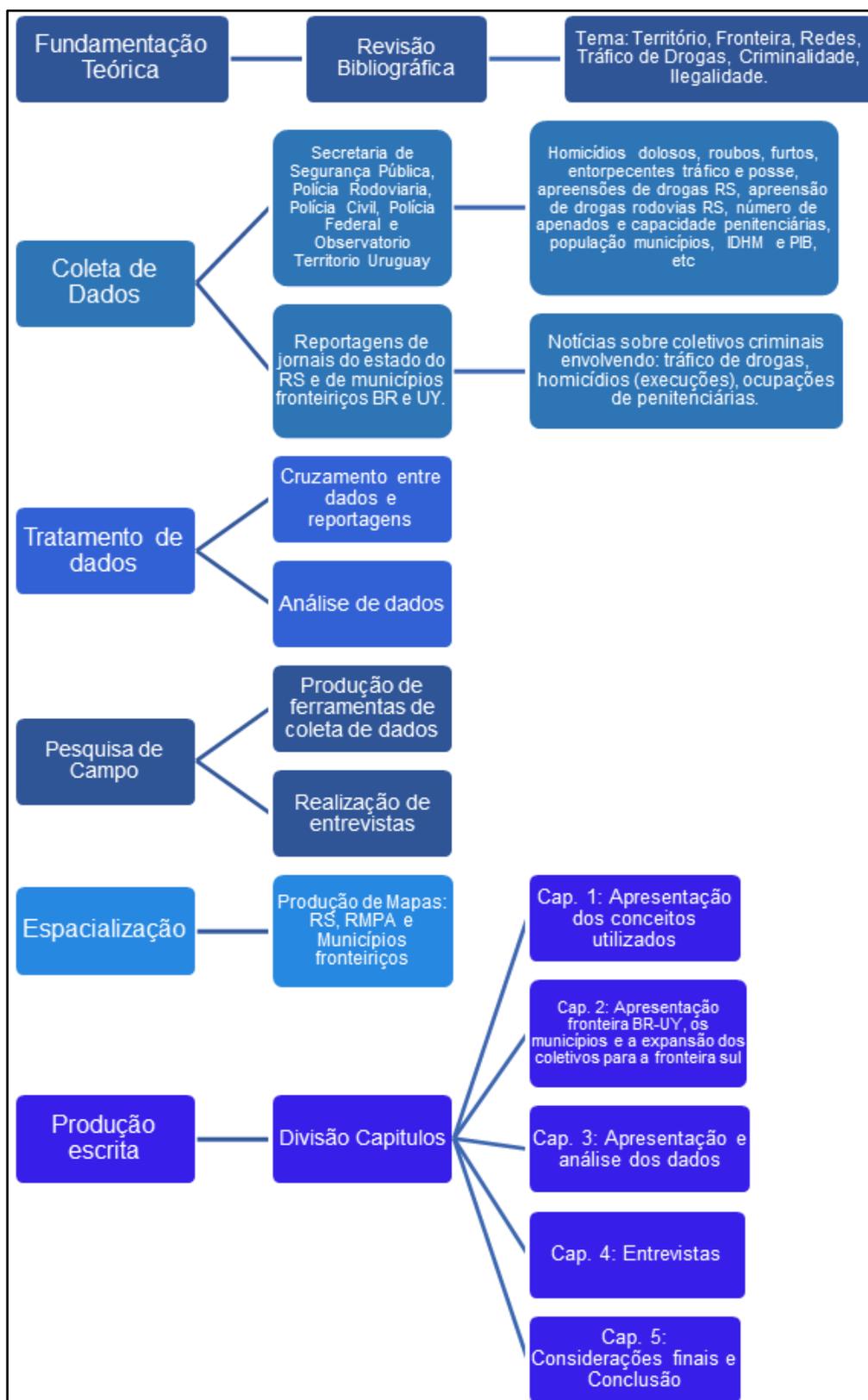
Com a definição do formato de escolha dos participantes, para a estruturação das entrevistas foi utilizado um questionário semi-estruturado, através de perguntas abertas e fechadas. Logo, a pesquisa possui um caráter quali-quantitativo, visto que trabalha com dados absolutos, como número de apreensões em municípios, mas relaciona tais dados com entrevistas e análise documental, que visam dar sentido e explicitar a vivência da realidade em questão.

A seguir é apresentado um organograma das etapas da metodologia.

⁶ Ao nos referirmos aos agentes ao longo do texto utilizaremos a seguinte estrutura: R (resposta); PC (Polícia Civil); PNU (Polícia Nacional Uruguaia); PRF (Polícia Rodoviária Federal).

⁷ Optou-se por deixar as respostas a mão devido as anotações realizadas em forma de esquemas, sendo mais fiel ao fluxo de raciocínio do entrevistado.

Figura 07: Organograma síntese da metodologia.



Fonte: Organizado pelo autor

2. TRÁFICO DE DROGAS, TERRITÓRIO-REDE E A RELAÇÃO COM A FRONTEIRA.

Sendo o território uma arena de forças (SOUZA 1995; 2020), uma das expressões desta relação assenta-se nos acordos e conflitos construídos por coletivos criminais no interior destas atividades, os quais estão relacionados a tentativa de sobrevivência dentro do sistema (como aumento do lucro, acesso a armamentos e munições, produção simbólica de pertencimento, etc.).

Este movimento manifesta-se no espaço produzindo territórios não somente nos bairros das cidades (varejo), mas também nas regiões fronteiriças brasileiras (Produção e Atacado). Logo, para adentrar na discussão sobre o tráfico de drogas na fronteira do Brasil com o Uruguai, torna-se necessário analisar alguns pontos de partida, como o debate acerca do conceito de território, territórios-rede e a abordagem sobre fronteira.

2.1 Notas preliminares: buscando uma definição do termo coletivos criminais.

Como início de discussão, faz-se necessário compreender a escolha do termo coletivos criminais na presente pesquisa. Os grupos envolvidos em atividades ilícitas possuem tratamentos confusos e de forma inextricável são percebidos pela sociedade, sendo caracterizados dentro de um leque com inúmeras nomenclaturas que são tratadas como sinônimos em diversas ocasiões.

Tal discussão é feita por Cipriani (2016, p. 13), ao afirmar que:

Essa coexistência de termos, apesar de abarcar algumas diferenças na interpretação sobre o fenômeno, pode também dizer respeito ao ainda reduzido número de pesquisas feitas sobre os grupos brasileiros organizados nos cárceres, que, dentre outras características, transcendem esses locais na busca de, entre outros objetivos, a consolidação de domínio nos mercados ilegais do tráfico.

Dessa forma, objetivando definir o termo que será utilizado, parte-se da ideia que os coletivos criminais são grupos de indivíduos coligados com a finalidade de lucrar através de uma atividade ilícita principal. Nas inúmeras ações destes grupos, tem-se como recorte nesta pesquisa o tráfico de drogas ilícitas, sem excluir as

múltiplas outras relações desta atividade com a prática de crimes, como furtos, roubos, agiotagem, etc.

A motivação para tal definição ganha centralidade tendo em vista que tráfico de drogas emerge pós-1990 como a principal atividade de arrecadação monetária para os grupos envolvidos em atividades ilegais, tanto na escala nacional (MANSO e DIAS, 2018; ADORNO e DIAS, 2019) como na escala regional (DORNELLES, 2008; CIPRIANI, 2016).

Com esta transformação, ocorreram mudanças na forma como estes grupos se organizam ao longo deste período, edificando uma clara divisão social do trabalho e complexificando a análise sobre este fenômeno (ADORNO, 2019). Mesmo frente a este desafio, o formato geral de tratamento destes coletivos foi a palavra "facção", principalmente pelos meios de comunicação de massa. Conforme aponta Shimizu (2011, p. 66):

A própria tentativa de definição do que seja uma facção ou organização criminosa – contrapondo tal ideia à de agrupamento lícito – é embuída de forte carga ideológica. Por certo, um agrupamento considerável e duradouro de pessoas não praticara apenas atos ilícitos ou lícitos. Mesmo entre as organizações tidas como lícitas, como uma empresa, não é raro que se averig[ue] a prática de certos atos ilícitos, como fraudes ou crimes tributários, sem que, por isso, seja possível atribuir-lhes o rótulo de facção criminosa.

Esta afirmação traz para a superfície uma discussão que envolve toda a complexidade de encarar as múltiplas facetas que se sobrepõe entre o legal e o ilegal, demonstrando que há uma forte carga discursiva construída socialmente em torno do termo "facção". Tal denominação, ainda segundo Shimizu (2011), produziu uma jurisprudência que configura-se no território nacional em leis de exceção, entendidas como estruturas legais que não são aplicadas no cotidiano de todos os cidadãos.

Shimizu (2011) questiona então a lógica de lícito e ilícito na lógica do crime organizado e a ideologia produzida ao utilizar esta terminologia. Logo, observa-se que a nomenclatura "Facção" é referendada em grande medida para definir grupos (em sua imensa maioria prisionais) formados por sujeitos negros, os quais são oriundos de uma classe social pobre. Exclui-se do circuito do tráfico de drogas atores diversos imersos nesta atividade, como empresários, banqueiros, representantes públicos, políticos, entre outros que fazem parte do sistema territorial do tráfico de drogas. Conforme demonstra a autora Machado (2011; 2003), o legal e o ilegal andam de

mãos dadas no processo de distribuição dos entorpecentes e na lavagem do lucro obtido.

Outro ponto que remete a necessidade do avanço nessa discussão diz respeito à problemática construída por Biondi (2010, p. 93), na qual:

O próprio conceito de “facção”, como o PCC costuma ser classificado pelo poder público, remete à existência de “lideranças”. Segundo Nicholas (1997), facções são grupos políticos (que podem, no entanto, servir a interesses privados) que se caracterizam pela instabilidade de seus membros, pela incerteza de sua duração, pela falta de organização formal e, sobretudo, pela existência de um líder pessoal. [...] têm suas existências sustentadas pela figura do líder, cuja ausência implicaria na dissolução da facção.

A autora expõe através do exemplo do Primeiro Comando da Capital (PCC) que “no passado [...] o PCC pudesse ser classificado como ‘facção’”, mas atualmente, tal nomenclatura não se faz realidade” (BIONDI, 2010. p. 94), visto a complexa rede produzida e as múltiplas lideranças que emergiram e ganharam voz dentro e fora do sistema prisional.

A autora afirma ainda que o conceito de “facção” não pode ser empregado ao trabalhar com o PCC “porque sua formação não depende da existência de um líder pessoal” (BIONDI, Karina. 2010, p. 94). Esta perspectiva é relevante tendo em vista que o movimento constituinte do tráfico de drogas é complexo e mescla múltiplas escalas que interligam-se, evidenciando que não existe efetivamente o “grande líder” (um expoente onipotente), mas sim redes difusas de comando que vão do local ao nacional/global.

Assim, na perspectiva elencada pela autora, os coletivos criminais possuem lideranças, no plural, as quais precisam chegar a um acordo comum diante de diversas situações que, derivadas da complexidade da estrutura do tráfico de drogas, constroem conflitos no interior do próprio grupo. Diante de tal exposição, ainda que breve, é possível observar os pontos de divergência da pesquisa com a terminologia “facção” e, neste sentido, a opção por trabalhar com a nomenclatura de coletivos criminais.

Por fim, sublinha-se que a palavra “coletivo” origina-se do latim *collectivus* e, segundo o dicionário Michaelis (2020), significa algo que abrange muitas coisas ou pessoas; logo, o coletivo será representado por um agrupamento de indivíduos que,

unidos por determinado significante, mantém uma coerência interna (de sobremaneira conflituosa) que busca atingir um objetivo.

No tange ao termo crime organizado, partiu-se da premissa que o mesmo decorre de ação de quatro ou mais pessoas que tem por finalidade a arrecadação financeira por meio de atividades consideradas ilícitas dentro do estado de direito. Importante salientar que não se busca negar toda a carga simbólica e estrutura social construída por grupos criminais envolvidos com o tráfico de drogas, todavia salienta-se que um dos principais motivos para a existência dos mesmos ainda está relacionada à obtenção de capital por meio da prática ilícita.

Neste sentido, o termo aproxima-se do entendimento da lei n. 12.850/2013, artigo 1º, §1º⁸, com algumas distinções, principalmente no que tange a pena mínima e o caráter transnacional, tendo em vista que a adoção de tal perspectiva reduziria significativamente a própria dimensão do tráfico de drogas adotada na pesquisa. Para além da perspectiva legal, compreende-se que o termo “coletivos criminais” busca dar conta de um fenômeno social, econômico e cultural (FILIPPETTO, 2017) que atravessa toda a sociedade brasileira, perpassando por diversas escalas geográficas e níveis de atuação.

2.2. Os primórdios do território na ciência geográfica.

Esta breve reflexão sobre o território visa demonstrar as raízes do conceito na ciência geográfica para posteriormente adentrar na concepção de territórios-rede. Para analisar a abordagem clássica necessita-se entender o pensamento de dois grandes autores da Geografia: Alexander von Humboldt (1769 - 1859) e Carl Ritter (1779 - 1859). Ambos auxiliaram para construir a ciência geográfica, sendo sua produção analítica carregada de uma abordagem positivista que visava uma tentativa de firmar a Geografia como ciência.

⁸ "Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional" (BRASIL, 2013).

Destaca-se que ambos viveram no que atualmente conhecemos como Alemanha, a qual na segunda metade do século XVIII era um aglomerado de feudos que lutavam pela constituição de um poder soberano. Com o desenvolvimento do capitalismo, a ideia de uma unidade nacional cresce no ideário da classe dominante de determinadas regiões da Europa e, como afirma Moraes (2005, p. 16-17),

A falta da constituição de um Estado nacional, a extrema diversidade entre os vários membros da Confederação, a ausência de relações duráveis entre eles, a inexistência de um ponto de convergência das relações econômicas – todos estes aspectos conferem à discussão geográfica uma relevância especial, para as classes dominantes da Alemanha, no início do século XIX. Temas como domínio e organização do espaço, apropriação do território, variação regional, entre outros, estarão na ordem do dia na prática da sociedade alemã de então. É, sem dúvida, deles que se alimentará a sistematização geográfica. Do mesmo modo como a Sociologia aparece na França, onde a questão central era a organização social (um país em que a luta de classes atingia um radicalismo único), a Geografia surge na Alemanha onde a questão do espaço era a primordial.

No contexto mencionado, Alexander von Humboldt elaborou uma proposta para a Geografia por meio da lógica pautada na observação, ou seja, para o Geógrafo esta ciência deveria preocupar-se em entender os preceitos físicos da Terra e, através do olhar, descrever os fenômenos terrestres e entender a unidade do globo. A Ciência Geográfica teria como proposta catalogar e descrever estes fenômenos, preocupando-se com suas conexões e relações. Observa-se então o forte viés naturalista do autor, privilegiando tais fenômenos em detrimento da ação humana sobre o espaço.

Carl Ritter, diferentemente de Humboldt, traz em seus escritos a tentativa de normatizar a Geografia, esboçando a latente preocupação nos preceitos metodológicos desta ciência. Além dessa característica, outra diferença torna-se premente: a preocupação com a parte. O autor cunha o conceito de *sistema natural*, ou seja, uma área delimitada dotada de uma individualidade (MORAES, 2005), mostrando uma preocupação com as categorias de análise lugar ou local. O trabalho do geógrafo seria então estudar estes sistemas naturais e compará-los, observando suas diferenças e semelhanças para só então entender o todo.

As ideias destes Geógrafos influenciaram significativamente o autor Friedrich Ratzel (1844-1904), um dos precursores da dita corrente tradicional da geografia. Importante destacar que o autor nasce em um espaço ainda composto por lutas de

unificação e vive sua vida adulta no contexto de ascensão do estado soberano alemão após a guerra austro-prussiana (1866).

A unificação tardia fez com que este Estado-Nação não participasse do processo de partilha colonial; sendo assim, o recente Estado fortifica seu processo imperialista com a intenção de aumentar suas riquezas. É nesta conjuntura que Friedrich Ratzel produz seus trabalhos e suas duas grandes obras: *Geografia Política* e *Antropogeografia*.

O autor torna-se um nome de relevância para a ciência geográfica da segunda metade do século XIX, responsável por dar início ao que hoje chama-se de Geografia Política. Conforme aponta Moraes (2005), Ratzel propôs estudar as influências que a natureza tem sobre a humanidade, evidenciando a influência dos precursores da geografia Alexander von Humboldt e Carl Ritter, todavia avançando no sentido de entender as relações sociais e a produção dos Estados nacionais modernos.

Neste sentido, o conceito de território apresenta-se como central em sua análise, caracterizado como espaço concreto, ou como Marcelo Lopes de Souza (1995) salienta o “substrato espacial material”. Ratzel entende o território como solo (“*boden*”), sendo correlacionado diretamente à condição material da existência do Estado.

Uma das características marcantes deste primeiro momento da Geografia clássica é a percepção de durabilidade que o território possui; entende-se por durabilidade uma quantidade de tempo relativamente grande a ponto de criar raízes, firmar fronteiras e consecutivamente, produzir uma identidade nacional. Na percepção do geógrafo alemão, todo território é território de um Estado, e com isso delimita-se a territorialidade estatal por meio do estabelecimento dos limites desta estrutura: “o Estado não é concebível sem território e sem fronteira” (RATZEL, 1983, p. 93).

Salienta-se que estes limites estatais não necessariamente são imutáveis, visto que o território é passivo de expandir-se ou contrair-se. Com isso, torna-se evidente na obra que há uma tentativa do Geógrafo de naturalizar o território como algo *exclusivamente* de domínio do poder estatal, sendo sua expansão fruto da necessidade “natural” dos povos que o habitam.

O autor, ao produzir a teoria que viria a ser nomeada de *determinismo geográfico*⁹, a qual legitima teoricamente a expansão alemã através do imperialismo: "é por isso que pode ser considerado como suficiente mostrar na extensão progressiva do território dos Estados, um caráter essencial e, em simultâneo, um poderoso motor do progresso histórico" (RATZEL, 1983, p. 101).

Esta corrente centrada no materialismo estatal foi precursora de debates na ciência que possibilitaram o surgimento de diversas análises sobre o conceito de território. Neste sentido, diferentes abordagens foram desenvolvidas, sendo as que se sobressaem, segundo Haesbaert (2007), as jurídicas-políticas, simbólico-cultural, econômica e ecológica. A partir destas variadas formas de compreensão do conceito, dá-se início a conceituação teórica de território que será utilizada ao longo desta pesquisa.

2.3 O território, as redes e o território-rede do tráfico de drogas.

As transformações ocasionadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista no mundo ocidental, em conjunto com os significativos avanços tecnológicos originários da segunda metade do século XX, modificaram a forma que o ser humano interage e experimenta o mundo. A volatilidade e mobilidade social derivada do avanço do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) produz novas formas de interação com o espaço, e, por consequência, estruturam múltiplos processos de territorialização na sociedade moderna.

Neste sentido, diferente da abordagem deste conceito centrada na materialidade das relações que produzem o Estado, observa-se que existem variados processos de territorialização que ocorrem em escalas temporais e espaciais distintas. Logo, o território pode ser abordado como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995. p. 78), tornando-se fruto destas relações projetadas no espaço. O território por excelência é político, sendo caracterizado como

⁹ Baseia-se na ideia de que o meio natural e a disponibilidade de recursos determinam padrões de desenvolvimento social e cultural; logo, haveriam povos "naturalmente avançados". Esta perspectiva foi responsável pela justificativa teórica para a expansão territorial (e etnocídio) das potências europeias sobre populações originárias da África e América Latina no século XIX.

uma arena de conflitos (CASTRO, 2005) na qual as relações de poder¹⁰ representam sua base estrutural.

Ressalta-se que a materialidade do território não é negligenciada, mas sim inserida no processo dialético das relações sociais, sendo o substrato em que essas acontecem. Logo, a projeção das relações de poder que configuram o território produz, ao mesmo tempo, um domínio material e imaterial, ambos cambiáveis.

territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p. 81).

Se território pode ser construído e desconstruído em escalas temporais distintas, denota-se que o mesmo é formado essencialmente pelo movimento da vida, transformado através do incessante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Haesbaert (2019) aponta que desde o início do século XX ocorrem transformações nos processos hegemônicos de territorialização, tendo em vista que antes o território-zona, dos impérios e Estados-Nações, fomentavam principalmente a imobilidade territorial. Todavia, a lógica de organização territorial atualmente, segundo Haesbaert (2019, p. 79), seria a dos territórios-rede, “especialmente descontínuos mas intensamente conectados e articulados entre si”.

Esta mudança no paradigma produz múltiplos processos (e escalas) de projeção das relações de poder no espaço, ou seja, territórios ordenados por lógicas diferentes e por relações de poder que extrapolam o ordenamento do Estado. Conforme aponta Castro (2005), não estamos negando a importância desta estrutura no processo de produção e organização do território, todavia demonstra-se a existência de territorialidades difusas que são produzidas em níveis diferentes e interagem/convivem com a estrutura estatal.

Logo, há uma relação interativa entre território-zona e território-rede, sendo o primeiro a potência da durabilidade das relações contratuais estabelecidas entre os atores sociais na escala Estatal e o segundo a mobilidade e interação destes atores

¹⁰ Poder neste trabalho acompanha a análise da autora Hannah Arendt (1985), a qual define esse como a capacidade humana de agir em uníssono, ou seja, é entendido como algo originado de um grupo, nunca de um indivíduo.

em múltiplas escalas que se articulam através de redes. Haesbaert (2019, p. 249) adverte o necessário zelo ao trabalhar com o conceito de redes, pois:

Não devemos então confundir redes territoriais, em sentido próprio, e redes no sentido mais específico de redes físicas ou técnicas. Ao contrário de autores que utilizam o termo redes territoriais como sinônimos de redes físicas ou técnicas [...] dotadas de uma materialidade mais evidente, utilizamos o termo para enfatizar o papel das redes em processos (re)territorializadores, ou seja, na construção de território em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica.

As redes para a lógica organizacional em forma de territórios-rede do tráfico de drogas não são meramente um componente material de ligação, mas sim um processo constante de (des)reterritorialização dos atores imersos nesta atividade. No mesmo caminho, Machado (2003) aponta a ideia de espaços-de-fluxo, destacando que o imperativo não é a materialidade, mas sim os fluxos que perpassam todo o sistema.

Haesbaert (2019, p. 280) ainda destaca que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. Este processo só é possível por meio da estruturação reticular, a qual torna-se marca da des-re-territorialização moderna. À vista disso, compreender as estruturas reticulares para além da materialidade técnica torna-se essencial, tendo em vista que as mesmas são responsáveis não só pela estruturação do território, mas também possibilitam a sua desconstrução.

Numa concepção reticular de território ou, de maneiras mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (HAESBAERT, Rogério. 2019, p. 286).

O conceito de territórios-rede proposto por Haesbaert (2019), diretamente influenciado pela produção intelectual de Gilles Deleuze e Félix Guattari, centra-se na ideia de devir, sendo o mesmo constituído no processo constante de movimento. Fugindo da lógica dicotômica de territorialização como imobilidade e desterritorialização como mobilidade, o conceito de territórios-rede possibilita compreender o atual modelo de territorialização do tráfico de drogas ilícitas, tendo em vista que a constante mobilidade dos coletivos criminais envolvidos com o tráfico de

drogas produz, por meio de (e nas) suas redes, uma série de territórios que podem ser acessados e acionados a qualquer momento.

Ao trazermos o debate das redes e do território para a compreensão do tráfico de drogas, evidenciamos que a demarcação de áreas do tráfico (sempre flexíveis não só no espaço, mas também temporalmente). Seja na fronteira ou em bairros onde ocorre a venda direta das drogas (varejo) é estabelecida a partir de um turvo constructo social que mescla acordos e conflitos de interesses em escalas desiguais. Por conseguinte, existe uma des-re-territorialização constante dos sujeitos, a qual emerge através das relações de poder que ressignificam o cotidiano em que esta atividade está inserida.

No movimento constante de formação e desconstrução de territórios do tráfico, as ações dos coletivos criminais organizam-se por meio da coligação entre atores na escala nacional e internacional (que planejam a produção e o atacado) e a ordenação local. Ou seja, a materialização das decisões e a forma como cada grupo desenvolve meios para estabelecer a compra e venda desses produtos. Essa perspectiva é analisada por Machado (2007; 2011) ao demonstrar que existem dois circuitos que compõem as redes ilegais: o primeiro, vinculado à esfera das decisões que são tomadas distantes dos lugares e, o segundo, impresso na lógica local.

A esfera do circuito decisório, muitas vezes enigmática e longínqua da realidade local do varejo, necessita materializar-se em práticas cotidianas que produzem assimetrias complementares na constituição das relações no mundo do tráfico de drogas (ALMEIDA, 2017). Logo, nos meandros de relações inter-escalares dos coletivos criminais, os fatores locais tornam-se elementos imprescindíveis, pois a força do conhecimento do viver (desde rotas — fluviais, terrestres e aéreas — ao contato com atores que facilitam a fluidez da produção) possibilitam a construção de pontes entre o local e o nacional/global.

Tal característica vincula-se à modernização desta atividade principalmente na virada do século XX para o XXI, as quais operam "à base de redes, com comandos descentralizados, com divisão social do trabalho para a execução de operações" (ADORNO, 2019, p. 38). As formas de execução das ações acontecem apoiadas no princípio da descontinuidade física da estrutura de comando, processo este que avança à medida que se desenvolve o meio técnico-científico-informacional. Dito isso, podemos compreender que "a presença e expansão do crime organizado é um

fenômeno inerente ao processo de globalização" (ADORNO; DIAS, 2019, p. 235, tradução nossa)¹¹.

A evolução no sistema de comunicação e transporte propiciou o alargamento de estruturas reticulares com maior velocidade na relação espaço-tempo, característica que representa um dos alicerces para o reordenamento do tráfico de drogas no século XXI. Dessa forma, a rede será um componente da própria territorialidade dessa atividade, ou seja, um emaranhado de formas que se coligam, se interpõem e pulveriza-se rapidamente.

Nesse contexto, os coletivos criminais articulam variadas linhas de poder que conectam territórios contíguos (de domínio do grupo) a áreas longínquas, objetivando criar ligações e efetivamente produzir novas territorialidades. Os territórios-rede, portanto, existem na interdependência entre os circuitos superiores e inferiores das ações reticulares produzidas, edificando adaptações e polivalências que residem na interface entre o legal e o ilegal.

No que tange a expansão destes grupos para áreas que se encontram além do seu escopo original, destaca-se que prevalece a produção de "nós" territoriais que se transformam em espaços estratégicos. Uma das áreas que ganha destaque neste contexto é representada pela fronteira, as quais são fortemente marcadas pela imobilidade rígida dos territórios-zona e, em simultâneo, frutos de múltiplas ações de atores sociais imersos no processo de des-re-territorialização que configuram territórios-rede do tráfico de drogas.

2.4 O conceito de fronteira e a relação com o tráfico de drogas.

Ao refletir sobre o conceito de fronteira, salienta-se que o mesmo é polissêmico, transpassando discussões que analisam desde a perspectiva clássica do limite político-administrativo entre Estados Nacionais até a discussões que envolvem o corpo humano. Neste sentido, concorda-se com Haesbaert (2009), o qual afirma que a fronteira apresenta-se como um componente de qualquer território.

No que tange ao escopo de discussão da ciência geográfica sobre o conceito de fronteira, destaca-se que o mesmo foi entendido por um longo período como exclusivamente como a linha limite do poder administrativo estatal. Tal concepção

¹¹ "The presence and expansion of organised crime is a phenomenon inherent to the process of globalisation".

ganhou força devido à consolidação dos Estados-Nacionais modernos e as discussões que perpassam a soberania interna e externa dos países.

Contudo, com os avanços tecnológicos iniciados na década de 1970 adentra-se um novo momento da história do Estado-Nação e, por conseguinte, da própria essência desta estrutura. Neste bojo, emerge a ideia do “fim das fronteiras” como consequência da desregulação estatal imposta pelo neoliberalismo.

Há, por consequência, uma nítida confusão sobre o papel dos Estados e o conceito de fronteira na conjuntura internacional pós-moderna. Conforme salienta Gemelli (2013, p 30) "A contemporaneidade potencializa a ressignificação de territórios e fronteiras por intermédio de novos mecanismos que, frequentemente, se sobrepõem ao controle oficial do Estado".

Assim, reforçamos que a percepção e o próprio conceito de fronteira constrói-se através de processos históricos em múltiplas escalas. De modo a compreender este conceito, deve-se analisar *a priori* a distinção entre fronteira e limite. Enquanto o último citado é representado pelo espaço fixo, imóvel, a fronteira é fluida, movimenta-se. Machado (1998) salienta que a fronteira é força centrífuga, enquanto o limite é forma centrípeta (MACHADO, 1998). Logo, o conceito de limite está ligado ao (geo)físico, já o conceito de fronteira relaciona-se ao político, econômico, étnico (GEMELLI, 2013).

Outra distinção necessária faz-se acerca das terminologias faixa de fronteira e zona de fronteira. Por faixa de fronteira entende-se como os limites do poder territorial do Estado, de expressão mais jurídica. Já a zona de fronteira diz respeito ao espaço de interação, “uma paisagem específica, um espaço social transitivo [...], fluxos e interações transfronteiriças” (MACHADO e HAESBAERT, 2005, p. 59).

Após esta breve distinção, ressalta-se que não devemos reduzir as análises sobre fronteira ao uso exclusivo de estruturas hegemônicas de poder. A fronteira está ligada a campos mutáveis e voláteis que ultrapassam (e atravessam) o papel do Estado, nos remetendo a um campo de possibilidades e conflitos entre diversos atores. Assim, a fronteira diz respeito a um fator de interação e “integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas” (MACHADO, 1998, p. 2).

As fronteiras nacionais ganham novos contornos, tanto vinculadas ao processo de integração como também ao movimento da vida de atores imersos nestes recortes

espaciais. Seguindo a perspectiva de Dorfman (2009, p. 245), elencam-se outras escalas possíveis no processo de compreensão da fronteira.

Em suma, vê-se um lugar marcado por sua condição fronteiriça, capacitando seus habitantes nas especificidades da vida local. Às opções disponíveis e restrições impostas aos moradores da fronteira correspondem habilidades por eles adquiridas em vários campos, que permitem que os fronteiriços se comuniquem, se relacionem, trabalhem, produzam bens materiais e imateriais adequados ao lugar em que habitam. As especificidades da fronteira podem ser resumidas na expressão condição fronteiriça.

A formação do cotidiano material e imaterial das pessoas que vivem em condição fronteiriça é atravessada por especificidades deste recorte, as quais produzem alternativas que tendem, em diversos casos, à integração. Neste sentido Dorfman (2009, p. 248) escreve que, considerando a vivência “não parece haver uma lógica de institucionalização no horizonte dos agentes locais, mas sim a convivência entre o projeto estatal-nacional para o espaço e outras territorialidades que se infiltram na concretude do território.”.

A vida na fronteira fornece os instrumentos e oportunidade para que seus habitantes, que vivenciam ambos Estados-Nações, tornem-se portadores de um “saber passar” que não se aplica apenas a bens materiais, mas também a constructos simbólicos (DORFMAN, 2013). Ainda segundo a autora citada, as fronteiras apresentam-se como lugares de contradição, uma vez que são entendidas como “periferias” da formação estatal, mas também em relevância aos estados-nações; e, simultaneamente, oferecem uma série de possibilidades políticas e econômicas devido ao trânsito fronteiriço.

Logo, na análise teórica levantada por este trabalho busca-se compreender a fronteira por duas vertentes: a primeira centra-se na visão clássica da política internacional, a qual estabelece discussões que versam acerca desta enquanto limite entre Estados soberanos, cada qual com seu conjunto de leis (MATIAS, 2005). A segunda nos remete ao entendimento da fronteira enquanto um campo de disputas que envolve de um lado os representantes dos Estados (no caso da presente pesquisa os agentes de segurança pública do Uruguai e do Brasil) e do outro os grupos relacionados ao tráfico de drogas internacional, os quais buscam transpor os limites administrativos, produzindo um território transfronteiriço do crime organizado no cone sul.

Dito isso, é necessário ressaltar, visto a relevância do fato que, o tráfico de drogas só funciona da forma como se conhece hoje, devido à corrupção existente no próprio Estado. Sendo assim, grupos criminais ligados ao tráfico de drogas e o Estado não são exatamente inimigos, dado que a atuação deste primeiro depende de estruturas e leis criadas pelo último.

Pois, não existe ilegalidade antes de existir lei que torne determinada prática ilegal, além disso, muitas das estruturas ([i]materiais) construídas pelo próprio Estado, como rodovias ou hierarquia política, são vitais na manutenção do fenômeno do tráfico de drogas. A corrupção de agentes estatais, nas mais diversas posições de poder institucional, a benefício do tráfico é fundamental para a manutenção do fenômeno supracitado.

Frente a estas discussões, entende-se que há uma relação historicamente construída entre as fronteiras nacionais e as múltiplas territorialidades edificadas por coletivos que atuam nestas áreas por meio de atividades ilícitas, evidenciando a conexão entre os territórios-zonas e os territórios-rede. Conforme salienta Dorfman (2009, p. 248) "A fronteira, como objeto em constante e extenuante manutenção, a despeito dos efeitos acumulados historicamente, estimula as territorialidades capilares" (DORFMAN, 2009, p. 248)

Ainda nesta perspectiva:

Apresentamos a fronteira gaúcha como um território em que se pode observar a convivência entre a territorialidade estatal e territorialidades locais, onde a sociedade civil constrói redes de relações que acionam a fronteira em proveito próprio. O território condiciona as ações possíveis aos diferentes grupos, de modo que a população local conhece e respeita as normas do lugar (DORFMAN, 2013, p. 18-19).

Neste caso, evidenciamos a existência das fronteiras do Estado em conjunto com a formação de territorialidades capilares do tráfico de drogas. Esta notável singularidade faz parte do cotidiano dos atores sociais que vivem em áreas fronteiriças. Gemelli (2013, p. 31) vai ao encontro desta perspectiva ao afirmar que:

A contemporaneidade potencializa a resignificação de territórios e fronteiras por intermédio de novos mecanismos que, frequentemente, se sobrepõem ao controle oficial do Estado. Este é o caso da atividade ilegal do tráfico de drogas, cujo funcionamento se baseia em um conjunto de regulamentos criados por seus agentes, que a desenvolvem – de modo mais efetivo – nas áreas de fronteira internacional, haja vista que a fiscalização e coibição nem sempre conseguem cobrir toda a extensão das fronteiras.

Nos espaços fronteiriços a legalidade e a ilegalidade compõem o próprio viver, vinculados a interdependência entre os circuitos superiores e inferiores das redes do tráfico de drogas que possibilitam a adaptação dos atores sociais no cotidiano da fronteira. Assim, inúmeras possibilidades logísticas formam "importantes circuitos comerciais envolvendo mercadorias legais (introduzidas legalmente ou ilegalmente) e mercadorias ilegais" (ALMEIDA, 2017, p. 36). Necessário distinguir, que a percepção sobre a fronteira modifica-se dependendo dos atores que a vivenciam. Enquanto os habitantes vivenciam a fronteira como lugar do seu viver cotidiano, o tráfico de drogas compreende a fronteira a partir de sua utilização, suas possíveis funções para o bom funcionamento da prática do tráfico de drogas.

Alguns municípios fronteiriços, portanto, transformam-se em nós logísticos para a distribuição de entorpecentes ilegais, fazendo parte de uma malha de rotas que objetiva abastecer os mercados regionais, nacionais e internacionais. Os estudos sobre este assunto, por exemplo, Abreu (2017); Manso e Dias, (2018); Machado (2000, 2009 e 2011); Gemelli (2012) Adorno e Dias (2019), demonstram haver no cenário relativo ao narcotráfico áreas de forte disputa (como a bacia Amazônica e o limite fronteiriço do Paraguai com o Brasil no estado de Mato Grosso do Sul e Paraná). As quais são caracterizadas pelo domínio dos coletivos criminais com maior poder e amplitude de ação no território nacional.

Não obstante, nota-se que outras regiões brasileiras também ganharam destaque na última década no que tange ao tráfico de drogas, uma vez que há o aumento do mercado consumidor regional e a organização de coletivos criminais de menor porte que buscam construir estratégias próprias para manter a hegemonia do mercado, como o caso da fronteira do Brasil com o Uruguai no estado do Rio Grande do Sul.

3. FRONTEIRA E TRÁFICO DE DROGAS: O RECORTE BRASIL-URUGUAI

Neste capítulo será construído um espaço textual para caracterizar alguns marcos importantes que constituem a base deste trabalho. Desta maneira, começamos com uma análise da fronteira Brasil-Uruguaí por meio da contextualização histórica deste recorte espacial. Em seguida, partimos para a caracterização dos municípios fronteiriços que a compõem do “lado” brasileiro (Aceguá, Bagé, Barra do Quaraí, Chuí, Dom Pedrito, Herval, Jaguarão, Pedras Altas, Quaraí, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento e Uruguaiana) e os departamentos que fazem parte do Estado uruguaio (Artigas, Cerro Largo, Rivera, Rocha e Treinta y Tres).

Após este momento, voltamos nossa discussão para o fenômeno do tráfico de drogas através de escalas distintas. Realizamos uma análise do tráfico de drogas no Brasil e os diversos coletivos criminais existentes, centrando nosso foco principalmente no Comando Vermelho (CV) e no Primeiro Comando da Capital (PCC) e demonstrando a relação destes com a fronteira brasileira.

Tendo o contexto brasileiro construído, centramos o debate na cena do tráfico de drogas gaúcho, demonstrando a emergência dos principais coletivos criminais que atualmente possuem relevância no estado. Além disso, compreende-se que a transposição de uma economia do crime que dependia de roubos em grande escala (principalmente bancos e carros fortes) para o tráfico de drogas como principal fonte de arrecadação financeira, impactou nas dinâmicas destes grupos, produzindo movimentos de expansão mercadológicos, entre os quais destaca-se a fronteira do Brasil com o Uruguaí.

3.1 A fronteira Brasil-Uruguaí e sua história

A fronteira do extremo sul brasileiro caracteriza-se por possuir uma grande integração com o país vizinho, existindo uma série de municípios que constroem um cotidiano em comum nos limites entre os Estados. Tal contexto é fruto de um processo histórico de integração, em que estão inseridos desde povos indígenas como os Kaingang, Guaicurus e Guaranis, em conjunto com o múltiplo processo de ocupação dos pampas sulinos pelas potências europeias (DORFMAN, 2009).

Com a chegada e ocupação territorial dos povos ibéricos no território indígena que viria a ser denominado Brasil, desembarcam uma série de estruturas sociais,

como, por exemplo, os jesuítas, com o intuito de ocupar terras e catequizar aqueles entendidos como pagãos, ou seja, os povos originários que viveram no pampa.

Este processo não foi pacífico e além da coerção cultural, religiosa, física e psicológica, ocorreu a destruição de territórios tradicionais em prol desta nova ocupação; o que houve efetivamente foi um etnocídio acobertado pelo discurso do desenvolvimento, conforme aponta Porto-Gonçalves (2006). Nesse sentido, as missões e posteriormente as reduções serviram como aparelho dos Estados ibéricos na América Latina que visavam muito além da simples catequização, sendo uma das bases para o processo de ocupação e aniquilação das culturas locais (DORFMAN, 2009).

As reduções na banda sulina concentraram-se no centro da bacia do Prata, originando a Província Jesuítica do Paraguai, a qual era autônoma em relação às coroas ibéricas. O grande contingente indígena era responsável por plantações de bens alimentícios, além da maestria em lidar com o gado, ocasionando uma maior atenção de jesuítas e de atores representantes dos estados da península ibérica que desembarcavam no litoral.

O labor da pecuária e o comércio da carne bovina foi uma constante em boa parte da história do Rio Grande do Sul, principalmente no extremo sul do estado. A criação do gado, nos primeiros momentos da recém ocupada área sulina, era realizada em espaços abertos, nos quais o legal e o ilegal caminhavam lado a lado. O destino para o abatimento e comercialização da pecuária ocorriam em áreas longínquas, perpassando no primeiro momento pelas "vacarias del mar" e "vacaria dos pinhais" e, posteriormente, no desenvolvimento da indústria do charque na região que atualmente insere-se o município de Pelotas.

A atratividade relacionava-se não somente a pecuária sulina, mas também a posição geopolítica estratégica da região sul tanto para Portugal como Espanha. No contexto de estabelecimento das fronteiras, diversos tratados foram construídos entre estes países, os quais envolviam diretamente o estabelecimento de limites legais neste recorte espacial.

Entre eles destacam-se o Tratado de Madri de 1750, o qual reviu as fronteiras estabelecidas entre Portugal e Espanha referente ao Tratado de Tordesilhas (1494). O novo acordo, por meio do ideal jurídico *Uti possidetis*, estabeleceu que as terras ocupadas por determinada nação pertenceriam a ela. No contexto estabelecido,

ocorre a revogação do tratado de Tordesilhas e, por consequência, redefine-se as fronteiras da região sul. Por meio deste novo acordo, Portugal concedeu a Colônia de Sacramento para a Espanha, em troca da ocupação da área dos Sete Povos das Missões; processo este que culmina com as guerras guaraníticas (1753-1756).

Com um cenário de intensos conflitos que envolveram a ocupação dos territórios do sul e a delimitação efetiva de fronteiras, outros acordos foram arregimentados, como O Tratado de Santo Ildefonso (1777) e O Tratado de Badajós (1801), formando então o contorno atual do limite entre o Brasil e o Paraguai.

Destaca-se que nesta história da busca pela efetiva ocupação e estabelecimento jurídico dos limites, às atividades ilegais, principalmente o contrabando, consolidam-se como ações que fizeram parte do viver na fronteira. Um exemplo da movimentação entre a legalidade e a ilegalidade pode ser citado por meio do personagem Rafael Pinto Bandeira.

Este chefe militar português do século XVIII utilizava de sua posição como governador interino e coronel para realizar atividades “nos estratos “superiores” bem como nos “inferiores” da sociedade.” (DORFMAN, 2009, p. 34). O bando de Pinto Bandeira, como eram conhecidos, atuavam nas vias ilícitas do comércio de couro, gado e mula, em conjunto com o desempenho de atividades legais. “Especialmente, o contrabando capitaneado por Pinto Bandeira criava alianças, tendo tecido uma rede que ligava Rio Grande a financiadores do Rio de Janeiro e Montevideú e enviava tropas para Curitiba.” (DORFMAN, 2009, p. 35)

Essa dupla função não se destinava apenas a quem possuía acesso ao “estrato superior” da sociedade, mas também a trabalhadores rurais que realizavam o contrabando sazonalmente. Doravante, a formação dos primeiros núcleos urbanos nos limites entre os Estados relaciona-se diretamente com rotas comerciais, legais e ilegais, em conjunto com os entrepostos militares.

Esses nomes dão ainda pistas das relações – nem sempre legais – que levaram ao surgimento de formas espaciais como caminhos e núcleos urbanos. Chuí-Chuy, Cerrilhada-Serrillada, Aceguá-Acegua, são exemplos. Existe ainda Barra do Quaraí-Bella Unión; Quaraí-Artigas; Vila Tomás de Albornoz-Masoller. Jaguarão tem, à sua frente, a cidade de Río Branco, batizada em português em homenagem à generosidade do Barão na negociação dos limites dentro da Lagoa Mirim (DORFMAN 2009, p. 41)

A fronteira sul brasileira então pode ser compreendida como produto de um constante processo de integração e conflito, os quais fazem parte em grande medida da essência fronteira. Conforme aponta Dorfman (2009, p. 41) "repete-se dos dois lados da linha de fronteira, remetendo a passos, lugares de observação etc., simbolizando a experiência de contato, a correspondência, o duplo".

A condição fronteira (DORFMAN, 2013) deste espaço evoca questões de sua própria produção histórica que se refletem no viver cotidiano atual. A condição fronteira representa o "saber-passar" e o entender a fronteira como um espaço em si, sem negar a existência dos Estados-Nações, mas demonstrando que o processo de construção destes espaços ímpares transborda os limites estabelecidos, sendo construídos por aqueles que praticam/vivem as relações fronteiriças.

3.2. Os municípios fronteiriços no contexto atual

3.2.1 O "lado" brasileiro

Os municípios que compõem o grupo aqui estudado não apresentam características homogêneas, sendo observadas grandes diferenças na estrutura física e social destas localidades. No que concerne ao contingente populacional, o município com menor população é Pedras Altas, com um total de 2.212 habitantes e o maior Uruguaiana com 125.435 habitantes (IBGE, 2020) - (Quadro 01).

Quadro 1: Características Populacionais dos Municípios Fronteiriços - 2010

Características Populacionais - Censo 2010				
Municípios	Total População	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área Total em Km ²
ACEGUÁ*	4.394	1.059	3.335	1.549,4
BAGÉ	116.794	97.765	19.029	4.095,6
BARRA DO QUARÁ*	4.012	2.840	1.172	1.056,1
CHUÍ*	5.917	5.697	220	202,6

Características Populacionais - Censo 2010				
DOM PEDRITO	38.898	35.255	3.643	5.192,1
HERVAL	6.753	4.519	2.234	1.757,8
JAGUARÃO*	27.931	26.105	1.826	2.054,4
PEDRAS ALTAS	2.212	768	1.444	1.377,4
QUARAÍ*	23.021	21.310	1.711	3.147,6
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	30.990	26.890	4.100	5.244,4
SANTANA DO LIVRAMENTO*	82.464	74.410	8.054	6.950,4
URUGUAIANA	125.435	117.415	8.020	5.715,8
Total	468.821	414.033	54.788	38.343,6

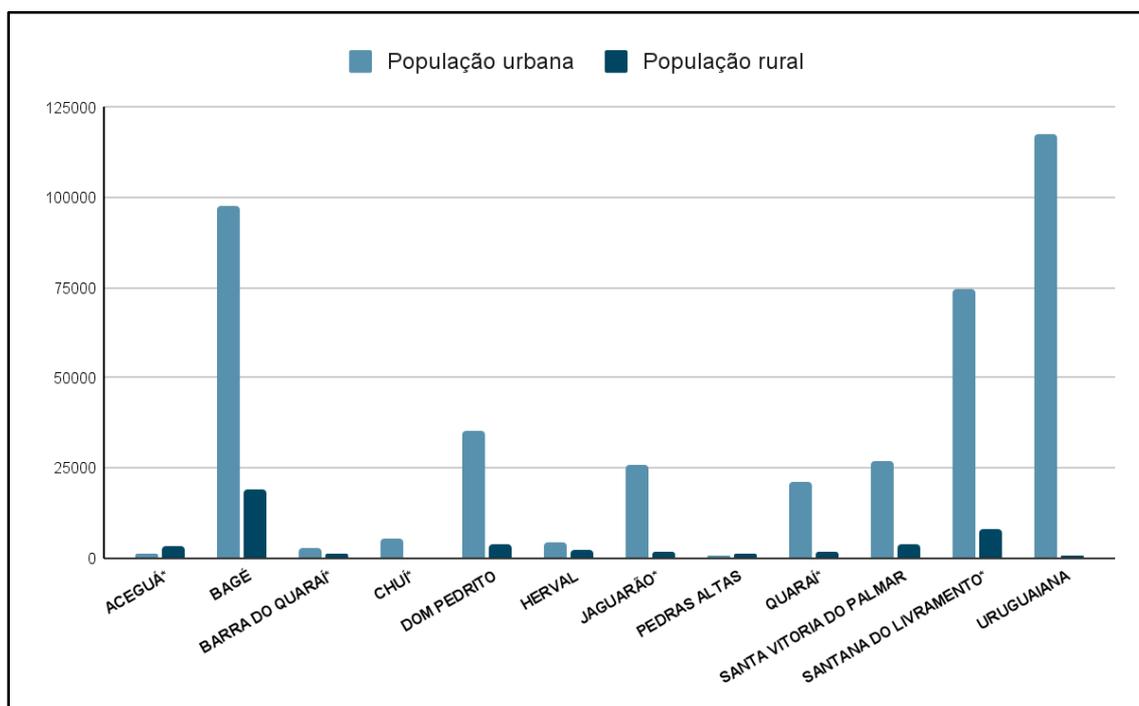
Fonte: IBGE, 2021. Organizado pelo autor.

No primeiro olhar, fica evidente a amplitude de variação no número de habitantes dos municípios fronteiriços; 05 municípios possuem menos de 10.000 habitantes (Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Herval e Pedras Altas); 05 municípios com menos de 100.000 habitantes (Dom Pedrito, Jaguarão, Quaraí, Santa Vitória do Palmar e Santana do Livramento); e apenas 02 municípios figuram com uma população acima de 100.000 habitantes (Bagé e Uruguaiana¹²)

Nota-se também como característica geral que a maioria da população que reside nestes municípios encontra-se localizada no espaço urbano, seguindo a característica populacional do estado do Rio Grande do Sul (Figura 08)

¹² A cidade de Uruguaiana faz fronteira com o município de Paso de Los Libres da Argentina. Contudo, o município de Uruguaiana entrou em nosso recorte de pesquisa devido a seus limites territoriais ao sul coligarem-se com a República Oriental do Uruguai.

Figura 08: Gráfico da População Urbana e Rural nos Municípios Fronteiriços - 2010.



Fonte: IBGE, 2021. Organizado pelo autor.

Esta população, predominantemente urbana, recebe uma média de 2,2 salários mínimos em 2019, a qual diz respeito ao trabalhador formal destas localidades. Além disso, o PIB municipal é variado: há municípios como Aceguá que detêm um PIB municipal de 248.094 reais e municípios como Bagé com seus 2.977.723 reais. O maior e menor IDH entre os municípios, respectivamente, pertencem a Bagé (0,744) e Pedras Altas (0,640) - (quadro 02).

Quadro 2: Características Econômicas dos Municípios Fronteiriços

Dados referentes à dimensão econômica dos municípios fronteiriços			
Municípios	Salário Médio/Mês Trab. Formal (2019)	PIB Municipal - Mil Reais (2018)	IDH Municipal (2010)
ACEGUÁ*	2,6	R\$ 248.094,00	0,687
BAGÉ	2,9	R\$ 2.977.723,00	0,740

BARRA DO QUARAÍ*	1,9	R\$ 174.434,00	0,662
CHUÍ	1,8	R\$ 379.119,00	0,706
DOM PEDRITO	2,1	R\$ 1.325.429,00	0,708
HERVAL	2	R\$ 133.957,00	0,687
JAGUARÃO	2,1	R\$ 670.646,00	0,707
PEDRAS ALTAS	2,6	R\$ 110.305,00	0,640
QUARAÍ	1,8	R\$ 447.579,00	0,704
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	2,2	R\$ 2.631.507,00	0,710
SANTANA DO LIVRAMENTO	2	R\$ 1.344.185,00	0,727
URUGUAIANA	2,1	R\$ 2.771.361,00	0,744
Média	2,2	R\$ 1.101.194,92	0,702

Fonte: IBGE, 2021. Organizado pelo autor.

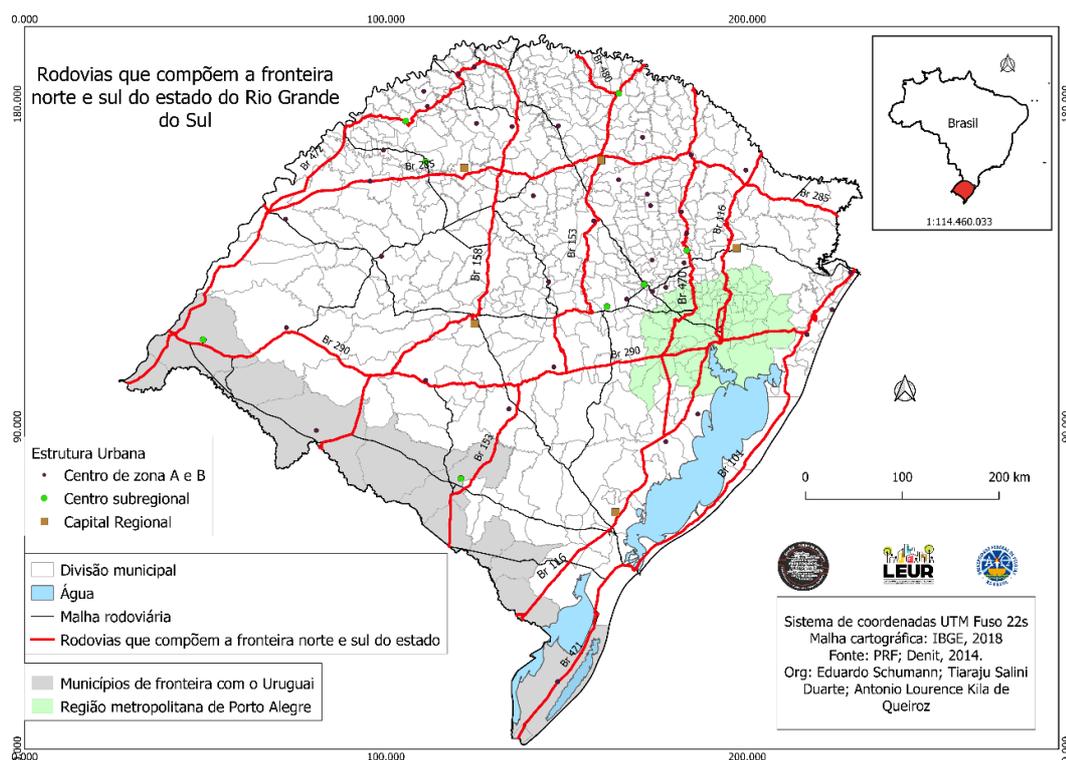
Nota-se, então, que os municípios fronteiriços seguem a mesma lógica que o restante do país quando analisadas questões populacionais e econômicas, ou seja, quanto maior o contingente populacional, mais elevado o PIB do município em função da maior movimentação econômica. Contudo, também seguindo a lógica brasileira e gaúcha, há nestes municípios uma significativa concentração de renda, fato que reverbera no IDH municipal.

Apontamos que a economia destes municípios em parte expressiva é baseada na agropecuária, principalmente na produção de carne e grão. A presença de indústrias é pequena e concentra-se, em grande medida, na transformação de grãos vinculada aos complexos agroindustriais.

Entre os municípios produtores de grãos ganham relevância Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Uruguaiana e Barra do Quaraí, sendo os principais cultivos arroz, milho e soja. Os municípios de Herval, Pedras Altas, Dom Pedrito, Bagé, Aceguá, Quaraí e Santana do Livramento destacam-se na criação e abate de bovinos.

No que tange a integração desta estrutura econômica e populacional com os núcleos urbanos maiores, salientamos que a mesma é realizada principalmente via modal rodoviário (figura 09).

Figura 09: Mapa de Rodovias que compõem a fronteira norte e sul do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Denit, 2014. Organizado pelos autores.

Na estrutura reticular, destacam-se no extremo sul as rodovias federais BR-471 (integrada a BR-101 via litoral) e a BR-116 no extremo sul, coligando as cidades de Chuí, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão a capitais regionais como Pelotas e Rio Grande.

No sentido Sudeste-Nordeste ganha importância a rodovia federal BR-293, a qual conecta diversos municípios ao longo da linha divisória entre o Brasil e Uruguai. Como conexão com a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no que diz respeito ao sentido Leste-Oeste, destaca-se a BR-290 coligando importantes cidades do oeste e sudoeste gaúcho como Santana do Livramento e Uruguaiana.

Os modais rodoviários de integração para a fronteira sul apresentam uma densidade significativa, visto a existência de uma malha rodoviária tanto federal como estadual. A estrutura técnica no território possibilita um rápido escoamento não somente de mercadorias, mas também de atores sociais diversos que buscam nas cidades fronteiriças alguns atrativos, entre os quais destacam-se as áreas de livre comércio (*free-shops*¹³) em alguns municípios.

Por fim, ressaltamos que dos 12 municípios analisados, 06 são cidades-gêmeas (Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Jaguarão, Quaraí e Santana do Livramento), ou seja, é comum nestas localidades a existência de núcleos familiares binacionais e o fluxo cotidiano intenso na linha de fronteira.

Nas cidades-gêmeas que compõem o recorte espacial analisado, o comércio legal e ilegal merece atenção especial, pois este compõe parte importante da vida cotidiana dos cidadãos locais. O movimento populacional que transborda o limite Estatal, que por vezes é uma rua (como no caso Chui-Chuy) ou uma ponte (como em Rio Branco-Jaguarão), compõe o cotidiano fronteiriço, originando ímpares características.

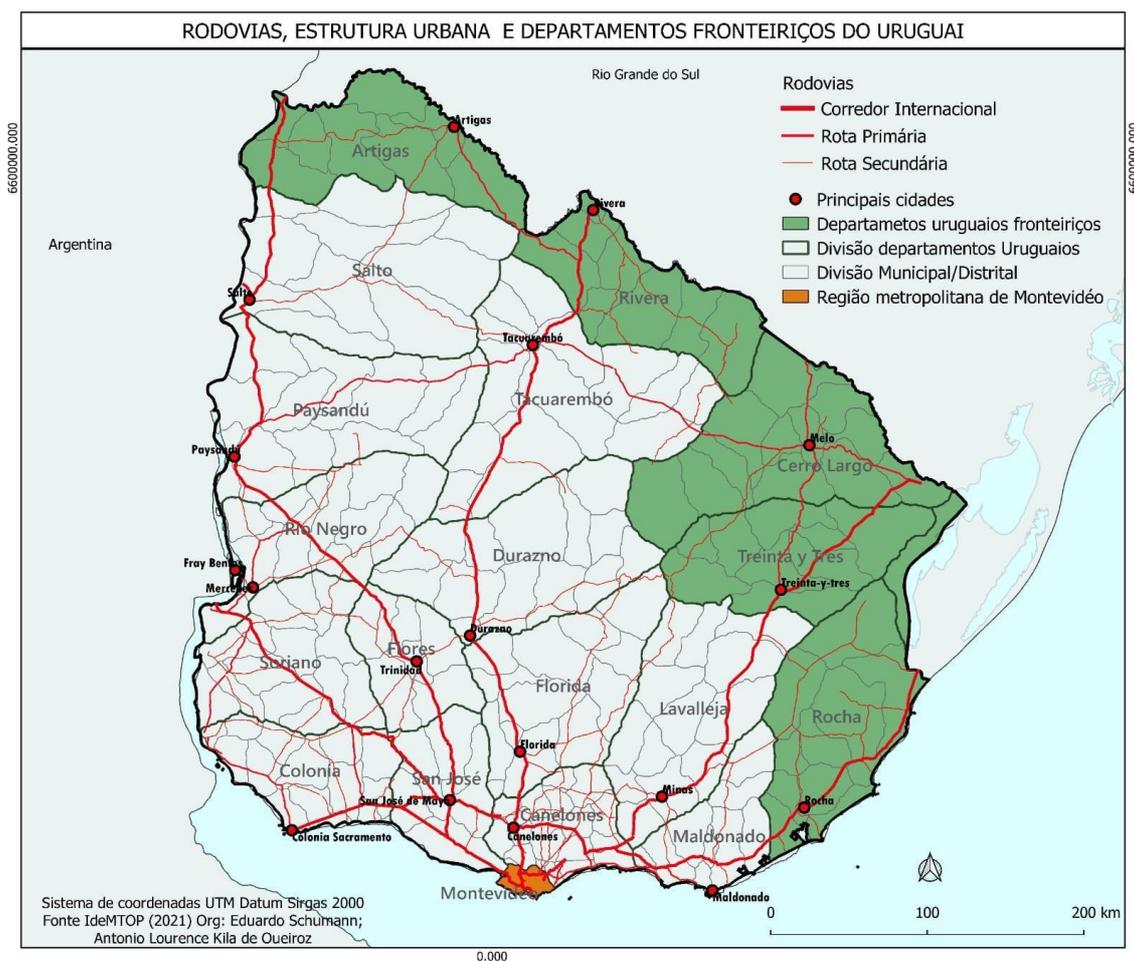
3.2.2 O "lado" uruguaio

A caracterização do lado uruguaio da fronteira é analisada tendo como recorte administrativo a divisão departamental deste país. Como base de dados, utiliza-se o "Observatorio Territorio Uruguay", vinculado à "Oficina de Planeamiento y Presupuesto" que, por sua vez, possui integração com o Governo do Estado uruguaio.

¹³ *Free-shop* é um tipo de comércio fronteiriço popular na fronteira entre Brasil e Uruguai. A lei uruguaia 222/86, de 23 de abril de 1986 torna legal sua existência, e segundo Araújo (2020, p. 21): "este decreto instituiu no país o sistema de vendas de artigos livres de impostos apenas para consumidores em trânsito, turistas estrangeiros e que tais lojas de *free-shops* deveriam estar localizados em pontos da fronteira terrestre com o Brasil". Ressalta-se ainda a existência deste tipo de comércio também no lado brasileiro da fronteira.

Os departamentos que compõem a fronteira entre Uruguai e Brasil são Artigas, Cerro Largo, Rivera, Rocha e Treinta y Tres (figura 10). A apresentação do perfil destes departamentos é feita na ordem apresentada e trazem dados sobre sua demografia, atividade econômica, educação, empregos e saúde.

Figura 10: Rodovias, Estrutura Urbana e Departamentos Fronteiriços do Uruguai.



Fonte: IdeMTOP, 2021. Organizado pelo autor.

O departamento de Artigas conta com uma população de 73.377 habitantes, segundo o censo de 2011, sendo 95,2% desta população urbana. Contribuindo em 1,5% do PIB do Uruguai, Artigas tem no setor terciário metade de sua renda, sendo a outra metade distribuída entre o setor primário e secundário.

Destaca-se que a cidade principal deste departamento é Artigas, com um total de 44.000 mil habitantes, a qual faz fronteira com o município de Quaraí, sendo caracterizado dentro do universo das cidades-gêmeas brasileiras e uruguaias. Ambas

localidades são separadas/unificadas por meio da ponte Ponte Internacional da Concórdia, possuindo uma integração econômica e cultural significativa. Conforme aponta Machado (2005, p. 12), "estes adensamentos populacionais [...] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira".

O departamento de Rivera possui um total de 103.473 habitantes e destes 92,7% são habitantes de zonas urbanas. A nível educacional, 2,7% da população acima de 15 anos é analfabeta. Os indicadores de 2020 apresentam uma taxa de 55,2% da população ativa e 50,4% em trabalhos formais. Este departamento é responsável por 2,1% do PIB do país, além disso, dá continuidade à lógica de o setor terciário ser mais relevante do que os setores primários (16%) e secundário (32,7%).

Rivera igualmente é o nome da principal cidade deste departamento, possuindo aproximadamente cerca de 70 mil habitantes. A capital homônima divide sua malha urbana com a cidade de Santana do Livramento, também compondo o universo de cidades-gêmeas. Divididas apenas por uma rua, a integração econômica é intensa, sendo comum o turismo de brasileiros na cidade para realizar compras nas áreas de *free shop*.

Cerro Largo, departamento central do Uruguai, possui uma população de 84.698 habitantes e, desta, 93% reside no espaço urbano. Neste departamento a população maior de 15 anos possui uma taxa de 1,9% de analfabetismo. Nas questões trabalhistas, 55,8% da população encontra-se ativamente, sendo que 51% possui emprego formal.

Este recorte administrativo é responsável por cerca de 1,9% do PIB do país e, assim como Artigas, possui no setor terciário metade de sua renda. A capital de Cerro Largo é Melo, com cerca de 50 mil habitantes segundo o censo de 2011. Esta cidade, diferentemente de Rivera e Artigas, não é uma cidade-gêmea e localiza-se próximo dos municípios de Herval (160 KM), Aceguá (58,9 KM) e Pedras Altas (144 KM), sendo tais distâncias facilmente percorridas por automóveis.

O penúltimo departamento fronteiriço é Rocha, com uma população de 68.088 habitantes, dos quais 93,9% da população reside no perímetro urbano. No referido departamento o índice de analfabetismo na população com mais de 15 anos é de 1,7%. Segundo os dados, Rocha possui uma taxa de 56,6% de trabalhadores ativos, sendo 51,2% de trabalhadores formais. O departamento participa com 1,9% do PIB

do Uruguai, sendo o setor terciário o mais relevante, seguido pelo setor primário e secundário.

A capital do departamento de Rocha é homônima ao departamento, distante cerca de 135 Km de distância da linha de fronteira com o Brasil e 200 Km de Montevideu. Em termos fronteiriços, destacamos que neste departamento há uma série de localidades com grande relevância para o setor do turismo, tendo em vista sua característica litorânea, neste sentido, há um fluxo significativo de visitantes brasileiros e uruguaios no período do verão devido às suas praias, como La Paloma e Castillos.

Também neste departamento há uma cidade denominada Chuy, a qual possui centro urbano conurbado com o município de Chuí (BR), inserindo-se no universo das cidades-gêmeas. Na fronteira que divide/une os Estados há uma grande variedade de *free-shops*, ocasionando um movimento intenso que tange ao fluxo de pessoas e capitais.

O último departamento a ser caracterizado aqui é Treinta y Tres¹⁴; este possui um total de 48.134 habitantes dos quais 93,4% são residentes urbanos. Neste universo, 54,6% e 47,8% correspondem às taxas de trabalhadores ativos e trabalhadores formais e o departamento contribui com 1,2% do PIB do Uruguai, segundo os dados de 2018, e o setor terciário apresenta-se como o mais relevante, seguido do setor secundário e primário.

Treinta y Tres, seguindo a lógica dos outros departamentos, possui capital homônima. No censo de 2011, Treinta y Tres consta com cerca de 25 mil habitantes e localiza-se a uma distância de 128 KM de Jaguarão (BR). Neste sentido, a Rota 18 permite que essa distância seja percorrida em menos de 2 horas, possibilitando uma conexão direta entre ambas as cidades. Além disso, esta cidade se encontra a mais de 300 KM de Montevideu através da Rota 08, articulando a capital departamental não somente com a fronteira norte do Estado, mas também com a Região Metropolitana de Montevideu.

Tal característica não é exclusiva desta localidade, sendo verificada também em Melo, Rocha e Rivera (figura 09). Dos 5 departamentos uruguaios aqui analisados,

¹⁴ Mesmo não tocando a linha de fronteira diretamente, este departamento apresenta características importantes para compreender o fluxo de drogas para o Uruguai.

apenas Artigas não possui uma rede técnica que articule diretamente a fronteira entre o Brasil e Montevideu¹⁵.

Como pode-se analisar, os departamentos fronteiriços entre o Brasil e Uruguai possuem características similares, principalmente nos setores produtivos, sendo o terciário o mais relevante. A contribuição do PIB dos 5 departamentos tem uma média de 1,7, sendo Rivera o que possui maior relevância e Treinta y Tres o que menos contribui.

Em termos relativos aos índices criminais, salientamos que, com exceção de Treinta y Tres e Cerro Largo, os demais departamentos apresentam uma média de homicídios por 100.000 habitantes alta, sendo o departamento de Rivera o que possui a maior média (14,7 homicídios), seguido de Rocha com um total de 10,8 homicídios por 100.000 mil habitantes.

Como podemos observar, seja pela integração econômica/política ou ainda na construção de uma identidade “múltipla”, a ligação fronteiriça entre o Brasil e Uruguai é extremamente elevada. Conforme Haesbaert e Santa Bárbara (2001, p. 6), os limites da fronteira Brasil – Uruguai possuem uma significativa integração:

A linha “seca” que hoje serve de limite entre o Brasil e o Uruguai demonstra bem esta maleabilidade transfronteiriça que por muito tempo tem feito dessa fronteira um território de múltiplos contatos. Localidades gêmeas como Santana do Livramento-Rivera e Chuí-Chuy revelam um limite na prática imperceptível.

Desta forma, por meio da grande mobilidade de indivíduos pertencentes a ambos os países, a fronteira será marcada como importante ponto nodal de conexão para diversos atores. A existência de uma estrutura técnica material em ambos os “lados” possibilita, através de uma série de rodovias, a integração com as principais áreas econômicas do Uruguai.

Somando-se as rotas primárias e secundárias, a malha rodoviária do país demonstra sua capacidade de comunicação territorial entre diferentes espaços, sendo mais densa ao sul e mais dilatada ao norte. A Região Metropolitana de Montevideu recebe destaque no setor econômico, além de possuir a maior densidade demográfica do país.

¹⁵ Artigas depende da Rota 30 para conectar-se à Rota 5, mesma via que articula Rivera (cidade-gêmea de Santana do Livramento) a capital Montevideu.

Assim como no Rio Grande do Sul, a Região Metropolitana de Montevideu é ponto de encontro entre as rodovias que se destacam na dinâmica de escoamento de pessoas, capital e informação. Esta característica detalhada, em conjunto com um mercado consumidor de maconha em crescimento, transforma-se em atrativo para a expansão dos coletivos criminais gaúchos para a fronteira.

3.2.2.1 A regularização da maconha no Uruguai

Ainda versando sobre a caracterização do país vizinho, é necessário apresentar, mesmo que de forma breve, as características da regularização da produção, comercialização e consumo da maconha no Uruguai. Visto que esta diferencia-se do processo posto em prática em países como Canadá, alguns estados estadunidenses ou até mesmo a descriminalização posta em prática em Portugal.

A alteração legislativa referente a maconha no Uruguai remete a Lei nº 19.172 promulgada em 20 de dezembro de 2013, tendo sua publicação no dia 07 de janeiro de 2014 com o título *Regulación y Control del Cannabis*, possuindo 44 artigos, além de 6 Decretos Regulamentários.

De acordo com a mudança normativa definida pela lei, o Estado assume o controle e a regulação das atividades de importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, produção, aquisição de qualquer forma, armazenamento, comercialização e distribuição de *cannabis* e seus derivados, ou cânhamo quando correspondente (artigo 2 da Lei nº 19.172). De modo que todo o processo legal é revisado pelo Instituto de Regularização e Controle da *Cannabis* (IRCCA). (HYPOLITO, 2018. p. 54)

O IRCCA foi criado para lidar com a nova legislação, sendo o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da lei, além de deferir licenças “referentes à produção, elaboração, coleta e venda da maconha” (HYPOLITO, 2018. p. 54). Além disto é também o órgão incumbido de aplicar sanções a infrações cometidas, bem como promover ações visando a diminuição de danos pelo uso indevido da maconha.

Configurando uma exceção a lei de drogas do país, a regulação permite a produção, comercialização e abastecimento pessoal ligados ao uso pessoal, medicinal e investigativo. São também três as formas de acesso a maconha regularizada no Uruguai: o cultivo doméstico (até 6 pés da planta, com produção anual máxima de 480 gramas, sendo permitido também possuir o aparato material para possibilitar produção e armazenamento), Clubes Cannábicos (são pessoas jurídicas formadas através de associações civis tendo por finalidade a produção, possibilitando o consumo para seus membros, não sendo permitido a comercialização de maconha)

e a compra em comércios autorizados para venda (são as farmácias, este tipo de comércio pode realizar a venda de 10 gramas semanais ou 40 gramas mensais por indivíduo) (HYPOLITO, 2018).

Para tornar-se um consumidor ou cultivador dentro do sistema regularizado pelo Estado é necessário possuir registro junto ao IRCCA (HYPOLITO, 2018. p. 58)

De acordo com o regime jurídico estabelecido pela lei de regulação, os registros dos usuários e cultivadores têm caráter de dado sensível (artigo 8 da Lei nº 19.172). Deste modo, a identidade dos consumidores ou cultivadores registrados só pode ser solicitada através de autorização judicial que deve ser direcionada e solicitada ao IRCCA.

Apesar da regularização da maconha no Uruguai ter suas etapas de importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, produção, aquisição de qualquer forma, armazenamento, comercialização e distribuição de maconha geridas pelo Estado, este realiza parceria com o setor privado através de licitação para realizar a produção e distribuição para farmácias, sendo que “duas empresas receberam as licenças para produzir e distribuir a maconha, com rendimento máximo restrito a duas toneladas anuais para cada.” (HYPOLITO, 2018. p. 60)

3.3 Extremo Sul: Coletivos criminais no Rio Grande do Sul e a fronteira Brasil-Uruguai

Busca-se aqui, adentrar o cenário do tráfico de drogas através do olhar geográfico. Para tal, é construído uma visão de sobrevoo da atuação dos coletivos criminais envolvidos com o tráfico de drogas ilícitas na escala nacional. A escolha em começar por estes coletivos relaciona-se a importância destes na estrutura do tráfico de drogas brasileiro, os quais exercem forte influência nas regiões de fronteira, principalmente no Paraguai, articulando uma rede de contatos e distribuição dos entorpecentes ilícitos para todas as regiões brasileiras.

Após esta primeira contextualização, adentra-se nas discussões sobre os coletivos criminais do Rio Grande do Sul, buscando analisar sua origem e estrutura até os dias atuais. Por fim, a atenção é voltada para a fronteira sul, as velhas rotas do contrabando na fronteira e os novos atores que utilizam desta estrutura técnica para deslocar entorpecentes rumo ao mercado uruguaio.

3.3.1 O tráfico de drogas no Brasil: Coletivos criminais na escala nacional.

Em 1979 uma série de apenados organizou-se no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande em Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro; esses dão origem a um dos primeiros coletivos criminais envolvido com tráfico de drogas ganhando relevância nacional, a Falange Vermelha (FV), posteriormente rebatizado de Comando Vermelho (CV). Salienta-se que tal origem foi possível porque todos os elementos prévios já estavam predispostos: a precária condição carcerária, os abusos de autoridade pelos agentes penitenciários, além da coexistência de lideranças dentro do sistema prisional, fruto de uma história atrelada principalmente a roubos de grandes estabelecimentos.

O discurso que nasce na Falange Vermelha, e perpassa outros coletivos, tem como um dos eixos principais a união entre criminosos contra o Estado, sendo este último o responsável por uma série de opressões, injustiças e agressões contra os apenados. Diferentemente do surgimento de outras organizações criminosas, como as máfias italianas, as gangues estadunidenses e os cartéis colombianos, a maioria dos coletivos criminais brasileiros tem origem dentro do sistema prisional (ZALUAR, 2004).

Amorim (1993, p. 35) aponta que:

A prisão da Ilha Grande não nega ser uma das piores do mundo. Foi exatamente trabalhando sob essas inimagináveis condições de vida que ele e seus companheiros conseguiram construir o alicerce de uma organização que se tornaria mais poderosa que o próprio sistema penitenciário.

O caráter aglutinador de indivíduos em torno de um coletivo é, em parte, devido à vivência de experiências degradantes no sistema penitenciário, “A união dos presos comuns para resistir ao clima geral de barbaridade no Instituto Penal Cândido Mendes tinha uma base objetiva: sobreviver.” (AMORIM, 1993. p. 36). Situações que variam desde agressões e torturas por parte dos guardas e outros apenados, passando pela ausência de estrutura sanitária e até mesmo o descaso com questões burocráticas, construíram simbolicamente um movimento de união entre os presos por meio de significantes em comum.

A forma de organização iniciada pela Falange Vermelha espalhou-se rapidamente pelo país. Destacamos que a organização dentro do sistema prisional destes coletivos possui uma conexão direta com a ordenação das territorialidades do

crime no espaço urbano. No caso do CV, a estrutura descentralizada de organização interna possibilitou a tomada de áreas pobres do Rio de Janeiro por lideranças diversas, sendo que cada uma produzia sua própria territorialidade por meio do controle de parcelas da cidade (morro), estabelecendo diretrizes de ordenação social.

No movimento de emergência de grupos criminais no Brasil, em 1993 nascia no interior do sistema prisional paulista o maior coletivo criminal envolvido com tráfico de drogas brasileiro no contexto atual, o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Seguindo a lógica de uma organização que visa melhores condições dentro do sistema prisional, o PCC passa a exercer a hegemonia no controle do sistema penitenciário do estado de São Paulo a partir do início do século XX. De forma distinta do CV, o grupo paulista terá como característica em sua origem a centralização das decisões e ações que incidem dentro e fora do sistema penitenciário. Ressalta-se que esta centralização ocorre no interior do coletivo criminal, mas a organização interna deste grupo é, até certo ponto, descentralizada em níveis de atuação.¹⁶

Ou seja, há cúpula que possui a última palavra, mas as decisões não são tomadas por um único indivíduo. Há lideranças ao nível nacional, estadual, municipal/bairros. Havendo, geralmente, apenas uma liderança por morro, por exemplo, mas consoante ao aumento progressivo das escalas as lideranças tendem a se descentralizarem, no interior de uma cúpula centralizada.

Como escrito, a organização é multiescalar e o mesmo aplica-se para a cadeia produtiva. O início desta dá-se em países como Colômbia, Paraguai e Bolívia, utilizando do imenso território brasileiro como mercado consumidor e rotas de transporte para países europeus e africanos. No que diz respeito ao mercado consumidor brasileiro, o norte do país possui uma quantidade expressiva de rotas fluviais, rotas estas que vão diminuindo quanto mais ao sul, mas não são inexistentes, ressalta-se a título de exemplo a tríplice fronteira entre Paraná (Brasil), Argentina e Paraguai.

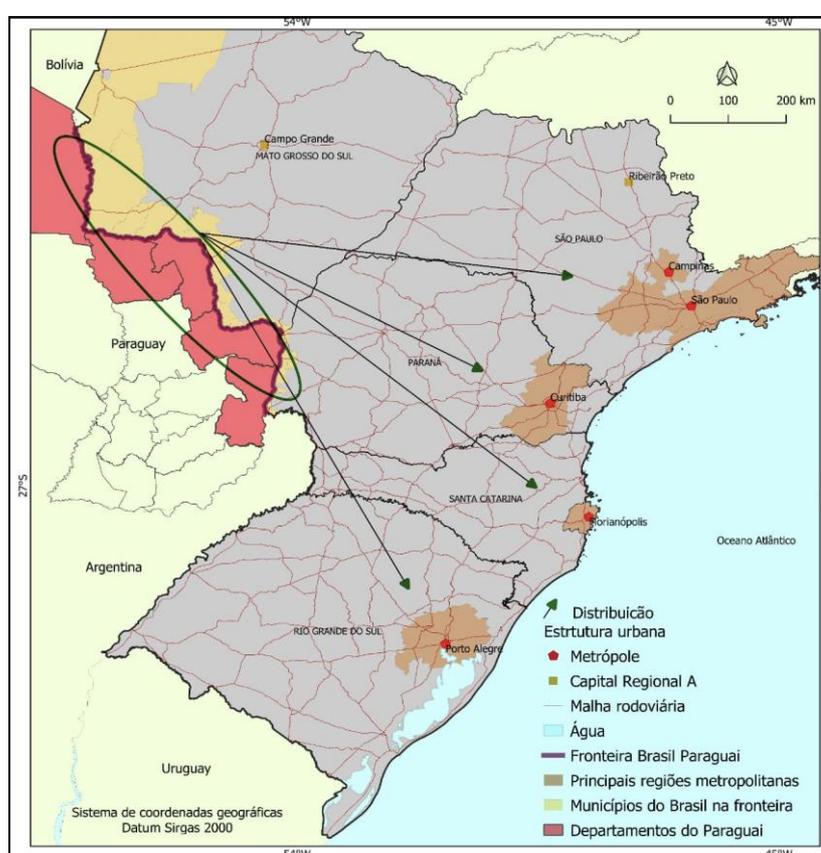
À medida que a densidade da rede rodoviária aumenta nota-se uma maior maleabilidade das rotas, permitindo a construção de inúmeras possibilidades logísticas em menor espaço de tempo que originam "importantes circuitos comerciais

¹⁶ Ver o organograma produzido por Manso e Dias (2018, p. 336-337)

envolvendo mercadorias legais (introduzidas legalmente ou ilegalmente) e mercadorias ilegais" (ALMEIDA, 2017, p. 36).

Nas discussões centrais que envolvem o fluxo de entorpecentes ilícitos para o mercado consumidor destacam-se como áreas de entrada na região sudeste e sul os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná (figura 11). Salienta-se que ambos estados fazem fronteira com o Paraguai e possuem diversos nós logísticos que permitem a entrada e o deslocamento de entorpecentes ilícitos.

Figura 11: Mapa das Áreas de Entrada dos entorpecentes no Brasil na região Centro-Oeste e Sul e os principais centros consumidores.



Fonte: PRF, 2019; DENIT, 2014. Organizado pelos autores.

Segundo o fluxo de Produção-Atacado-Varejo (P-A-V), após o plantio e beneficiamento das drogas, essas são transportadas via rodovias federais e estaduais principalmente para as regiões metropolitanas da região sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e região sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), sendo após distribuídas pelos estados e/ou exportadas via estrutura portuária.

Logo, alguns municípios transformam-se em centros logísticos de distribuição, caracterizados por Machado (2009) como pontos de trânsito e estocagem. Esta perspectiva pode ser corroborada por meio da colaboração premiada de um dos membros do coletivo criminal denominado "Bala na Cara" atuante na Região Metropolitana de Porto Alegre que possibilitou a descoberta, pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, de depósitos utilizados por este grupo para estocar drogas, armas e munições que tinham como origem a fronteira do Brasil com o Paraguai e eram distribuídos pelo varejo do estado gaúcho (GAUCHAZH, 2019).

Neste sentido, toda a estrutura reticular produzida pelos agentes relacionados com o tráfico de drogas serve como suporte para assegurar a comunicação dentro de um sistema territorial organizado, o qual tem como um dos principais objetivos colocar a produção em movimento até o consumidor final, expondo a lógica de espaços-de-fluxo, na qual as cidades são territorializadas visando a possibilidade e capacidade de deslocamento de produtos e pessoas (MACHADO, 2003). Raffestin (1993, p. 157) ao discutir os princípios de um sistema territorial demonstra que esse é formado por tessituras, nós e redes; sendo a última "uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes".

Consoante a isso, Almeida (2017) demonstra que alguns núcleos urbanos fronteiriços tornaram-se cidades nós, por exemplo, Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY); Guairá (BR) e Salto del Guairá (PY); Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), dentro de uma complexa cadeia de relações hierarquizadas entre os circuitos superiores e inferiores do tráfico de drogas, os quais conectam-se por meio de redes que possibilitam os fluxos de mercadorias com destino ao consumidor final.

Em escala nacional, os coletivos criminais envolvidos com o tráfico de drogas brasileiro organizam territórios que possibilitem o fluxo interno e externo no caso das exportações para o exterior. O Paraguai, assim com outros países vizinhos possui importância logística visto sua capacidade de produção dos entorpecentes desejados por estes coletivos, tornando a fronteira com o Brasil ponto cobiçado por diversos grupos. O controle desta pode assegurar vantagens na comercialização dos produtos¹⁷, por exemplo, o barateamento do custo da mercadoria, assim, aumentando o consumo e, doravante, seu lucro.

¹⁷ Ver capítulo 6 "A fronteira" de Manso e Dias (2018, p. 152).

Os coletivos que se fazem presentes e produzem territórios neste espaço, tornam-se portadores de oportunidades mais expressivas, com a possibilidade de crescer verticalmente através do controle da cadeia produtiva e da comercialização em solo nacional e estrangeiro, este é o caso de coletivos criminais como PCC e CV.

3.3.2 O Rio Grande do Sul e o tráfico de drogas: os Coletivos criminais regionais e a fronteira do Brasil com o Uruguai.

Historicamente, a maioria dos grupos envolvidos com o tráfico de drogas ilícitas no Rio Grande do Sul não possuem significativo contato com atores hegemônicos do tráfico de drogas brasileiro, tendo em vista que o estado sulino apresenta-se somente como um mercado consumidor de entorpecentes ilícitos. Obviamente estes não estão alheios às lógicas e a interação com outros grupos, como PCC e CV, principalmente devido a influência que tais coletivos exercem nas áreas de principal entrada de drogas no Brasil.

Não por coincidência, o primeiro grupo organizado de maior repercussão envolvido com tráfico de drogas ilícitas do estado, que teve sua primeira ação em 1987, chama-se Falange Gaúcha (FG) e origina-se dentro do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA).

O PCPA configura-se como peça chave para a compreensão da história dos coletivos criminais do estado gaúcho; a relevância desta estrutura técnica pertencente ao Estado, mas organizada pelos coletivos internamente, é derivada das conexões e aprendizados devido ao grande número de apenados que circulam dentro do PCPA. Tal perspectiva é reafirmada por um ex-apanado durante entrevista ao pesquisador Carvalho (2013, p. 46):

lá no central eu sinto que se tu quer continuar no mundo do crime, lá é o melhor lugar! Lá tu faz os melhores contatos pra tudo quanto é tipo de crime que tu quiser exercer: clonagem de carro, carro forte, banco, lá tu conhece todas as artimanhas cara! É uma escola! É mais que uma escola é o templo do crime aquilo lá!

Na década de 1990 o PCPA era terreno fértil para o surgimento e expansão de coletivos, sendo comum rebeliões, motins e tentativas de fuga na década de 1980 e 1990. Devido a este cenário caótico, no ano de 1995 o PCPA passa por uma troca de diretorias: retira-se a administração da SUSEPE (Superintendência dos Serviços

Penitenciários) e assume a Brigada Militar (BM)¹⁸. Em conjunto, a pressão popular fez com que o governador da época (Antônio Britto - PMDB) tomasse algumas atitudes, entre elas destaca-se a construção de novas unidades penitenciárias pelo estado.

Entretanto, até que essas vagas estivessem disponíveis – o que tinha como previsão de, no máximo, seis meses – a Brigada Militar coordenaria e ordenaria os quatro maiores presídios do Estado. Após um início ainda conturbado de administração do Central pela Brigada Militar, as coisas passaram a “fazer efeito”, e os índices de homicídios, violências físicas, motins e rebeliões começaram a despencar. A fim de alcançar as finalidades previstas, os policiais lançaram mão de mudanças na administração da população carcerária: dentre elas, espacializar os apenados de acordo com suas afinidades, separando “contras” (inimigos) em galerias diferentes, e aproximando aliados entre si. (CIPRIANI. 2016, p. 5)

A BM gaúcha passou então a organizar as galerias do PCPA, estabelecendo contato direto com as lideranças emergentes dos coletivos criminais. Observa-se então que tais apenados passam também a exercer um forte papel político de decisão junto ao estado no que se refere a ordenação socioespacial do presídio. Como consequência direta, os presos passaram a ser separados por proximidade de contato, o que corroborou para a efetivação de diversos coletivos criminais do estado e reverberou de sobremaneira no interior do sistema prisional e fora dele.

Marcelli Cipriani (2016, p. 2) explora a origem dos coletivos envolvidos com o tráfico de drogas no estado do Rio Grande do Sul, apontando a existência desta relação.

Em Porto Alegre, o fator determinante à importação (e à adaptação local) das tendências já percebidas no “mundo do crime” do Rio de Janeiro, decorreram de visitas feitas por um ex-apanado do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) a tal Estado. [...] Nessa esteira, o primeiro grupo criminal sulrio-grandense, a Falange Gaúcha, passaria a ser reconhecida pelas autoridades em 1987, ao promover uma ação de dentro do sistema prisional.

Após o embrião no ano de 1987, ocorreu um esfacelamento do coletivo criminal FG devido a conflitos internos e a execução de muitas lideranças, o que ocasionou a formação de novos grupos. Um dos principais expoentes que sobreviveu a este período de turbulência, Dilonei Melara, passou a dividir a influência dentro do sistema prisional com Jorginho da Cruz; após o assassinato do segundo citado em 1996, Melara torna-se agente de destaque na cena gaúcha do crime, organizando um novo

¹⁸ A Brigada Militar do Rio Grande do Sul corresponde ao órgão de segurança pública denominado no Brasil de Polícia Militar.

coletivo denominado "os Manos", o qual seguiu uma linha de pensamento centrado principalmente no confronto com o Estado dentro do sistema prisional.

No ano seguinte, originou-se o coletivo criminal "Brasas", também dentro do PCPA. O grupo surge através de suposto acordo entre um apenado chamado Valmir Pires, vulgo Brasa, com a Brigada Militar, que controlava a direção do PCPA.

A proposta fora de que Brasa ocupasse um dos pavilhões do PCPA, podendo preenchê-lo com apenados de sua confiança. O lugar deveria permanecer limpo e organizado, e o grupo deveria se comprometer com não fazer motins e rebeliões (que haviam sido tradicionalmente condicionados pela precariedade do Central), e com não organizar tentativas de fuga (frequentes durante os últimos anos de gestão do PCPA pela SUSEPE). Em troca, teriam certa autonomia na gestão do pavilhão que, caso permanecesse em ordem e em paz, não seria duramente monitorado. (CIPRIANI, 2016, p. 6)

Como exposto, diferentemente da linha de pensamento produzido pelos "Manos", os "Brasas" estabeleceram diversos acordos com o estado em prol de facilidades logísticas para o "bem comum" dentro do presídio. Na virada do século XX para o XXI também consta a presença do grupo "Abertos", originado através de atores sociais que não coadunam com as ideias dos coletivos dominantes. Como característica dos "abertos" destaca-se, principalmente, o contato com grupos menores que dominavam alguns bairros da capital Porto Alegre.

No século XXI origina-se um dos principais grupos atuantes no estado na atualidade, os "Bala na Cara" (BNC). Diferentemente dos grupos citados nos parágrafos anteriores, esse não possui origem no interior do sistema prisional do estado, mas sim no espaço urbano, mais especificamente no bairro Bom Jesus do município de Porto Alegre. O Agrupamento formou-se em 2006 e possui em seu nome fator característico: "tiro de esculacho", o que não possibilita que a vítima tenha um enterro com o caixão aberto. Dois anos após sua fundação, o BNC passa a controlar uma galeria no PCPA, conseguindo expandir sua influência para dentro do sistema prisional.

A conquista de uma galeria e/ou pavilhão não apenas garante prestígio a determinado grupo, mas faz com que estes sejam capazes de recrutar "mão de obra" materializada na figura do traficante de varejo. O BNC não só começa a ganhar espaço no PCPA, como também em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Como estratégia de expansão deste coletivo criminal, temos o que Cipriani (2016) denomina

“embolamento forçado”, o qual consiste em coagir através da força ou de ameaças pontos de tráfico em que comercializavam produtos com qualidade superior aos seus produtos.

Em resposta a este movimento surge o coletivo criminal intitulado “Anti-Bala”, que consiste em um acordo entre diferentes grupos criminais de menor expressão na RMPA envolvidos com tráfico de drogas, os quais unificam discursos em prol de frear a expansão do BNC e proteger seus territórios.

Dentro desta teia, no que tange ao movimento de distribuição dos entorpecentes no Rio Grande do Sul, ressalta-se a importância dos coletivos criminais originados na RMPA, os quais comandam grande parte da logística que envolve a distribuição dos entorpecentes ilegais no estado. Cipriani (2017) ao analisar a constituição dos coletivos no município de Porto Alegre e seu entorno demonstra que as transformações no sistema Produção-Atacado-Varejo na década de 1980 e 1990 no Brasil ampliaram de maneira significativa as redes do tráfico no Rio Grande do Sul.

Estas mudanças relacionam-se à transposição das atividades primárias de arrecadação econômica dos coletivos criminais, tendo em vista que na década de 1990 o tráfico de drogas tornar-se-á a principal forma de financiamento das ações destes grupos. Após a consolidação, inicia-se um processo de disputas territoriais pelo domínio do varejo. Os conflitos, num primeiro momento circunscritos a RMPA, alastraram-se pelo estado tendo como alavanca o aumento na demanda por estes produtos.

O aumento no indicador configura o que os autores Oliveira e Martins (2014) definem como a primeira base da formação dos Mercados Transnacionais Ilícitos (MTI), tendo em vista que a adição na demanda por estes produtos tende a introduzir um maior número de atores responsáveis pelo processo logístico que une o sistema P-A-V. Ao encontro destes dados, o relatório desenvolvido pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, exposto por Maia (2020), demonstra um acréscimo substancial na quantidade de drogas (em quilogramas) apreendida em todos os municípios, destacando-se respectivamente a Maconha, a Cocaína e o Crack.

Com um mercado consumidor aquecido e o tráfico de drogas tornando-se a principal atividade de financiamento dos coletivos criminais, ocorre no estado gaúcho um movimento de centralização da distribuição dos entorpecentes ilegais para o

varejo, função que será desempenhada principalmente pelos grupos oriundos da RMPA.

Neste contexto, os coletivos criminais buscam expandir suas áreas de influência para diversas localidades do estado. Entre esses, destaca-se os municípios fronteiriços com o Uruguai como possibilidade, devido principalmente ao aumento da demanda por entorpecentes, principalmente a maconha. Importante destacar que o Uruguai, após a aprovação da Lei 19.172/2013, observará um aumento nos indicadores criminais, oriundo principalmente do conflito entre grupos diversos que abastecem o mercado regional.

Chagas (2021, p. 50) relata:

Além disso, a dificuldade técnica em relação à venda da cannabis no Uruguai acaba por minar um dos grandes propósitos da Lei 19.172, que é combater o narcotráfico e reduzir a violência no país. Dessa forma, em 2017, foram registrados níveis históricos de apreensão de droga, além de uma importante quantidade de assassinatos relacionados a disputas entre traficantes

Os diversos conflitos também se estenderão para os departamentos fronteiriços, tendo em vista que estes passam a configurar-se como importantes enclaves no processo de entrada da maconha ilegal. As cidades entre BR-UY passam então a deter um papel central no processo de controle dos fluxos de entorpecentes, transformando-se em nós de uma rede reticular que integra agentes envolvidos com tráfico de drogas regionais, estaduais e (inter)nacionais, sendo territorializadas com o intuito de aproveitar o “saber passar” (DORFMAN, 2013).

Chies e Rivero (2019) vão ao encontro desta perspectiva ao afirmar que os agrupamentos criminais envolvidos com o tráfico de drogas ilícitas na Zona Sul (sudeste) do estado do Rio Grande do Sul demonstram que a vivência da zona de fronteira acaba por produzir um *know-how* próprio que deve ser levado em conta:

Sua posição geográfica como Zona de Fronteira, bem como seu vínculo histórico com mercados ilegais típicos desses espaços de contatos entre distintas soberanias [contrabando de cigarros, eletrônicos, roupas, perfumaria, etc.], fornece um substrato sobre o qual as novas oportunidades para o mundo do crime podem se desenvolver aproveitando um *know-how* que não é de ser desprezado. (CHIES e RIVERO, 2019. p. 25)

Assim, observa-se que há nestas áreas um acréscimo bruto em torno da economia ilegal e de índices criminais como homicídios dolosos, evidenciando o envolvimento crescente de coletivos criminais que dominam o tráfico no Rio Grande do Sul atuando nas áreas de fronteiras através de múltiplas estratégias; tema este desenvolvido no próximo capítulo.

4. MAIS AO SUL: OS COLETIVOS CRIMINAIS E OS TERRITÓRIOS-REDE DO TRÁFICO DE DROGAS NA FRONTEIRA SUL BRASILEIRA.

Neste capítulo é efetuada uma breve retomada do caráter reticular dos territórios do tráfico de drogas, apresentando a importância logística da criação e manutenção de redes para esta atividade. Para tal, é necessário expor a aproximação que as fronteiras (do Brasil com o Paraguai e Uruguai) possuem, visto que, respectivamente, observa-se uma integração voltada à lógica de importação e exportação destes produtos ilegais.

Ainda neste capítulo é apresentado dados quantitativos de índices criminais como, por exemplo, apreensões de entorpecentes ligados ao tráfico de drogas (excluindo assim dados sobre apreensões com consumidores) e homicídios dolosos; e qualitativos acerca de relatos de entrevistas feitas com agentes da segurança pública. Por fim, é analisada a (re)utilização/criação de rotas pelos coletivos criminais relacionados ao tráfico de drogas ilegais e a estruturação de territórios-rede para consolidar-se neste recorte espacial.

4.1 Redes de Poder: articulações reticulares entre o Uruguai, Paraguai e o estado do Rio Grande do Sul

Ao analisar os territórios a um nível escalar amplo podemos compreender as múltiplas articulações reticulares criadas por meio dos atores sociais envolvidos deste fenômeno. Esta característica de integração multiescalar, de forma alguma, significa a inexistência de territórios orientados pela lógica zonal; contudo, há neste universo sobreposições entre territórios-zona e territórios-rede, os quais atravessam-se entre si.

Quando um território segue a lógica zonal, compreende-se que este possui características como fronteiras bem definidas, tendendo a criação de uma identidade própria por meio da manutenção destas ao longo de (geralmente) períodos com maior

durabilidade no interior de um *continuum* espaço-temporal. Neste sentido, o território pode expandir ou retrair suas fronteiras, mas permanece, de certa forma, imóvel.

Todavia, quando determinado que o território segue a lógica reticular, este mergulha no movimento de *devir* constante; Isto quer dizer que, as redes (entendidas aqui para além das redes técnicas) não apenas produzem, mas tornam-se elas mesmos territórios, produzindo assim, os chamados territórios-redes, espacialmente descontínuos, mas fortemente conectados, produzindo, então, uma articulação (HAESBAERT, 2020).

No âmbito das discussões sobre territórios-redes e crime organizado, Machado (2003) pondera sobre o necessário cuidado de não entendermos as favelas, bairros, cidades, etc. como fruto espontâneo/natural desta relação. Neste sentido, não devemos compreender os territórios do tráfico de drogas como espaços fechados, visto que “faz tábula rasa das inúmeras redes que articulam o que está ‘dentro’ com o que está ‘fora’.” (MACHADO, 2003. p. 14). Outro autor que parte de premissa similar é Couto (2018, p. 198; 201), destacando a importância das redes para orientarem a função territorial de determinado espaço:

Dessa forma, a estrutura de poder, controle e disciplina do narcotráfico constrói um campo de forças comandado pelas redes, ou seja, o tráfico de drogas não nasce na periferia ou nas favelas das grandes cidades, ocorre que, estes espaços são apropriados pelas redes, onde a biopolítica e o racismo presentes na política institucional, na política de planejamento urbano e na política de segurança pública permitem com que uma população espécie seja também regulada pelo crime organizado. [...] Com isso, há um uso do espaço pelas redes que controlam os fluxos de distribuição de drogas, sendo assim, torna-se estratégico para o narcotráfico obter o controle deste movimento, controlar o território significa, sobretudo, envolvê-lo pelas redes do poder.

Entendemos então que para compreendermos o tráfico de drogas a multiescalaridade atrelada aos territórios-rede apresentam-se como ferramenta teórica importante. As articulações reticulares (tanto materiais quanto imateriais) utilizam da melhor forma os territórios por elas conectados, seguindo a lógica dos espaços-de-fluxos proposta por Machado (2011).

Estas articulações dão sentido às territorialidades do tráfico de drogas, pois, diferentes municípios brasileiros possuem funcionalidades distintas na trama espacial produzida por meio desta atividade. Enfatiza-se que a malha técnica material que produz uma configuração territorial (SANTOS, 1996) não é a única articulação reticular

existente, tendo em vista que há outras estruturas que produzem a teia do tráfico de drogas. Tais como as relações sociais entre os agentes, os acordos/conflitos, a perspectiva simbólico-cultural envolvida com a atividade, etc. Todas estas vertentes culminam com o estabelecimento de territórios-redes (manifestado por meio de relações de poder no espaço) que produzem fixos e fluxos espaciais atrelados aos circuitos superiores e inferiores do tráfico de entorpecentes

Os territórios-rede então, pensados na lógica de espaços-de-fluxos, utilizam de uma gama de formas com a finalidade de aproveitarem-se de suas características (MACHADO, 2011), as quais são ordenadas por meio dos fluxos produzidos por corredores e rotas. Torna-se relevante salientar que o tráfico possui etapas, sendo o deslocamento (fluxo) que coliga às duas pontas do processo P-A-V.

Logo, compreende-se que há inúmeros momentos entre a produção e a comercialização da maconha que edificam os territórios-rede, sendo em cada uma reorganizada as relações entre os atores envolvidos neste processo, as quais são permeadas por relações de poder e pertencimento. Conforme aponta Machado (2011. p. 82), toda a cadeia logística “exige uma articulação das operações em diversas escalas e em espaços geograficamente diferenciados, de acordo com cada etapa.”.

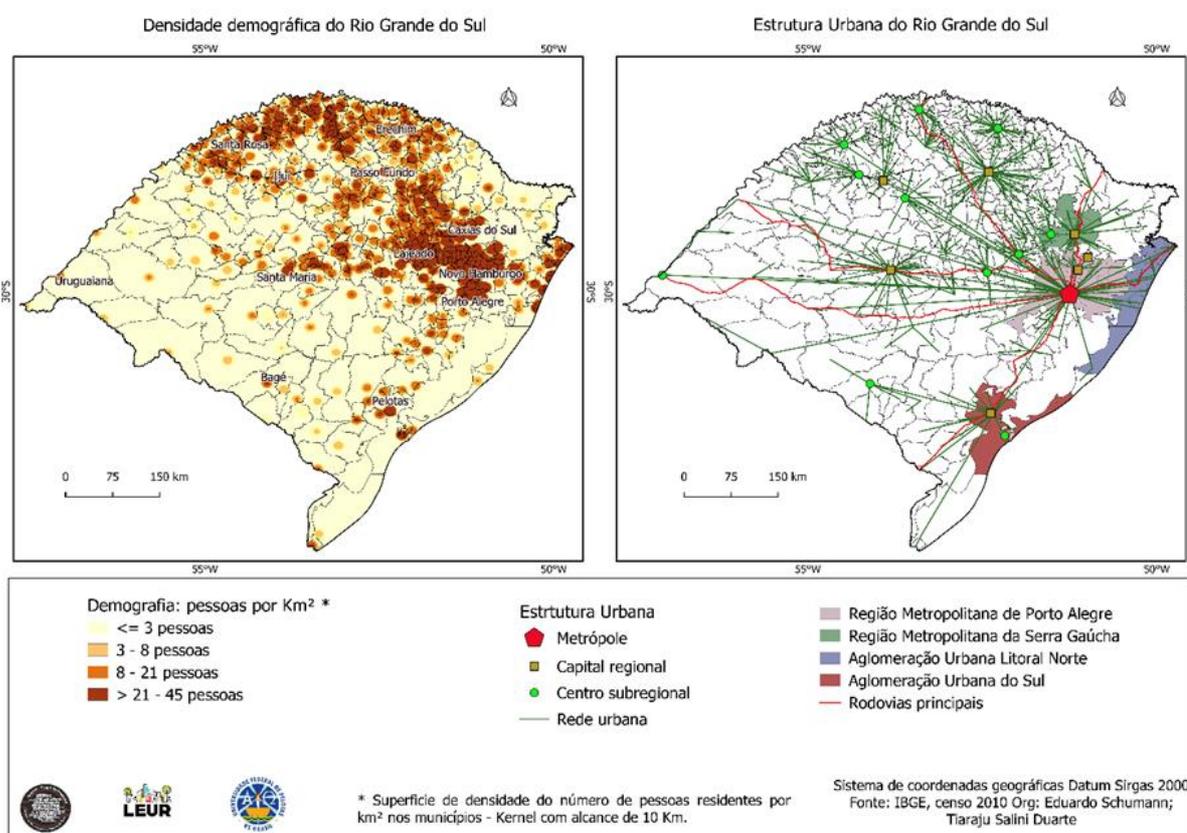
Cada momento do processo nos remete ao acionamento de atores articulados; como Haesbaert (2020) explicita, os territórios-redes são capazes de acionar territórios simultânea ou consecutivamente, sendo construídos nas intersecções entre o circuito superior e inferior, de modo a materializar as decisões. Neste sentido, o sistema P-A-V ressalta o caráter transnacional do tráfico de drogas, tendo em vista que o deslocamento de entorpecentes como a maconha, produzida no Paraguai e consumida no mercado uruguaio tornou necessário a criação de articulações reticulares responsáveis por dar fluidez à produção e orientar a necessidade de novas territorializações no interior dos territórios-redes.

O percurso percorrido pelo produto aqui analisado, a maconha, ao adentrar o Brasil através do Paraguai necessita atravessar o norte do estado do Rio Grande do Sul (como pode ser observado na figura 11) antes de deslocar-se para o mercado consumidor sulino e/ou para a região metropolitana de Montevideú, Uruguai (rever figura 10).

4.1.1 O papel do Rio Grande do Sul no processo P-A-V

Para analisarmos os territórios-rede do tráfico de drogas produzidos no estado, é preciso antes, trazer algumas informações sobre o Rio Grande do Sul e sua configuração espacial. A estrutura urbana deste recorte espacial está organizada tendo como pedra angular a metrópole regional Porto Alegre, responsável por compor o maior aglomerado populacional e possuir ao todo 34 municípios que somados abarcam cerca de 40% da população do estado, como pode ser constatado na figura 12.

Figura 12: Densidade demográfica, Estrutura urbana e rede de influência das cidades no Rio Grande do Sul



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Organizado por SCHUMANN e DUARTE, 2000.

O processo de formação da RMPA vincula-se a eixos de integração entre a metrópole regional, Porto Alegre, com municípios menores (em termos populacionais) através de uma densa rede viária possibilitando a dispersão dos fluxos regionais. No RS, a formação de uma mancha que evidencia esta integração é representada por meio da relação entre a RMPA e a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), essa última tendo como centralidade o município de Caxias do Sul.

Há outras áreas que se destacam, como, por exemplo: as aglomerações Litoral Norte (principalmente os municípios Tramandaí e Torres); a Aglomeração Urbana Sul (com os polos regionais Pelotas e Rio Grande); Aglomeração Urbana Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul, as quais formam um arco perimetropolitano com a RMPA (SOARES e SCHNEIDER, 2012); as capitais regionais Passo Fundo e Ijuí no norte; a capital regional Santa Maria no centro do estado; e os centros sub-regionais de Bagé e Santana do Livramento no sul e oeste respectivamente.

Dentro desta teia urbana, no que tange ao tráfico de drogas, ressalta-se a importância dos coletivos criminais originados na RMPA, os quais comandam grande parte da logística que envolve a distribuição dos entorpecentes ilegais no estado. Cipriani (2017) ao analisar a constituição das facções no município de Porto Alegre e seu entorno, em concordância, demonstra que as transformações no sistema P-A-V na década de 1980 e 1990 no Brasil ampliaram de maneira significativa as redes do tráfico no Rio Grande do Sul.

Com um mercado consumidor aquecido e o tráfico de drogas tornando-se a principal atividade de financiamento dos coletivos criminais, ocorre no estado gaúcho um movimento de centralização da distribuição dos entorpecentes ilegais para o varejo, função que será desempenhada principalmente pelos grupos criminais oriundos da RMPA. Para estabelecer este domínio estruturam-se estratégias para se inserir nas duas pontas do processo que envolve a P-A-V.

Na primeira frente (P-A) tornou-se necessário para os coletivos criminais regionais construir ligações com produtores e atacadistas na fronteira do Brasil-Paraguai, mirando vantagens competitivas para a distribuição no Rio Grande do Sul. Exemplo desta produção reticular é demonstrada por ações policiais especializadas em narcóticos brasileiras e paraguaias (um dos casos cita, inclusive, a Bolívia demonstrando a extensão destas articulações reticulares) que culminam com a prisão de membros ativos dos coletivos criminais provenientes deste estado.

Cita-se a operação Argus, a qual apreendeu quantidades significativas de entorpecentes (maconha e cocaína) na fronteira do BR com o Paraguai. As substâncias eram transportadas para sítios nos municípios de Viamão e/ou Porto Alegre (RMPA), tendo como um de seus principais articuladores um integrante da facção “Os Manos” (SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2018); Outra operação, denominada de Operação Magna Ópera, evidenciou as rotas internacionais

produzidas por estes grupos para o transporte de armamento, capital e drogas para o esta gaúcho, trazendo a tona o processo e compra e venda de terras pelo coletivo “Os Manos” na fronteira entre Mato Grosso e Bolívia (POLÍCIA CIVIL, 2020; CORREIO DO POVO, 2020); por fim, outro exemplo pode ser encontrado na Operação Cabeça, que resultou na prisão de atores pertencentes ao coletivo supracitado em Porto Alegre, Cachoeirinha (ambas cidades integram a RMPA) e Pelotas (integrante da Aglomeração Urbana Sul). A ação “tem como alvo uma organização criminosa que gerenciava uma rede de fornecimento de drogas vindas do Paraguai para serem comercializadas no estado.” (DIÁRIO POPULAR, 2021).

Neste sentido, nota-se que a presença destes coletivos criminais na fronteira, principalmente com o Paraguai, não visa apenas o contato com intermediários da cadeia produtiva, mas igualmente a integração por meio da compra de terras na fronteira. Logo, as terminações do sistema interpõem atores locais, representantes de coletivos criminais (que têm como principal tarefa ligar as pontas entre o Atacado e o Varejo [inter]nacional) e os atravessadores (incumbidos por colocar a produção em movimento), estes últimos, muitas vezes sendo incutidos devido a necessidades financeiras.

Durante a pesquisa hemerográfica é notório que muitos dos responsáveis por transportar drogas no interior do estado do Rio Grande do Sul não possuem ficha criminal, relatando, inclusive, serem pagos cerca de R \$2.000 para realizar o transporte de uma carga misteriosa de uma cidade (ou estado) a outra (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 2021).

Logo, podemos a existência de uma integração cada vez mais latente entre as fronteiras do Paraguai-Brasil-Uruguai derivada do tráfico de entorpecentes. Nesta relação nota-se que o Brasil desempenha uma dupla função: mercado consumidor e apoio logístico para a passagem de drogas entre diversos países latinos. No caso em tela evidencia-se que o Rio Grande do Sul apresenta-se como um corredor para a movimentação da maconha produzida no Paraguai, a qual possui como um dos seus destinos finais o mercado Uruguaio.

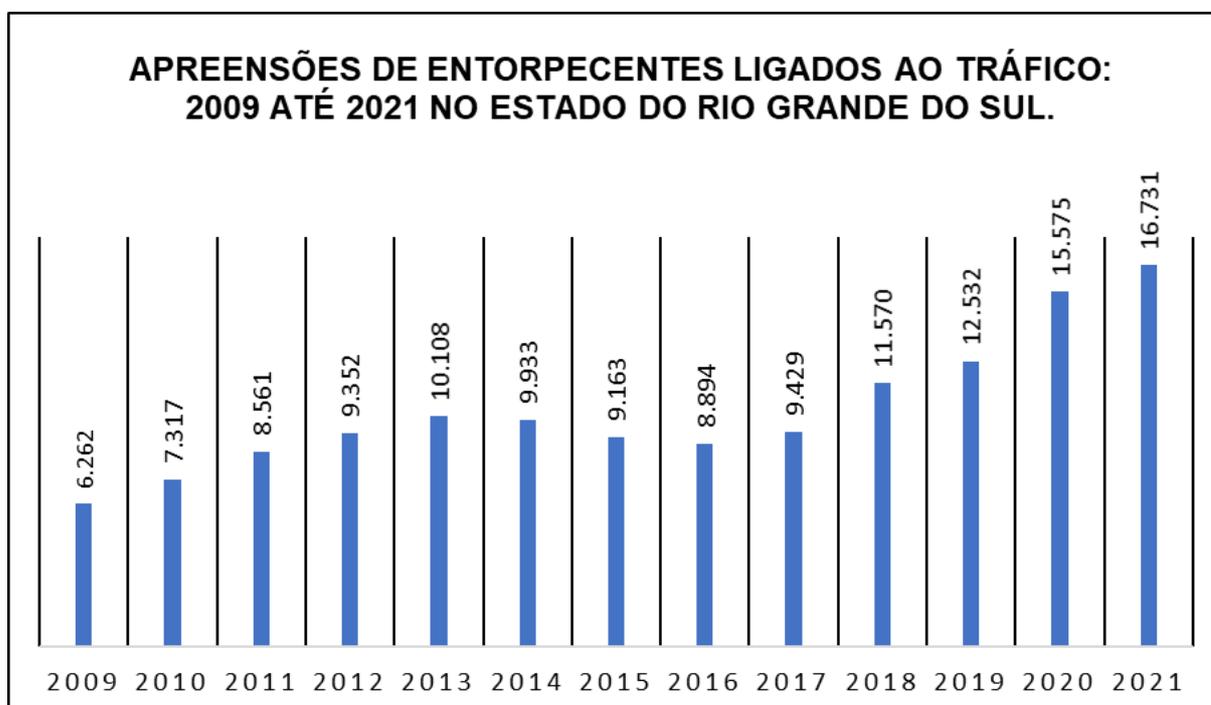
4.2 Olhares sobre os indicadores criminais e a relação com a apreensão dos entorpecentes na fronteira sul.

Conforme exposto, as múltiplas relações entre as fronteiras possibilitam novos constructos sociais e pode implicar diretamente nos indicadores criminais. Logo, a seguir serão analisados os índices criminais (apreensão de entorpecentes e homicídios dolosos), levando em consideração o arcabouço teórico produzido anteriormente. Para tal, será apresentado gráficos, tabelas e mapas para auxiliar no entendimento. Concomitantemente com os dados apresentados, foram utilizados trechos de reportagens coletadas ao longo da pesquisa (principalmente no tópico 4.2.3). A análise de dados se inicia com uma apresentação quantitativa referentes aos dados de apreensão de drogas e homicídios dolosos em nosso recorte de pesquisa. Salientamos que a abordagem numérica não responde por completo nosso objetivo, todavia auxilia na compreensão do fenômeno do tráfico de drogas na região.

4.2.1 Apreensão de entorpecentes ligados ao tráfico de drogas

Iniciamos com os gráficos relativos a "Apreensões de entorpecentes ligados ao tráfico de drogas no período de 2009 a 2021 no estado do Rio Grande do Sul" (figura 13).

Figura 13: Número de apreensões de entorpecentes ligados ao tráfico de 2009 a 2021 no estado do Rio Grande do Sul.



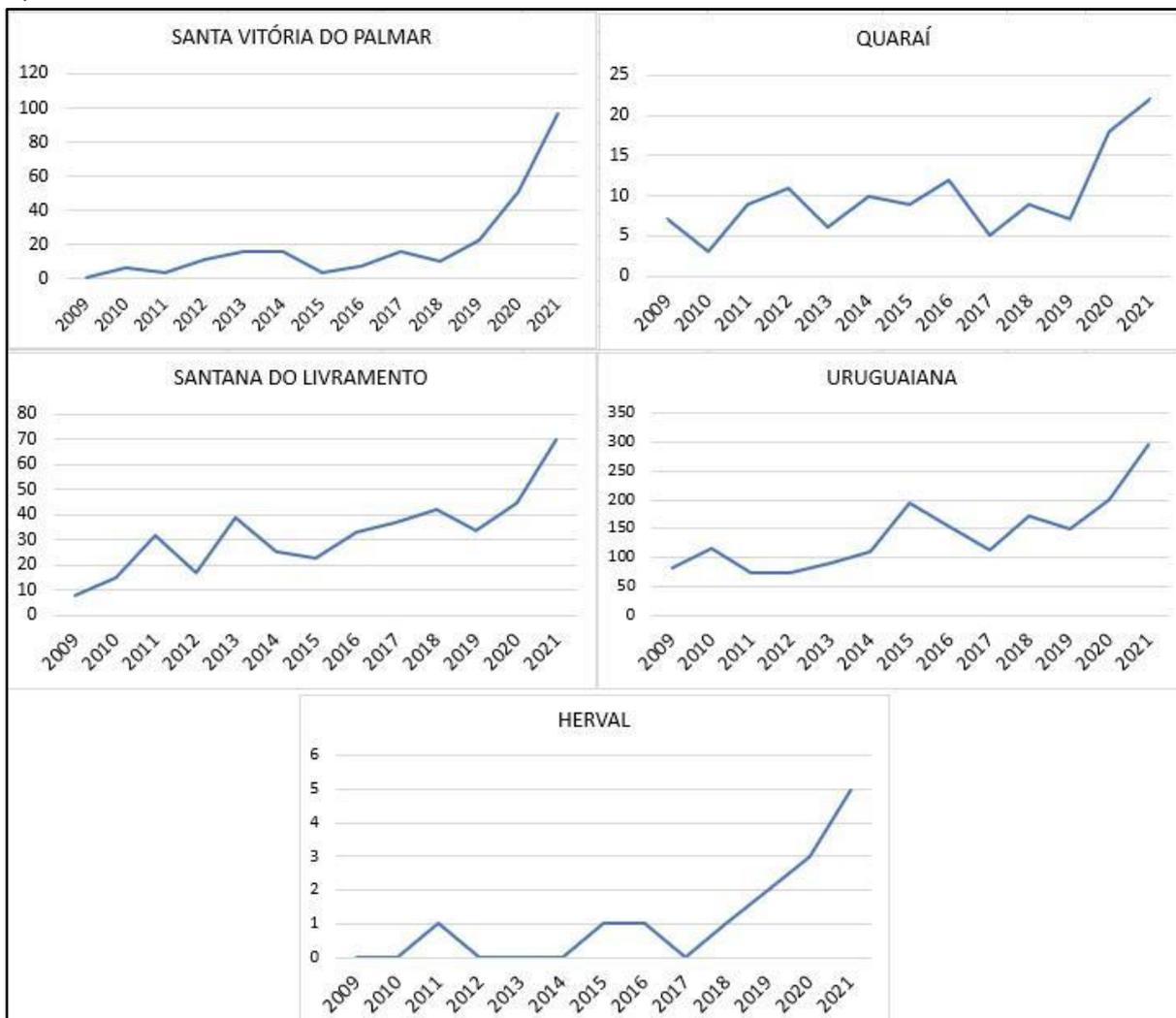
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021

Como é possível observar, há uma crescente no processo de apreensão de drogas no estado; houve um primeiro momento de aumento nas apreensões de tráfico entre 2009 até 2013, ocorrendo queda de 2014 até 2016 e, no ano seguinte, o volume apreendido voltou a crescer e tem se mantido nesse patamar.

O gráfico revisita o papel desempenhado pelos coletivos criminais no estado gaúcho, tendo em vista que o tráfico de drogas transformou-se na principal atividade comercial destes grupos. Logo, para haver este tipo de aumento contínuo, faz-se necessário o espraiamento do comércio e o acréscimo de mercado consumidor, abrangendo assim municípios de população menos expressiva. O que caracteriza um significativo avanço destes grupos para cidades de médio porte no estado sulino, como atestam DUARTE e QUEIROZ (2022).

No que concerne ao foco da presente pesquisa, dividiu-se os 12 municípios aqui analisados em três grupos: aqueles que terminam 2021 com aumento no índice; os que terminam 2021 com o índice estagnado em um mesmo valor ou próximo deste; e por fim os que terminam 2021 com a queda no índice.

Figura 14: Municípios fronteiriços com o Uruguai que terminaram o ano de 2021 com aumento de apreensões.

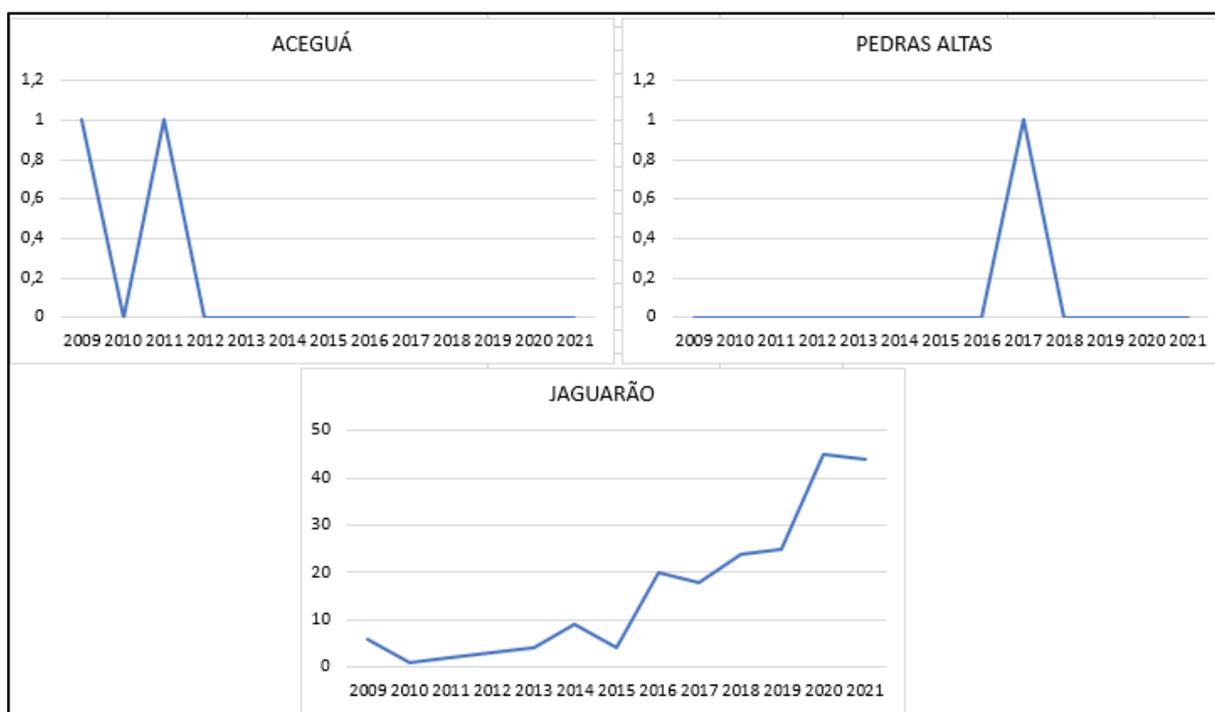


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

Em termos de localização, os municípios de Santa Vitória do Palmar e Herval encontram-se na porção leste da fronteira BR-UY; Uruguaiana e Quaraí localizam-se na porção oeste; Santana do Livramento está localizada entre leste e oeste, ou seja, na região central da fronteira, por assim dizer. Por meio deste breve processo de localização dos municípios fica visível que, apesar do aumento nos índices de apreensões, não existe um crescimento de forma homogênea neste recorte espacial. Ademais, pode-se notar que todos os municípios possuem um ponto de aumento mais significativo, o que vincula-se ao ano no qual o movimento de entorpecentes e, conseqüentemente, o número de apreensões aumenta no estado.

Nosso segundo recorte espacial-temporal demonstra os municípios que evidenciaram um processo de estabilização no indicador de apreensão dos entorpecentes (figura 15).

Figura 15: Municípios fronteiriços com o Uruguai que terminaram o ano de 2021 com o número de apreensões estabilizada ou próximo do ano de 2020.

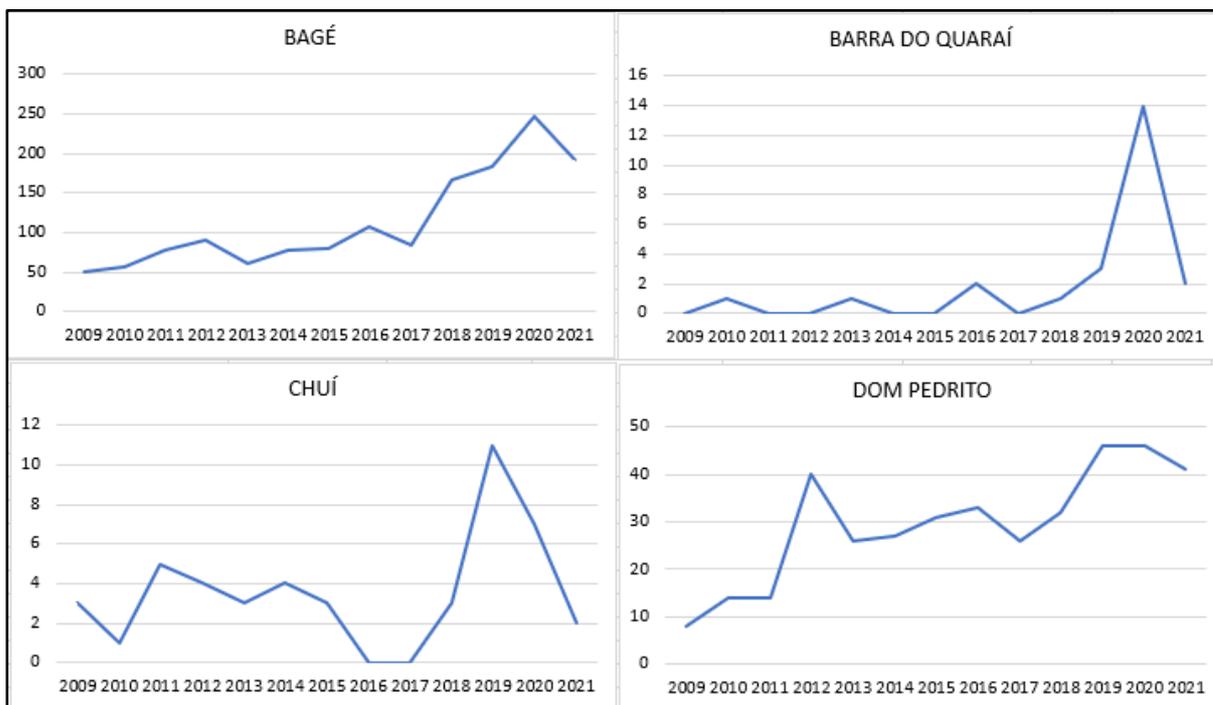


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

As municipalidades que encerram o ano de 2021 com o índice de apreensão de entorpecentes estagnado, em sua maioria, são aquelas que não possuem históricos de grandes movimentos de entorpecentes regionalmente, tanto no que concerne ao movimento de exportação (rumo ao Uruguai) como também relativo ao mercado consumidor (devido a baixos índices demográficos). A exceção está em Jaguarão, que apresenta índice em 2021 levemente mais baixo que o de 2020, mas com tendência a aumentar, considerando que, desde o ano de 2015, o município vem apresentando crescente número de apreensões.

Por fim, apresentamos os dados referente a apreensão de drogas nos municípios que evidenciaram queda no indicador (figura 16).

Figura 16: Gráficos dos municípios que terminaram o ano de 2021 com o número de apreensões em queda.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

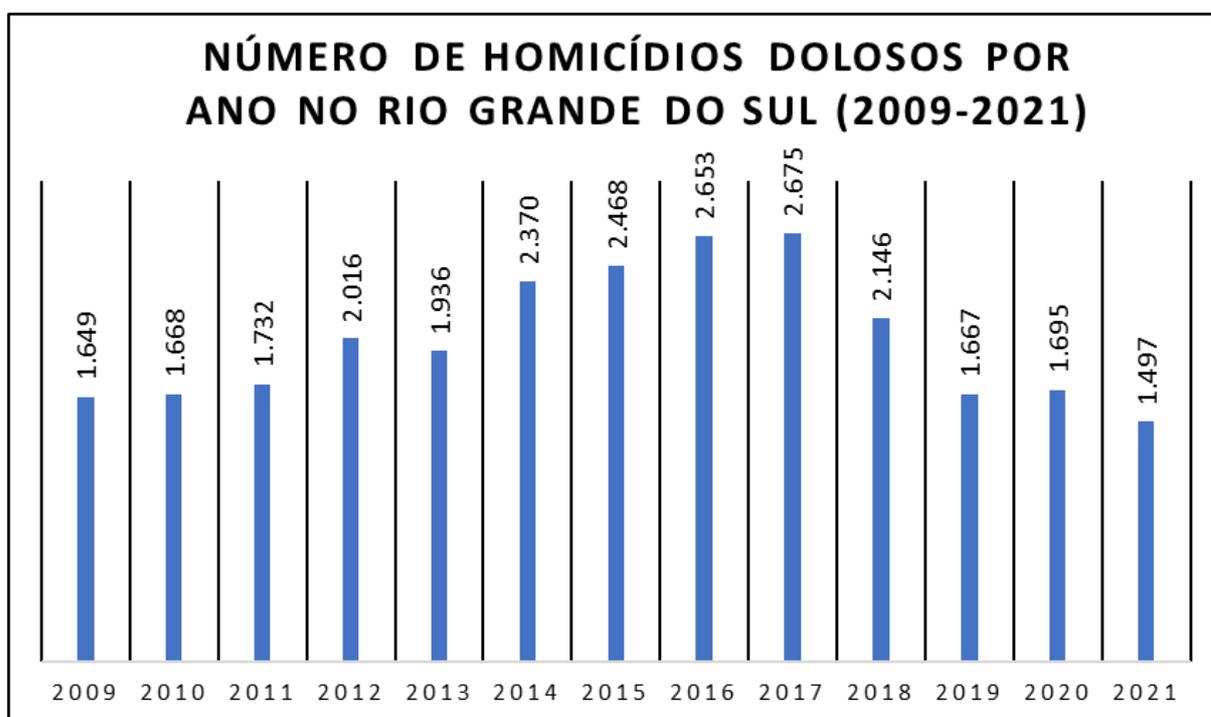
Os municípios que encerram o ano de 2021 com queda nos índices possuem quedas bruscas e amenas; Bagé e Dom Pedrito possuem queda no referido ano, entretanto essas não são expressivas e podem voltar a crescer visto que mantiveram nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) um crescimento. Por fim, as municipalidades de Chuí e Barra do Quaraí demonstram tanto um crescimento abrupto quanto uma queda abrupta, cenário típico de confrontos entre coletivos criminais ou de operações policiais que acabam distorcendo os índices. O município de Chuí passou de três apreensões em 2018 para 11 apreensões em 2019. Barra do Quaraí observou um salto ainda mais expressivo, passando de três apreensões em 2019 para quatorze em 2020.

4.2.2 Índices de homicídios dolosos

Neste tópico analisamos os dados de homicídios dolosos, os quais foram divididos em três grupos: municípios que finalizam o ano de 2021 em alta (figura 18), municípios que finalizam o ano de 2021 em baixa (figura 19) e municípios que finalizam o ano de 2021 com o mesmo número de homicídios de 2020 (figura 20).

Como ponto de partida, seguindo o paralelismo do tópico anterior, tomemos o cenário geral dos homicídios dolosos ocorridos no Rio Grande do Sul entre 2009 e 2021 (figura 17).

Figura 17: Número de homicídios dolosos por ano no Rio Grande do Sul (2009 - 2021).

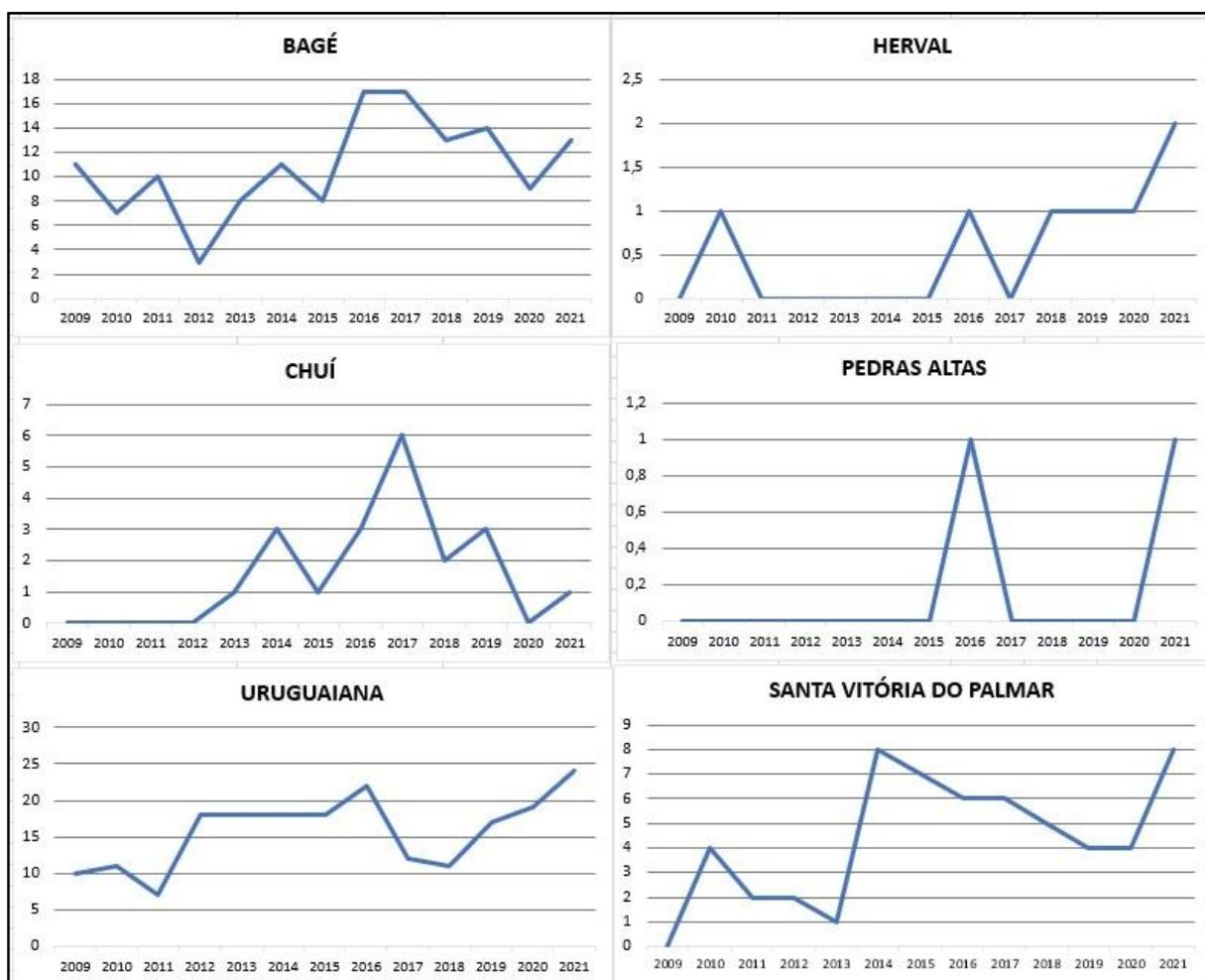


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

A partir do gráfico (figura 17), nota-se uma diminuição no número de homicídios dolosos no estado gaúcho. O ano de 2021 possui número menor do que 2009, primeiro ano analisado e com o segundo menor número de homicídios. Este gráfico, por utilizar os dados da Secretaria de Segurança Pública do RS, não realiza distinção entre os qualificadores de homicídios dolosos (execução, feminicídio, etc), sendo assim apresenta-se como um espectro amplo do fenômeno.

A seguir averigüe-se uma série de municipalidades que durante o ano de 2021 apresentaram índices de homicídios crescentes (figura 18).

Figura 18: Municípios fronteiriços que finalizam o ano de 2021 com alta no índice de homicídios dolosos.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

O município de Santa Vitória do Palmar possui cerca 30 mil habitantes (IBGE, 2021) e circunda o município de Chuí, o qual vivenciou um pico de homicídios em 2014 com 8 homicídios dolosos e, apesar de apresentar uma queda entre 2017 e 2019, volta a crescer entre 2020 e 2021, novamente chegando ao patamar de 2014. Seguindo tendência semelhante, Santa Vitória do Palmar vivenciou dois picos de homicídios dolosos (muitos dos quais vinculados a execuções), sendo os anos de 2014 e 2021 os com maior elevação no indicador.

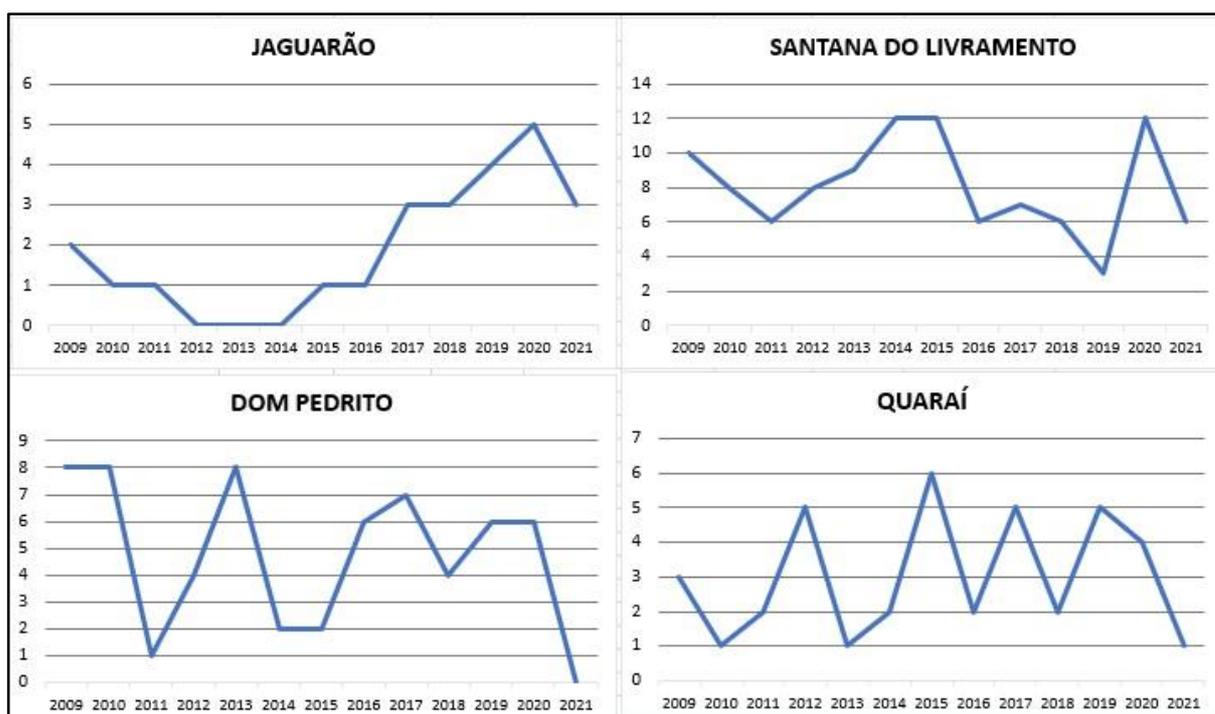
Seguindo esta perspectiva, o município do Chuí (com cerca de 6 mil habitantes segundo o IBGE, 2021) representa a localidade geograficamente localizada mais ao sul do Brasil, e tem por característica marcante coligar-se por meio de uma malha urbana integrada com o município de Chuy (UY), constituindo uma cidade-gêmea.

Como pode ser visto no gráfico (figura 18) o ápice de homicídios dolosos ocorreu em 2017, chegando a 06. Mas este é fruto de uma crescente que tem seu início em 2013, encerrando 2020 com uma tendência de alta que se mantém no ano subsequente, a qual é fruto direto de conflitos entre atores sociais vinculados ao tráfico de drogas, como veremos adiante.

Outro município que apresentou tendência de alta foi Uruguaiana, localizado na fronteira oeste do estado. No nosso recorte temporal observa-se um aumento ao longo do período, tendo como pico o ano de 2016 e 2021. Por fim Bagé apresenta quedas e aumentos abruptos, contudo seguindo uma tendência crescente de aumento do indicador desde 2012 até 2017.

A seguir são apresentados os municípios que observaram queda no índice ao final do ano de 2021 (figura 19).

Figura 19: Municípios fronteiriços que finalizam o ano de 2021 com baixa no índice de homicídios dolosos.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

O primeiro município analisado é Jaguarão, o qual evidencia aumento nos índices de homicídio entre 2014 até 2020, com períodos de estagnação, voltando a diminuir no ano de 2021. Isto posto, podemos analisar que a lógica de queda nos

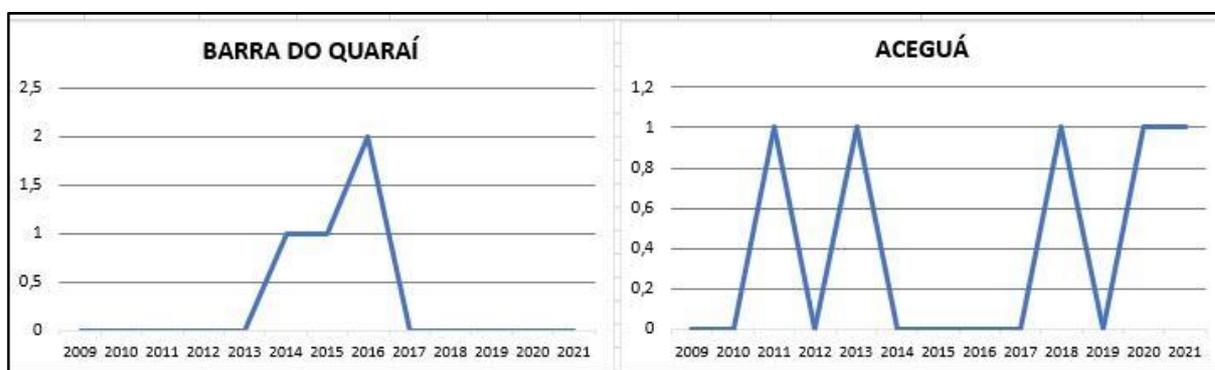
índices a partir de 2017 no Rio Grande do Sul não pode ser entendida como algo contínuo e homogêneo; conforme os dados da localidade citada, há municípios que são exceções à regra, mesmo que demonstram queda no último ano analisado. Neste contexto, o município de Quaraí também vem apresentando volatilidade no índice de homicídios, variando entre 5 e 6 em sua máxima e 1 e 2 em sua mínima, com picos e quedas abruptas.

Santana do Livramento possui também uma alta volatilidade no indicador, com quedas homicídios entre 2017 e 2018 e aumento nos anos 2019 a 2020, passando de 03 homicídios para 12 no ano de 2020. Também destaca-se, devido ao dinamismo produzido nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera (UY) no contexto atual um crescente interesse de coletivos criminais na região, conforme apontaremos adiante.

Dom Pedrito apresenta variações abruptas em seu índice de homicídios e, apesar do crescimento que demonstrava entre 2015 até 2017, ocorre queda em 2018, voltando a crescer em 2019 e mantendo-se com mesmo valor até 2020; no ano de 2021 o número de homicídios dolosos reduz a zero, fato que não ocorria desde o primeiro ano aqui analisado.

Seguimos para o último conjunto de gráficos, aqueles que permanecem estagnados em 2021, ou seja, que apresentam o mesmo número de homicídios que o ano de 2020 (figura 20).

Figura 20: Municípios fronteiriços que finalizam o ano de 2021 o índice de homicídios dolosos estagnado.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizado pelo autor, 2021.

Como pode ser observado, estes dois municípios não demonstram alterações expressivas em seus índices. Barra do Quaraí varia entre 0, 1 e 2; enquanto Aceguá demonstra alterações entre 0 e 1. Dentro de seus respectivos recortes, municípios com menos de 5 mil habitantes de cunho majoritariamente rural, não demonstram possuir alterações esperadas.

Para concluir foi construída uma tabela (tabela 02) que evidencia as taxas de homicídios dolosos por cem mil habitantes nos municípios fronteiriços, trazendo à luz (na cor vermelha) os anos em que estes possuem um índice acima da média histórica do estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 2: Histórico da taxa de homicídios dolosos por 100.000 habitantes nos municípios fronteiriços.

Município/Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Chuí	16,72	0	0	0	0	31,58	0	15,4	76,17	30,14	44,75
Bagé	14,28	10,07	12,56	3,34	9,18	9,16	9,14	14,1	18,22	14,06	11,56
Santa Vitória do Palmar	0	22,13	15,91	6,41	6,45	22,75	19,65	19,8	16,62	20,08	16,85
Sant' Ana do Livramento	16,51	13,07	7,19	9,68	15,89	13,58	14,97	10,09	11,46	7,72	7,79
Jaguarão	6,98	7,02	3,53	3,56	0	7,22	0	7,34	14,78	14,89	18,74
Dom Pedrito	22,61	27,71	5,05	10,14	20,36	2,55	10,26	20,59	23,24	7,77	20,8
Uruguaiana	7,81	12,5	8,6	16,43	18,01	14,9	16,48	19,64	12,58	11,8	20,48
Aceguá	0	0	0	0	21,64	0	0	20,97	0	0	0
Barra do Quaraí	0	0	0	0	0	0	0	23,94	23,94	23,8	0
Herval	0	14,51	0	0	0	0	0	29,22	14,65	29,32	0
Pedras Altas	0	44,29	0	0	0	0	47,57	48,31	0	0	50,45
Quaraí	21,22	17,02	12,81	21,44	4,3	12,97	34,72	13,07	26,25	13,17	30,85

Fonte: IPEA, 2022. Organizado por DUARTE e QUEIROZ, 2022.

A tabela demonstra, por meio de um recorte temporal de 10 anos, que diversos municípios em momentos distintos apresentaram taxas elevadas de homicídios por 100.000 habitantes. Todos os municípios viveram, em pelo menos um ano, taxa maior que a média do estado. Os anos de 2016 e 2019 aparecem como aqueles em que a maioria dos municípios apresentaram taxas que perpassam a média supracitada.

Ademais, por meio da tabela 02 podemos constatar que algumas localidades observaram grandes picos das taxas de homicídios dolosos, ultrapassando municípios centrais do estado como, por exemplo, Porto Alegre e Caxias do Sul. Estas altas (que fogem da tendência histórica dos municípios) em alguns casos podem ser vinculadas a conflitos localizados, os quais possuem como pano de fundo não só as

disputas por territórios na região, mas também a busca por uma construção reticular (produzida por agentes exógenos) que visa dominar o varejo e controlar os fluxos locais/regionais de diversas atividades ilícitas, entre as quais destaca-se o tráfico de droga.

4.3 O território-rede dos coletivos criminais da RMPA e a fronteira sul brasileira.

4.3.1 A espacialização do tráfico de maconha no Rio Grande do Sul e a ação dos coletivos criminais na Fronteira Sul.

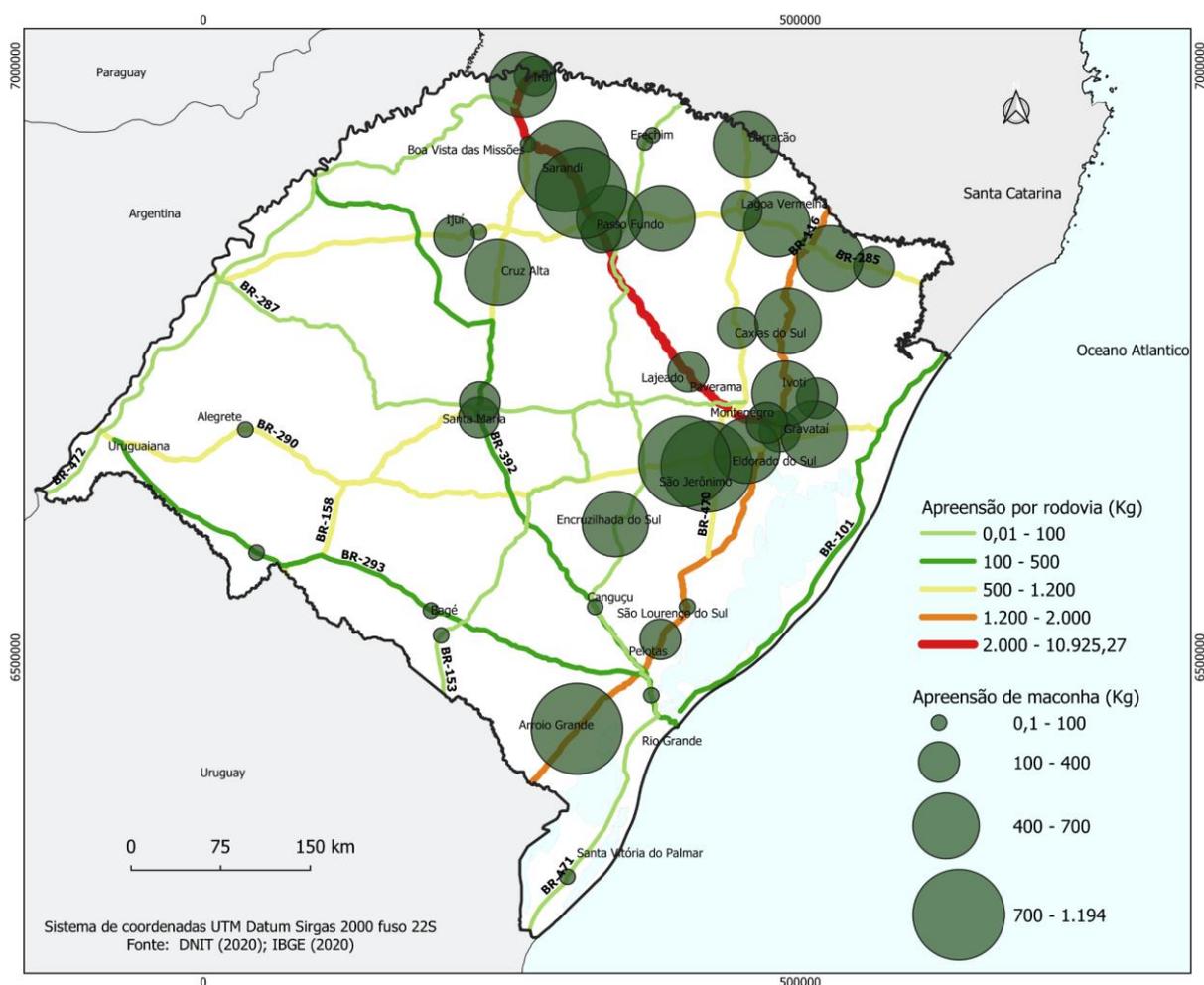
Este tópico tem como objetivo espacializar as apreensões no estado do Rio Grande do Sul, buscando explicitar os fluxos de entorpecentes e suas relações com os coletivos criminais atuantes no estado e, por consequência, na fronteira. Uma das pedras angulares é compreender a formação dos corredores e rotas (MACHADO, 2007) e a forma como os grupos vêm se articulando por meio destes.

As apreensões por rodovias dividem-se em duas camadas de dados sobrepostas: A primeira relaciona-se a apreensão dos entorpecentes por rodovia federal no Rio Grande do Sul, evidenciando a totalidade do tracejado de maneira uniforme; Esta forma de espacialização de dados nos permite compreender os principais corredores de deslocamento dos entorpecentes; contudo nos trouxe o problema de não conseguirmos identificar os locais específicos destas ocorrências¹⁹.

Neste sentido, a segunda camada de dados possibilitou delimitar espacialmente os locais de apreensão, nos demonstrando a sobreposição entre os *layers* do local específico da atividade e a rodovia na qual ocorreu, conforme nos demonstra a figura 21.

¹⁹ Os dados totais por rodovias foram disponibilizados pela Polícia Rodoviária Federal (2019); os dados espaciais de apreensão por local nos foram negados pela entidade citada. Logo, os dados das apreensões locais foram levantados de forma exaustiva mediante ferramenta hemerográfica, separando os mesmos por local, quantidade apreendida, tipo de entorpecente, origem/destino e ano da apreensão.

Figura 21: Apreensão de maconha por rodovia federal no Rio Grande do Sul



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2019); Banco de dados hemerográfico do autor (2022) .

O primeiro corredor é representado por veias que articulam rotas existentes na região noroeste do estado e que, devido a densidade de redes rodoviárias, são cambiáveis quase que instantaneamente. Nesse recorte espacial, a principal artéria que forma o corredor é representada pela BR-386, a qual possibilita o acesso a inúmeros distribuidores do mercado regional até o varejo.

Para corroborar com essa perspectiva, citamos Martins (2018) que, ao entrevistar um delegado da polícia civil responsável por operações contra o coletivo criminal "Os Manos", aponta a existência de diversos caminhos utilizadas pelo tráfico de drogas, sobressaltando a região noroeste e a rodovia BR-386 para o abastecimento do estado.

Em consonância, a reportagem do jornal Zero Hora do ano de 2019 intitulada "A delação que abalou o poder de uma facção criminosa de Porto Alegre" demonstra

a existência de pontos de estocagem e trânsito não só de entorpecentes ilícitos, mas também de armas e veículos utilizados pela facção "Bala na Cara" nas proximidades desta rodovia: no depósito usado pela facção em Canoas, próximo à BR-386 [...] Foram encontrados 142 quilos de maconha em uma fábrica de fachada. [...]. Um ônibus foi apreendido. O veículo seria usado para transportar a maconha de Foz do Iguaçu" (GAÚCHAZH, 2019, p. 01)

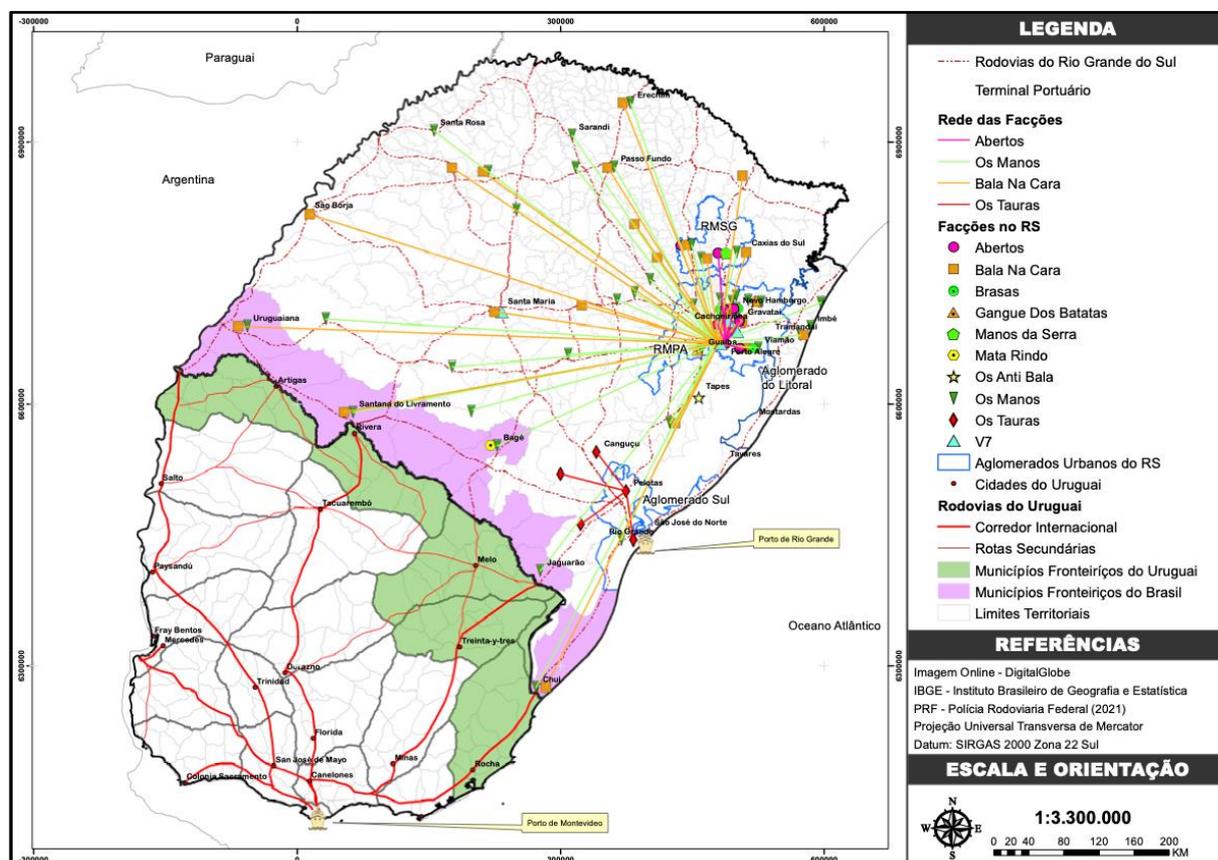
O segundo corredor de entrada para o abastecimento regional refere-se à BR-116, tendo em vista que essa atravessa o estado do Rio Grande do Sul no sentido norte a sul, integrando as duas regiões metropolitanas, os centros consumidores da região sul (como Pelotas e Rio Grande) e, também, áreas de fronteira com o Uruguai em função do crescente mercado consumidor de maconha neste país.

Outras rodovias federais destacam-se de forma secundária como áreas de entrada, como, por exemplo, a BR-101 para as aglomerações do litoral norte, principalmente para os municípios de Tramandaí, Torres e Capão da Canoa, além de representar uma rota alternativa à BR-116 para abastecer o mercado uruguaio nos últimos anos, conforme analisa a pesquisa de Chies e Rivero (2019); e a BR-290 na região central do Rio Grande do Sul, servindo como uma ponte para diversas centralidades importantes como Santa Maria, Lajeado, Santa Cruz do Sul. Também, esta rodovia conecta no sentido leste-oeste a RMPA com municípios da fronteira do Uruguai e Argentina, com destaque para Santana do Livramento e Uruguiana.

Os corredores nos ajudam a compreender o motivo de certas áreas do estado serem mais cobiçadas por atores ligados ao atacado e varejo na escala estadual, como o aglomerado urbano de Passo Fundo, a RMPA, RMSG e, no contexto atual, alguns municípios fronteiriços com o Uruguai. Com a articulação reticular estruturada e a consolidação de corredores e rotas para abastecer um mercado consumidor crescente do Rio Grande do Sul, alguns coletivos criminais originários da RMPA, a partir da primeira década do século XXI, buscam alastrar suas áreas de domínio não somente por meio do controle sobre o atacado, mas também estendendo seus braços para o varejo do estado (Figura 22²⁰).

²⁰ A figura 22 possibilitou a espacialização de três camadas de dados: a primeira referente a apreensão de entorpecentes por rodovia federal; A segunda decorre do levantamento hemerográfico que buscou analisar no recorte temporal de 5 anos a ação de coletivos criminais em todas as cidades gaúchas com mais de 100 mil habitantes; a terceira representa a ação de coletivos criminais nos municípios fronteiriços com o Uruguai nos últimos 5 anos.

Figura 22: atuação de coletivos criminais ligados ao tráfico de drogas gaúcho no Rio Grande do Sul e nos municípios com mais de 100 mil habitantes e nos municípios da fronteira sul.



Fonte: levantamento hemerográfico. Organizado por DUARTE e QUEIROZ, 2022.

Destacamos que a forma utilizada para a construção da área de atuação e a consolidação de territórios-redes são cambiáveis, perpassando desde ameaça, imposição pela força, até a negociação/argumentação (CIPRIANI, 2017). Neste sentido, a figura 29 demonstra que atrelado ao movimento do tráfico de entorpecentes existem coletivos criminais que atuam no estado do Rio Grande do Sul e que são responsáveis, em grande medida, por colocar a mercadoria em movimento.

No que tange a fronteira sul, identificamos por meio da pesquisa de campo e do levantamento hemerográfico duas estratégias²¹ (cambiáveis a qualquer momento)

²¹ Destaca-se que as três estratégias elencadas na pesquisa não objetivam esgotar as discussões, tendo em vista que se reconhece a existência de múltiplas formas de interação entre os coletivos criminais nas diversas intersecções escalares. Todavia, os levantamentos evidenciam algumas regularidades na forma como os coletivos criminais da RMPA estruturam seus territórios-rede no interior do estado.

no processo de formação dos territórios-rede. A primeira é a faccionalização (ou partidização) de pequenos grupos atuantes na fronteira para facilitar o escoamento de produtos tanto do lado brasileiro como do uruguaio. Biondi (2010, p. 40) analisa que este movimento “é um importante instrumento diplomático para a aliança com os pares, mas também um poderoso armamento para o embate contra os inimigos”. Pode ser citado também o embolamento, termo utilizado por Cipriani (2016, p. 101) para caracterizar “às relações internas a um grupo ou à aliança entre diferentes grupos”.

Os interesses para ocorrer a faccionalização são diversos e relacionam-se tanto à facilidade no acesso a armamentos, drogas, munição; mas também no conjunto simbólico atrelado à representação do poder envolto neste processo. Como exemplo, citamos o processo 70085014330 referente a execução por parte de coletivos criminais da traficante denominada "rainha da fronteira" na região Santa Vitória do Palmar/Chuí, tendo como motivo a guerra entre grupos rivais pelo domínio regional das rotas existentes na fronteira.

[J]á tendo assumido os “negócios” da família, passou a ser o novo líder da organização, mesmo encarcerado, reestruturou a organização criminosa, antes comandada por sua mãe, designando novos gerentes, colaboradores, distribuidores e contadores que se encontravam em liberdade[...]. A organização criminosa, que compunha uma estrutura autônoma, mas vinculada à facção “Os Bala na Cara”, é atuante no Município do Chuí e Santa Vitória do Palmar. (BRASIL, 2022)

O processo ora citado deixa em evidência que, em conjunto com a guerra existente entre os grupos, ocorre a faccionalização de coletivos criminais locais pelos coletivos oriundos da RMPA para fortalecer-se em termos regionais, criando neste movimento territórios-redes dos "Bala na Cara" nos municípios fronteiriços.

A segunda forma centra-se na inserção de atores/representantes dos coletivos criminais originários da RMPA para que ocorra não o domínio do varejo, mas sim o controle da rota, eliminando em grande medida sujeitos locais que aparecem como um empecilho aos interesses do grupo. O conflito decorre então de múltiplos fatores, como as variações intempestivas do processo de filiação à coletivos da RMPA, o não cumprimento de pactos (principalmente no que tange a pagamentos), etc. Esta ação é atrelada diretamente às disputas territoriais produzidas pelos coletivos criminais, tendo em vista a utilização da violência como forma expressiva e carregada de

simbologia, demonstrando um possível controle da situação. Segundo Segato (2016, p. 41):

El acto violento es entendido como mensaje y los crímenes se perciben orquestados en claro estilo responsorial, nos encontramos con una escena donde los actos de violencia se comportan como una lengua capaz de funcionar eficazmente para los entendidos.

Apesar desta estrutura não ser definitiva, ela representa um importante cambio na lógica local do tráfico de drogas. Conforme nos demonstra Cipriani (2017), ao analisar o tráfico de drogas no município de Porto Alegre, observa-se uma transformação no domínio de determinadas áreas. Anterior a década de 1980, a supracitada autora relata que o controle do varejo em alguns locais da capital era realizado diretamente por atores vinculados, em níveis distintos (muitas vezes familiares), a sua área de atuação.

Todavia, as transformações no mundo do crime organizado e os conflitos por áreas do varejo inseriram atores exógenos à lógica local, transformando a dinâmica de bairros inteiros.

As transformações pelas quais passou o “mundo do crime” dos anos 80 para cá, com a vivência criminal e prisional se dando, em parte substancial, com relação ao mercado de substâncias ilícitas e de armas, implicou também maior volatilidade dos líderes de “facções criminais” [...] Em consequência, a relação entre lideranças e membros de “facções” com moradores de comunidades tornou-se, na virada do século, mais impessoal e mercantil, e a demarcação de pertencimento a grupos criminais assumiu significações diferentes (CIPRIANI, 2017, p. 17).

Diante deste exposto, a segunda forma identificada mescla a eliminação em grande medida de atores locais e a inserção de representantes dos coletivos e/ou a substituição por agentes locais que possibilitem o controle territorial do grupo que deseja adentrar nesta localidade.

4.4 A Fronteira Sul: velhas rotas, novos atores.

Neste subcapítulo analisamos as rotas utilizadas pelo tráfico de drogas, tendo em vista que, em muitos casos, as antigas rotas do contrabando, construídas historicamente, são reestruturadas por agentes relacionados ao tráfico de drogas. Como foi apontado no capítulo 03, a própria criação das cidades no limite entre os estados do Brasil e Uruguai é concomitante com a prática do contrabando e abigeato,

práticas estas que produziram rotas que compõem uma base reticular importante para a passagem de ilícitos no contexto atual. Esta influência não ocorre apenas no aproveitamento de rotas, mas também no saber-passar (DORFMAN, 2013), o qual articula o conhecimento logístico tanto na escala nacional como na estadual e local.

4.4.1 Rotas históricas

As construções dos municípios fronteiriços e, principalmente, das cidades-gêmeas têm como processo distinto o intercâmbio de indivíduos por ambos Estados-Nações que produzem a linha divisória entre seus governos. Este intercâmbio constrói processos de identificação e uma economia própria (renda fronteiriça), além de produzir também conhecimento que permite aproveitar as discrepâncias entre as leis de ambos Estados. Estes fatores são históricos e de acordo com Dorfman (2009, p. 233):

Naturaliza-se o contrabando por suas raízes históricas. As obras locais sobre contrabando apelam para sua folclorização, atribuindo-lhe uma continuidade no tempo, um “desde sempre”, recuperando as palavras de Simões Lopes Neto. Alega-se que o povoamento foi motivado pela fronteira, mas dependia do contrabando para abastecer a população, [...] o que leva ao elogio do passado e da margem. Além disso, afirma-se freqüentemente que até os heróis nacionais eram precursores do descaminho. [...] Legitima-se o contrabando como um gesto pela sobrevivência, como se todo contrabando fosse *bagayo*²².

Neste processo de passagem do contrabando estabelecem-se corredores que escoam os produtos na região sul. Gil (2002, p. 164), explicita este fenômeno de forma espacial ao demonstrar as rotas utilizadas para o contrabando entre territórios portugueses e espanhóis no ano de 1804 (figura 23).

²² *Bagayo* é o termo utilizado para referir-se àqueles que praticam o contrabando em pequenas quantidades.

Figura 23: Caminhos Terrestres utilizados para contrabando em 1804.



Fonte: GIL, 2002, p. 164.

Esta pesquisa demonstra que os caminhos eram utilizados por diversos grupos, o que evidencia a continuidade de tal prática desde séculos passados. Como pode ser visto, a região de Santa Tecla e Cerro Largo apresentam-se como pontos importantes para a história do contrabando na fronteira sul do território que seria conhecido como Brasil e na fronteira norte da futura República do Uruguai.

Ao traduzirmos para os dias atuais, Santa Tecla localiza-se hoje na região de Bagé, enquanto Cerro Largo nos arredores do município de Jaguarão. Ainda é possível apontar Chuí, na região do Forte de Santa Teresa, que aparece como um ponto nodal no limite do então território espanhol. A figura 31, demonstra que a região das cidades de Jaguarão, Chuí e Santana do Livramento são rotas de passagem históricas no contrabando de produtos, sendo ainda importantes pontos logísticos para tais atividades. Logo, o contrabando em parte é visto como prática histórica comum na região fronteira, sendo um gesto de sobrevivência quando feito em pequenas quantidades.

No outro lado, o contrabando em quantidade expressiva é praticado por atores sociais que possuem relevância econômica e política na região, sendo em grande medida repudiado por atores locais: “Há níveis de segredo, conforme o tipo de contrabando, a violência envolvida e, especialmente, a inserção social do contrabandista” afirma Dorfman (2009, p. 237). Em outras palavras, o silêncio ou segredo em torno do contrabando é proporcional ao risco que o comentarista possui ao tecer comentários.

Recupero a diferenciação entre contrabandistas pequenos, a elite local e os estrangeiros: as práticas dos pequenos podem e são discutidas e folclorizadas. Quanto os outros, mantém-se o sigilo, posto que implicaria na denúncia de pessoas importantes, com poder sobre os policiais, sobre os trabalhadores da fronteira, sobre os burocratas municipais. Os estrangeiros, quando pegos, são simplesmente criminosos, mas em geral eles têm poder econômico suficiente para comprar seu trânsito e sigilo, salvo nos raros casos em que protagonizam as páginas policiais (DORFMAN, 2009. p. 237). .

Esta diferenciação é de suma importância para entender as relações de poder estabelecidas em diferentes níveis da prática do contrabando. Se os *bagayos* são vistos como indivíduos que buscam sobreviver, uma vez que “sua legitimação pela sociedade fronteiriça liga-se à posição periférica do grupo em relação ao Estado insensível às necessidades sociais” (DORFMAN, 2009. p. 234), a percepção sobre os outros dois tipos diferem: a elite local e os estrangeiros são compreendidos como aqueles que só visam o lucro.

A elite local, muitas vezes, compõe o próprio Estado ou é próximo daqueles que o estruturam; no caso dos estrangeiros, os *outsiders* possuem pouca simpatia dos atores locais, tendo em vista que não há nenhuma relação próxima com a comunidade. Inegável é que estas duas classificações possuem redes que permitem contatos com os mais diversos níveis sociais, dado que há diversas tarefas a serem cumpridas. (DORFMAN, 2009)

A distinção do contrabandista também deve considerar as infrações aplicadas: “elidir impostos, passar mercadorias proibidas; subornar; coagir; atentar contra o ambiente; matar” (DORFMAN, 2009. p. 252). A autora afirma também que “[o] conteúdo econômico dos territórios em suas várias escalas e articulações é continuamente construído e destruído, seus limites políticos adquirem funções correspondentes.” (*idem*, 2009. p. 252), ou seja, os territórios possuem,

temporalmente, funcionalidades variadas consoante o produto que está sendo transportado.

Ao longo da história das cidades-gêmeas, o contrabando influencia, inclusive, no processo de urbanização. Os locais de comércio mais intenso seguem a linha de fronteira, além de situar-se próximo de linhas de fugas (DORFMAN, 2009). Estas rotas históricas possibilitam não apenas a produção material para o tráfico transnacional, mas também fomentam um conhecimento que acaba sendo passado para o fenômeno do tráfico de drogas, visto que parte da lógica pode ser aproveitada:

Concluiu-se que os objetos geográficos indispensáveis para a descrição do contrabando podem ser expressos em cartogramas onde constem os lugares de abastecimento, os percursos e o destino das mercadorias contrabandeadas. (DORFMAN, 2009. p. 252)

Tal afirmação também pode ser feita em relação ao tráfico de entorpecentes ilegais no contexto atual, tendo em vista que muitas rotas utilizadas pelos contrabandistas servem como linhas de fuga para escoar a produção entre os países. Assim, vinculados às rotas históricas do contrabando muitas atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas, estruturam-se por meio de antigos caminhos que no contexto atual se ressignificam com mercadorias (legais e ilegais), acionando múltiplas produções territoriais e, por consequência, produzindo territórios-rede que articulam a descontinuidade espacial com a integração entre atores sociais locais e externos.

4.4.2 Mais ao Sul: os territórios-rede dos coletivos criminais na fronteira Sul e as rotas do tráfico de drogas.

Assim como os *bagayos* possuem conhecimento produzido ao longo de gerações, aqueles que atravessam o limite entre Estados com quantidades expressivas de produtos variados também desenvolvem um conhecimento significativo do terreno. Estes saberes não são perdidos ao trabalhar com novos produtos, tendo em vista que, independente do que ultrapassa o limite, torna-se necessário o conhecimento espacial para estruturar as rotas comerciais e os locais de estocagem.

Assim, o tráfico de drogas posto em prática por meio do fenômeno do tráfico de drogas no extremo-sul do Rio Grande do Sul tem por norma a exportação de drogas por parte do Brasil e o pagamento sendo realizado em dinheiro, armas, munição e/ou carros por grupos uruguaios, conforme atesta o seguinte trecho da reportagem de Humberto Trezzi (2019c):

Na medida em que grande parte da droga enviada via Brasil é trocada por armas compradas por uruguaios, esse armamento chega ao território gaúcho. E abastece facções nas principais municípios do Estado [...] Foi nesse período que teria adquirido meia centena de armas, legalmente, em lojas do Uruguai. Comprou 41 pistolas e 15 fuzis e jamais teve de dar explicação sobre isso. Até 2015, qualquer cidadão urguai podia adquirir armamento quase livremente naquele país, inclusive fuzis. A lei mudou e agora exige série de justificativas, mas antes bastava alegar motivos pueris aos vendedores — algo como "sou ameaçado" ou "preciso de arma para me defender contra assaltos".

Foi também em Pelotas que outras duas armas de Adalto foram parar. Em 7 de março de 2015, PMs faziam patrulhamento noturno quando depararam com três homens em um carro, que fugiram à aproximação. Após perseguição, foram encurralados. Eles portavam um revólver Taurus calibre Magnum 357 e uma pistola Bersa calibre 9mm, além de farta munição. O carro era roubado.

As armas eram adquiridas, segundo a polícia do país vizinho, em lojas do Uruguai, por Adalto. Em 15 de agosto de 2016, um homem de 32 anos foi preso na Vila Nova Dique, em Porto Alegre. Com ele, foram encontrados um fuzil NEA calibre .30, três pistolas, dois revólveres, munições de diversos calibres e 18 quilos de maconha. A prisão foi feita por agentes da 12ª Delegacia de Polícia Civil, após investigação de dois meses. O fuzil fazia parte de um lote adquirido em 2014 pelo *doble chapa* no Uruguai. (TREZZI, 2019c)

A reportagem do jornal Gaúcha ZH nos ajuda a entender a lógica que orienta o escambo de drogas por armamento e destaca a figura de um *doble chapa*²³ como essencial para o funcionamento desta lógica. A possibilidade de acionar nacionalidades consoante a necessidade, aproveitando as disparidades entre leis e custos entre Estados, possibilita o abastecimento bélico de grupos na capital regional de Pelotas e na capital gaúcha, Porto Alegre.

Importante ressaltar que estes armamentos são encontrados em tais municípios graças a presença de intermediários que performam o deslocamento de tais produtos: “A droga vinha do Paraguai até o Vale do Sinos e era encaminhada, por

²³ “*Doble chapa*” é o nome dado para aqueles indivíduos que nascem no limite entre o Brasil e Uruguai, possuindo, assim, dupla cidadania.

ônibus e carros, para as cidades uruguaias de Melo, Rio Branco e Montevideu.” (TREZZI, 2019a).

Porém, nem todo entorpecente ou armamento ultrapassa a fronteira por carros e ônibus, pois deve-se ter em mente que a flexibilidade de rotas é um imperativo na prática do tráfico (e, conseqüentemente, no contrabando de armas). Sendo assim, há esporadicamente (seja por conflitos com as forças repressivas do Estado ou com outros coletivos criminais) a necessidade de variar as rotas de passagem, conforme destaca Trezzi: “Fazendas brasileiras e uruguaias eram usadas como ponto de passagem, mediante pagamento de suborno aos proprietários.” 2019a).

As semelhanças linguísticas entre as lógicas de tráfico de drogas e contrabando ficam então evidentes, demonstrando que há um atravessamento constante entre estas duas atividades. Ademais, outras práticas ilícitas também destacam-se na fronteira, como a lavagem de dinheiro oriundo do contrabando e do tráfico de drogas, conforme demonstra a Operação Carga Blanca da Polícia Cível.

Chama a atenção que, segundo a PF, o grupo utilizava negócios aparentemente lícitos como postos de combustíveis, mercados e comércio de autopeças. Esses estabelecimentos eram geridos por pessoas com aparente capacidade financeira para justificar o giro do grande volume de recursos. [...]

— Eram pessoas que tinham estabelecimentos conhecidos e que, de algumas formas, eram reconhecidas na cidade. Nesse momento, não representamos pela suspensão das atividades dos negócios lícitos, porque precisamos entender como se mesclam essas partes lícitas e ilícitas. O fechamento do comércio pode impactar socialmente em outras famílias da cidade, com desemprego, então é necessária cautela para compreender melhor o esquema — detalha o delegado.

Em cinco anos, foi identificada movimentação financeira de aproximadamente R\$ 38 milhões. Valores de diversos Estados do Brasil foram encontrados em benefício dos investigados, inclusive de regiões de fronteira com o Paraguai, o que, conforme a PF, indica que provavelmente tenham origem em atividades ilícitas como tráfico de drogas, contrabando e descaminho. (DIHL, 2021)

A operação trouxe à tona que municípios fronteiriços, como Bagé e Aceguá, tornaram-se importantes pontos de lavagem do dinheiro para o capital produzido nas trocas. Este processo é corroborado pela Polícia Federal (2021), a qual indicou a probabilidade da referida movimentação milionária ser advinda do tráfico de drogas, contrabando e descaminho.

Logo constata-se que a atividade do tráfico de drogas, mesmo como fenômeno recente²⁴ na fronteira com o Uruguai, utiliza-se das velhas rotas dos descaminhos e do contrabando para estruturar parte da passagem dos entorpecentes, se edificando por meio de uma rede (material e social) pré-estabelecida.

Por meio destas estruturas de nós e redes que são organizados e articulados os territórios-rede produzidos por coletivos criminais ligados ao tráfico de drogas brasileiro na fronteira. Para a realização destas "pontes", torna-se necessário compreender a coligação entre as fronteiras do Paraguai-Brasil-Uruguai anteriormente apontadas, tendo em vista que as drogas ilegais que adentram o Rio Grande do Sul, advém de países como Paraguai e Colômbia, fato que se confirmou através das entrevistas realizadas.

Ao questionarmos a origem dos entorpecentes apreendidos, os entrevistados salientaram a relevância do Paraguai como principal área de entrada dos entorpecentes ilícitos no Brasil e, por consequência, no Uruguai.

R1 PC: Sim, a droga sai da Colômbia e Bolívia, passando pelo Paraná, Santa Catarina e indo até o Uruguai.

R2 PC: Sim. Grande maioria das drogas é proveniente do Paraguai.

R3 PC: Em ambos os sentidos da fronteira a droga passa através da ampla malha viária de uma fronteira seca. Informações específicas são de caráter sigiloso.

R1 PNU: Eu creio que é possível estabelecer uma rota de drogas desde o Brasil até o Uruguai. As drogas que chegam ao Chuí são provenientes de Rio Grande e Pelotas. Ambas são de origem Paraguaia. (pesquisa de campo, 2022)

Ressalta-se ainda nas entrevistas que existe o fluxo contrário (drogas que ingressam no Brasil pelo Uruguai), contudo são ínfimas quantidades e de forma esporádica, conforme destacam os entrevistados: *“R1 PNU: A única droga que desloca-se do Uruguai para o Brasil é a maconha, ou Skunk.”* (pesquisa de campo,, 2022); ou então *“R3 PC: sementes das variedades da maconhas de várias partes do mundo, estas que são vendidas nos “clubes de cannabis” uruguayos.”* (pesquisa de campo, 2022). É visto que o tráfico existente nesta lógica (Uruguai para Brasil), visa fornecer entorpecentes a nichos específicos de mercado, tendo como foco a classe média e alta brasileira.

²⁴ O tráfico de drogas como conhecemos é fruto direto da política de guerra às drogas, iniciada em 1970 pelo então presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon.

Seguindo o fluxo de maior relevância — Brasil para Uruguai — após a droga adentrar no território Uruguaio, sobressai-se como principal destino a capital Montevidéu e, em segundo plano, a cidade de Punta Del Este: *“R2 PC: [...] a maconha se destina ao consumo em todo Uruguai, e a Cocaína se destina a Punta Del Este e porto de Montevidéu (pesquisa de campo, 2022).*

Como pode ser observado, os ilícitos adentram o território uruguaio e diferenciam-se: a maconha possui como foco principal o mercado nacional; já a cocaína destina-se tanto ao mercado nacional (mais elitizado), como também a região portuária de Montevidéu, evidenciando a estruturação de uma possível rota intercontinental, tendo como destino principal a Europa.

Para melhor entender o fluxo até os municípios fronteiriços um dos entrevistados atesta que os principais coletivos criminais que atuam nas BRs em escala estadual são, respectivamente: Os Manos; Bala Na Cara; e por fim, V7. Quando foi realizada a mesma pergunta, porém com um recorte escalar mais específico, da região sul do estado do Rio Grande do Sul, o entrevistado afirmou: *R1 PRF “há uma relação entre as facções estaduais e regionais; no estado temos o avanço para região [de] pólos — mercados consumidores; no sul há dobras²⁵ entre Os Manos e os Tauras²⁶” (pesquisa de campo, 2022)*

As respostas proporcionam compreender que os territórios-rede dos coletivos atuantes na região sul não são apenas produzidos por meio de redes, mas também nas redes. Os portos como de Rio Grande e Montevideo transformam-se em chamariz devido à sua capacidade de conectar territórios distantes por meio de via hídrica, transformando-se numa plataforma de exportação (MACHADO, 2007) de determinadas substâncias, principalmente a cocaína. Para ter acesso a este importante nó logístico é necessário deslocar-se por via rodoviária (BRs), necessitando a estruturação de áreas de transbordo dos entorpecentes, tendo na fronteira do Brasil com o Uruguai áreas de interesse destes coletivos.

A disputa pelo controle de corredores acontece quando espaços estratégicos são territorializados; neste caso, o coletivo criminal que conseguir estabelecer-se regionalmente pode edificar estruturas de poder e câmbio de informações importantes

²⁵ Dobras no sentido do termo popular “dobradinha”, ou seja, sugerindo alternância entre os coletivos criminais.

²⁶ Os Tauras são destacados como o coletivo criminal que domina a região sul do Rio Grande do Sul.

para sua sobrevivência, sendo os corredores e as rotas de suma importância logística para o estabelecimento de territórios-rede não só no âmbito regional, mas também nacional e internacional.

Esta lógica de espaço-de-fluxos proposta por Machado (2003), expressa-se territorialmente na forma de territórios-rede (HAESBAERT, 2020), uma vez que, todo o processo de territorialização aqui descrito, gira em torno do domínio/controle da estrutura reticular, possibilitando conectar espaços descontínuos.

As entrevistas também possibilitam compreender a estruturação dos corredores utilizados para o transporte de entorpecentes e corroboram com a espacialização de apreensões apresentadas nas figuras 21 e 22. *R1 PRF: “BR-386 (rota vinda do Paraguai)/ BR-290/ BR-116 (capital e região)/ BR-101 (fluxo para 101 nova)”* (pesquisa de campo, 2022).

Neste sentido, Santa Vitória do Palmar apresenta aumento no ano de 2021 tanto no índice de apreensão de entorpecentes quanto de homicídios dolosos. Enquanto Chuí apresenta aumento no índice de homicídios dolosos em 2021 e queda nas apreensões do mesmo ano, após ter seu ápice em 2019. O referido município demonstra um padrão já conhecido nos estudos sobre tráfico de drogas: o aumento nos índices de homicídio centrados em execuções sumárias decorrentes do conflito interno (entre grupos) ou externo (coletivos e agentes de justiça) e, conseqüentemente, ocasionando baixa no volume traficado. No que concerne a Santa Vitória do Palmar, esta localidade apresenta aumento em ambos os índices, lógica não tão comum. Tal feito deriva do fato desta municipalidade ter sido alvo de operações da Polícia Federal, tais como Operação Hórus ou Operação Ágata.

Isto demonstra, concomitante, que existem funcionalidades diferentes para as respectivas municipalidades; enquanto Santa Vitória do Palmar é um local visado para o armazenamento de entorpecentes (JESUS, 2021), Chuí é visto como rota de passagem (RECEITA FEDERAL, 2018), ou seja, os produtos não ficam armazenados, mas permanecem na municipalidade apenas o tempo suficiente para atravessar do lado brasileiro para o lado uruguaio.

Sobre os índices de apreensão de entorpecentes terem aumentado em parte significativa dos municípios fronteiriços, os entrevistados responderam:

R1 PC: Serviço de inteligência e operacional dos órgãos responsáveis pela coibição do tráfico.

R2 PC: Sigiloso.

R3 PC: Com a legalização da maconha no Uruguai, ocorreu um aumento no fluxo de cargas vindo para o Uruguai para serem trocadas por armamentos, com intercâmbio entre facções brasileiras e uruguaias.

R4 PC: Sim, principalmente maconha, pois com a liberação do produto no Uruguai e este país não tendo a produção suficiente para este consumo, ocorre o tráfico do Brasil para o Uruguai.

R1 PNU: O aumento se deve ao aumento do tráfico de substâncias, e às poucas políticas repressivas aplicadas pelo Uruguai.

R2 PNU: Controles mais restritos por Militares em aduanas. (pesquisa de campo, 2022)

Dos seis entrevistados um preferiu manter sigilo, enquanto as demais respostas podem ser classificadas em: aqueles que acreditam que os agentes estatais estão realizando um trabalho eficiente; os que relatam um aumento no tráfico de drogas, principalmente a maconha, após a política de regularização da mesma em território nacional Uruguaio.

A ligação entre a regularização da maconha no Uruguai e o aumento de apreensões na fronteira devido a uma incapacidade de suprir a demanda merece ser ressaltada, uma vez que, traz para o debate algumas problemáticas da regularização. Hypolito (2018) ressaltava que apenas duas empresas passam na licitação para produzir maconha no país, possuindo teto para sua produção de duas toneladas por ano cada, além disto, há uma baixa distribuição de farmácias no país, impossibilitando aqueles usuários de ter acesso ao produto através da compra.

Outro fato ressaltado tanto por Hypolito (2018) quanto por Chagas (2021) é:

A recente resistência anunciada pelos bancos internacionais [...] como Santander, Itaú e Citibank declararam que encerrariam as contas que fossem ligadas à estabelecimentos que estivessem realizando transações comerciais relacionadas à maconha. (HYPOLITO, 2018. p. 61)

Não se pode diminuir a influência que este abandono por parte de agências bancárias possui, sendo responsável direto para o frear do espraiamento de farmácias ao longo do território uruguaio. Esta problemática de baixa produção, não investimento bancário, além do tráfico fornecer maconha mais barata que a regularizada, são fatores que contribuem para a crescente presença de coletivos criminais ligados ao tráfico de drogas nos municípios fronteiriços.

Quando questionados sobre o aumento nos índices de homicídios nos municípios fronteiriços, dois dos quatro integrantes da Polícia Civil relacionam tal aumento diretamente à presença do tráfico de drogas, sendo que os outros dois respondem como informação sigilosa. Um dos entrevistados aponta que existe uma vinculação entre o tráfico de drogas e armas, sendo que o agente da PNU descreve: *“o aumento dos homicídios é devido à luta para apropriação do corredor (Porto Alegre – Pelotas – Rio Grande – Chuí), não o mercado interno de drogas das cidades Chuí/Chuy.”* (pesquisa de campo, 2022).

A percepção da maioria destes agentes sobre o tráfico de drogas e o aumento nos índices aqui analisados é de relação direta. Além de reafirmar os corredores apresentados nas figuras 22 e 23 e o entendimento de cidades-gêmeas como territórios-rede de uma rota que se estrutura, os agentes destacam as variadas formas de pagamento utilizadas:

R4 PC: Sim, pois o pagamento desse tráfico de drogas Brasil – Uruguai é feito em armas.

R1 PNU: Sim, se observa o ingresso de armas para o Brasil proveniente do Uruguai. Estas funcionam como forma de pagamento pelas drogas e grande porcentagem destas armas são do exterior. (pesquisa de campo, 2022).

Quando questionados sobre o destino final destes armamentos e munições a resposta direciona principalmente para o conflito existente entre grupos variados, destacando-se não somente os em atividade no Rio Grande do Sul, mas também de outros entes federativos:

R1 PNU: Temos constatado armas do Uruguai que foram apreendidas em São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, etc. O destino principal das armas são as grandes cidades do Brasil, onde há maior tráfico de drogas.

R2 PNU: Brasil à dentro, para o crime. (pesquisa de campo, 2022).

Partindo desta perspectiva, de que armas e munições obtidas no escambo entre Brasil e Uruguai por coletivos criminais gaúchos possui como destino final não apenas municípios regionais, mas também percorrem longo caminho até o sudeste brasileiro, podemos compreender as múltiplas escalas existentes que coligam-se, as quais possuem como um dos pontos nodais a fronteira.

Quando questionados sobre o processo de integração destes grupos com os coletivos criminais da RMPA, em sua grande maioria os entrevistados apontaram que

há uma integração, tendo como característica tanto os acordos com atores locais, como também a inserção de representantes diretos:

R1 PNU: Sim. Inclusive poucos dias atrás se constatou a existência de integrantes do PCC cometendo delitos em Maldonado/UY.

R3 PC: Sim, é observada a aparição de indivíduos da RMPA. (pesquisa de campo, 2022)

Logo, as articulações em níveis distintos reforçam a existência de processos de territorialização na fronteira entre o Brasil e Uruguai de coletivos criminais externos ao local e que, por meio de uma ampla rede de ações (materiais e simbólicas), na contemporaneidade observam a fronteira como uma área de interesse.

Sobre os motivos que levam ao aumento de interesse na fronteira, os entrevistados apontaram a regularização do consumo da maconha no Uruguai como uma das motivações principais. Destaca-se que o mercado regional, ao não conseguir abastecer o consumo contrapõe-se a um excedente de demanda, o que aumenta o custo do produto no mercado interno. Neste sentido, muitos consumidores procuram no mercado ilegal (com menor custo monetário) adquirir mercadorias e, por conseguinte, elevam a demanda por maconha oriunda do Paraguai.

Mesmo frente a esta perspectiva, quando questionado acerca dos conflitos existentes entre os grupos brasileiros e uruguaios na/pela fronteira, a maioria dos entrevistados relatou que não percebem conflitos entre eles, mas sim um processo de cooperação comercial. Logo, a necessidade de integração entre os atores locais (Uruguaios) para articular a chegada dos entorpecentes ao mercado de ilícitos do Uruguai.

A fronteira então, emerge como um ponto de significativo interesse, tendo em vista que representa uma barreira a ser ultrapassada para chegar ao mercado consumidor e, ao mesmo tempo, também desponta como área de estocagem, servindo como base operacional para os grupos que, por meio da projeção das relações de poder no espaço produzem territórios-rede descontínuos espacialmente, mas fortemente integrados dentro do processo Produção-Atacado-Varejo da maconha.

5. Considerações finais

"a fronteira não tem disciplina, ela ainda precisa evoluir"²⁷ (DIAS, 2016, p. 132)

Pensar a fronteira do Brasil com o Uruguai e sua relação com o tráfico de drogas possibilita compreender como este recorte, ímpar na formação territorial da América Latina, desponta como um espaço multifacetário que envolve o legal e o ilegal em inúmeras escalas. A ideia de uma área indisciplinada por essência vincula-se a uma das principais características das fronteiras, ou seja, seu potente intercâmbio de ideias, identidades e, também mercadorias que não possuem um agente estruturador por excelência.

Podemos compreender então que o tráfico de drogas apresenta-se como uma atividade que se estrutura integrando múltiplas escalas que atravessam toda a cadeia que envolve o processo P-A-V. Neste sentido, apontamos que alguns coletivos criminais, para manter seus domínios e se expandir, produzem dinâmicas por meio de um controle espacial diverso, mas fortemente integrado.

Assim, o tráfico de drogas aproveita-se da capacidade de articulação de diferentes lógicas territoriais (zonal e reticular) para produzir uma série de territórios-rede. A partir desta análise, averiguamos que algumas localidades tornaram-se peças-chave no comando da logística que envolve a Produção e o Atacado de drogas, como as mencionadas cidades fronteiriças entre o Brasil e o Uruguai. Verificamos, então, que essas transformaram-se ao longo da história em nós de conexão de um sistema territorial que objetiva abastecer o mercado consumidor nacional e internacional.

A pesquisa apontou também que existem corredores e rotas dos entorpecentes que coligam o mercado paraguaio ao mercado uruguaio da maconha. Neste contexto, o Rio Grande do Sul faz parte desse sistema não só na figura de mercado consumidor dos entorpecentes ilícitos, mas também por intermédio da inserção de atores que representam os interesses dos coletivos criminais do estado em áreas de fronteira.

²⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora Camila Nunes Dias com um traficante atuante na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Por meio desse movimento, evidenciamos que se formam corredores e rotas que articulam os fluxos de mercadorias originárias do Paraguai para chegar a pontos de estocagem e distribuição no estado gaúcho, como as citadas BR-386, 101, 116 e 290.

No que tange a fronteira do Brasil com o Uruguai, apontamos a existência de atores diversos que articulam a cadeia do tráfico de drogas, sendo originários tanto da escala local como também de áreas externas, destacando-se os coletivos que possuem sua principal área de atuação a RMPA. Na fronteira observa-se um processo de expansão dos coletivos criminais ligadas a região metropolitana de Porto Alegre para municípios que estão além de suas áreas originais, os quais representam não somente um mercado consumidor emergente, mas também pontos de controle logísticos da distribuição dos entorpecentes. Ademais, apontamos que o componente territorial se transforma em um elemento central neste processo, o qual está atrelado a um domínio descontínuo (em termos espaciais), todavia, fortemente integrado de forma reticular pelos grupos atuantes nessa atividade no estado gaúcho.

A pesquisa de campo, em conjunto com a triangulação dos dados quantitativos e qualitativos levantados, demonstraram que estes coletivos criminais oriundos da RMPA territorializam-se nos municípios fronteiriços de forma dispare, por meio de múltiplas estratégias. Esta área então ganha importância a partir da lógica de espaços-de-fluxos proposta por Machado (2003) e expressam-se territorialmente através da produção de territórios-redes (HAESBAERT, 2020).

As entrevistas revelaram ainda que as transformações nas dinâmicas do tráfico da região vinculam-se de forma direta ao processo de regularização da maconha no Uruguai, o qual aumentou a demanda pelo produto originário no Paraguai e que transformou-se em moeda de troca para os grupos que passaram a atuar na fronteira.

Neste contexto, foi possível compreender que as características locais vinculadas às históricas rotas do contrabando e o saber local são utilizadas, fato este que evidencia o compartilhamento de saberes no processo de construção dos corredores e rotas de passagem na região de fronteira. Como já ressaltado em trabalhos de Machado (2007), o tráfico de drogas necessita do conhecimento territorial dos agentes locais, sendo que esta atividade não pode se dar ao luxo de ignorar a

vivência cotidiana daqueles que habitam certo espaço, devido à ilegalidade da prática e a necessidade de conhecer o terreno para poder articular os fluxos.

Referências bibliográficas

ABREU, Allan de. **Cocaína: A Rota Caipira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. 826 p. ISBN 978-85-01-11083-1.

ADORNO, Sérgio. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, SBS, V. 07, N. 17, p. 33-54, Set.-Dez, 2019.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Brazil: Organised crime, corruption and urban violence. *In*: ALLUM, Felia; GILMOUR, Stan. **Handbook of Organised Crime and Politics**. 1. ed. UK: Edward Elgar Pub, 2019. p. 226-241.

ALMEIDA, Letícia Núñez *et al.* **Subsistemas fronteiriços do Brasil: mercados ilegais e violência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. 388 p. ISBN 978-85-5968-330-1.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. Imprensa: Rio de Janeiro, Record, 1993. 277 p.

ARAÚJO, Fernanda Moreira. **Lojas Francas do Brasil: um estudo sobre o processo de regulamentação e implementação**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa. 2020.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. 1.ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2010. 245 p.

BRASIL. **Jurisprudência nº 70085014330, de 9 de dezembro de 2021**. Apelação. Crimes Contra a Vida. Homicídio Qualificado. Materialidade Comprovada. Ausência de indícios suficientes de autoria. Impronúncia. Decisão Mantida. Apelo desprovido. Santa Vitória do Palmar, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/1544317590/inteiro-teor-1544317602>. Acesso em: 21 set. 2022

BRASIL. **Lei n. 12.850, 2 de agosto de 2013.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei n. 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: <[http://](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.html)
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.html. Acesso em: 20 Out. 2021.

CARVALHO, Juliano Gomes de. **O Escândalo do Testemunho Carcerário: histórias de vidas nas vozes do cemitério dos vivos – Presídio de Camaquã.** – Guaíba: Sob Medida, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAGAS, Luiz Fernando Silva. **ilícito a lícito:** o que mudou no mercado após a descriminalização da cannabis na república oriental do Uruguai (2013-2020)? . 2021. 84 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2021.

CHIES, Luiz Antônio Bogo; RIVERO, Samuel Malafaia. Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 07, ed. 17, p. 155-183, 2019.

CIPRIANI, Marcelli. Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre/RS e sua manifestação atual. **Direito e Democracia:** revista do Centro de Ciências Jurídicas, Canoas, v. 17, n. 1, p. 105-130, 2016.

CIPRIANI, Marcelli. Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as “facções criminais” diante do espaço urbano. **Revista Conversas e Controvérsias**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 5-28, 2017.

CORREIO DO POVO. Preso um dos principais líderes da facção Os Manos. **Correio do Povo**, 2020. Acessado em: 17/06/2021; Disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/preso-um-dos-principais-l%C3%ADderes-da-fac%C3%A7%C3%A3o-os-manos-1.460072>

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **DO PODER DAS REDES ÀS REDES DO PODER: Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostas do Narcotráfico na metrópole de Belém-PA.** 2018. 301 p. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DIÁRIO POPULAR. <https://www.diariopopular.com.br/seguranca/operacao-cabeca-prende-seis-pessoas-no-estado-162602/>. **Diário Popular**, Rio Grande do Sul, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/seguranca/operacao-cabeca-prende-seis-pessoas-no-estado-162602/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DIAS, C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIHL, Bibiana. PF faz operação contra grupo que usava postos de combustíveis e mercados para praticar crimes financeiros. **GAÚCHAZH**, Rio Grande do Sul, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/08/pf-faz-operacao-contra-grupo-que-usava-postos-de-combustiveis-e-mercados-para-praticar-crimes-financeiros-cksg15snk0019013bwae7evax.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DORFMAN, Adriana. A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA DIANTE DA SECURITIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL. In: D. Nascimento; J. P. Rebelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2013.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: O presídio central e a história do crime organizado no RS.** 1. ed. Porto Alegre: Zero Hora Editora, 2008.

DUARTE, Tiaraju Salini; QUEIROZ, Antonio Lourence Kila. Tráfico de drogas e Territórios-rede: uma análise dos fluxos de entorpecentes ilícitos para o estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Goiano de Geografia**. No prelo.

FILIPPETTO, Rogério; APOLINARIO, M. C. B. . Máfia, crime organizado e associação criminosa: elementos para uma perspectiva brasileira. **De Jure (Belo Horizonte)**, v. 15, p. 77-115, 2017.

GAÚCHAZH. A delação que abalou o poder de uma facção criminosa de Porto Alegre. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/03/a-delacao-que-abalou-o-poder-de-uma-facciao-criminosa-de-porto-alegre-cjt8uqwbl03ag01uj90j9fq1.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

GEMELLI, Vanderleia. **As Redes do Tráfico: Drogas Ilícitas na Fronteira Brasil e Paraguai**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE. Paraná. 2013.

GEMELLI, Vanderleia; SOUZA, Edson Belo Clemente. A fronteira da ilegalidade: Brasil e Paraguai no cenário das redes das drogas ilícitas. **Revista da ANPEGE**, v. 8, p. 109-121, 2012.

GIL, Tiago Luis. **Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira**. 2002. 220 f. Dissertação (Mestrado) - História, Departamento de Programa de Pós-Graduação em História - IFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995, v. 35, n.3, p, 20-29

HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. J.,. **Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças**. Rio de Janeiro: Periódicos Universidade Federal Fluminense, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Des-Controle dos Territórios – e das Fronteiras – Num Mundo Globalizado. **Geografia em Questão**, Rondon, v. 2, n. 1, p. 56-69, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 369 p.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 23, p. 35–51, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/192>. Acesso em: 8 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate, *in*: **GEOgraphia**, ano IX, no. 17, 2007.

HYPOLITO, Laura Girardi. **A Regulação do Mercado da Maconha como Alternativa à Proibição**: um estudo do caso uruguaio. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS. Porto Alegre, 2018.

JESUS, Sidney de. Brigada Militar encontra depósito de drogas em Santa Vitória do Palmar. **Correio do Povo**, Rio Grande do Sul, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/brigada-militar-encontra-dep%C3%B3sito-de-drogas-em-santa-vit%C3%B3ria-do-palmar-1.574583>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MACHADO, Lia Osório. Região, cidades e redes ilegais: Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. *In*: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: O desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.695-707

MACHADO, Lia Osório. Ambiguidade entre o legal e o ilegal: redes de tráfico de drogas ilícitas e território. *In*: CHÁVEZ, Martha; CHECA, Martín (Org). **El Espacio en las Ciencias Sociales**. Vol.1, p. 315-327, 2013.

MACHADO, Lia Osório. Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. *In*: Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores. **Geopolítica das Drogas** - Textos Acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, p. 97-117. 2011.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, Maria Laura (org). **Continentes em Chamas**:

Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Pg. 246-284, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. Em: T.M.Strohaecker et ali. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. pp. 41-49.

MACHADO, Lia Osório. Região, fronteiras e redes ilegais: Estratégias territoriais na Amazônia sul-americana. **LIMES - Revista Italiana di Geopolitica**: Quaderni Speciali, Suplemento al n. 3, p. 173-183. 2007.

MACHADO, Lia Osório. Tráfico de drogas ilícitas y territorio: el caso de Brasil. *In*: Colectivo Maloka (ed.). **La economía de las drogas ilícitas**. Escenarios de conflictos y derechos humanos. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2009. p. 73-85.

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério, *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira – uma proposta conceitual-metodológica. *In*: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Orgs.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005

MAIA, Guilherme. Cresce a quantidade de drogas apreendidas pela BM nos últimos anos. **Brigada Militar**, Rio Grande do Sul, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/cresce-a-quantidade-de-drogas-apreendidas-pela-bm-nos-ultimos-anos>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra, A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.

MARTINS, Jonas. Delegado comenta detalhes de operação contra o tráfico de drogas na região. **Clic Portela**, Tenente Portela, 24 jul. 2018. Disponível em: <https://www.clicportela.com.br/noticia/326/delegado-comenta-detalhes-de-operao-contra-o-trfco-de-drogas-na-regio>. Acesso em: 21 set. 2022.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. Editora Paz e Terra, 2005.

MICHAELIS. Significado. *In: Coletivo*. ed. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coletivo/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

NAGEL, Luciano (2018). Policiais federais relatam vulnerabilidade e falta de agentes nas fronteiras do Brasil. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/09/02/postos-de-fronteira-do-rs.htm>. Acesso em 06 out. 2020.

OLIVEIRA, Emmanuel; MARTINS, João. Globalização e mercados transnacionais ilícitos na América Latina. **Conexão Política**, v. 3, n. 2, p. 11-26, 2014.

OLIVEIRA, Raphael Figueira Chiote Alves de. **As metamorfoses territoriais do Comando Vermelho no Complexo da Maré: uma análise do período 2000-2012 à luz do binômio território-rede**. Dissertação (Mestrado em GEOGRAFIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

POLÍCIA CIVIL. Operação Magna Ópera é deflagrada no combate a crimes de lavagem de dinheiro cometidos por organização criminosa. **Notícias**, Rio Grande do Sul, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www.pc.rs.gov.br/operacao-magna-operacao-e-deflagrada-no-combate-a-crimes-de-lavagem-de-dinheiro-cometidos-por-organizacao-criminosa>. Acesso em: 17 jun. 2022.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. PRF prende traficante com skunk e haxixe em Rio Grande. **Notícias**, Rio Grande do Sul, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/rio-grande-do-sul/prf-prende-trafficante-com-skunk-e-haxixe-em-rio-grande>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 462 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich, O solo, a sociedade e o estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP/FFLCH, v. 2, p. 93-109, 1983

RECEITA FEDERAL. Receita Federal no Chuí apreende 98Kg de maconha.

Notícias, Rio Grande do Sul, 17 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal.pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes-da-receita-federal/noticias/2018/dezembro/10a-regiao-fiscal/receita-federal-no-chui-apreende-98kg-de-maconha>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; TEODORA ENS, Romilda. AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 6, n. 19, p. p. 37-50, jul. 2006.

ROSA, Vitor. Apesar de déficit histórico, Brigada Militar tem 343 policiais cedidos para outros órgãos. **GAUCHAZH**. 2020. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/05/apesar-de-deficit-historico-brigada-militar-tem-343-policiais-cedidos-para-outros-orgaos-ck9ylkbyj007g015nalm2axs2.html>. Acesso em 06 out. 2020.

SANTOS, Gleice. **CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS EM CIDADES GÊMEAS DO MATO GROSSO DO SUL**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2016.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Justiça Federal. Operação Argus: Justiça Federal gaúcha condena 26 pessoas por tráfico internacional de drogas.

Notícia, Porto Alegre, 27 fev. 2018. Disponível em:

<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/operacao-argus-jfrs-condena-26-pessoas-por-trafico-internacional-de-drogas/>. Acesso em: 26 dez. 2021.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. 1 ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. 198 p.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. 2011.

SILVA, Robinson Brancalhão da. **GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA: ESPACIALIZAÇÃO DO CRIME E VETORES DA VIOLÊNCIA URBANA EM PORTO VELHO - RONDÔNIA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2019.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; SCHNEIDER, Lucas Porfírio. **Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 39, p. 113-28, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: Geografia: conceitos e temas*. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Tráfico de Drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. 22º Encontro Anual da **ANPOCS**, 1998. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt20/gt21-14>. Acessado em: 15/06/2021

Steiman, R.. Tendências atuais de abordagem do narcotráfico. **Boletim Drogas e Violência no Campo**, 2006.

TREZZI, Humberto. (2019a), Mercado ilegal de maconha no Uruguai cria campo de batalha na fronteira do RS. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 18/01/2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/grupo-de-investigacao/noticia/2019/01/mercado-ilegal-de-maconha-no-uruguai-cria-campo-de-batalha-na-fronteira-do-rs-cjr2c69mv01pu01pk3rnnwwan.html>. Acessado em 06/10/2020

TREZZI, Humberto. (2019b), "Estamos contendo o avanço das facções para o Interior", comenta chefe da PF no Rio Grande do Sul. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 13/11/2019. Disponível em: "Estamos contendo o avanço das facções para o Interior", comenta chefe da PF no Rio Grande do Sul | GZH (clicrbs.com.br). Acessado em 06/10/2020.

TREZZI, Humberto. (2019c) Fuzis e pistolas comprados no Uruguai foram repassados a facções e usados em 12 crimes cometidos no RS e em SC. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 20/01/2019. Disponível em: Fuzis e pistolas comprados no Uruguai foram repassados a facções e usados em 12 crimes cometidos no RS e em SC | GZH (clicrbs.com.br). Acessado em 19/02/2021.

UGEIRM. O Estado do RS tem menor efetivo de policiais civis da história. **UGEIRM**, [S. l.], p. c, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://ugeirmsindicato.com.br/estado-do-rs-tem-menor-efetivo-de-policiais-civis-da-historia/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 0.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 19 set. 2022.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 440 p.

Apêndices

Apêndice A

Questionário Segurança Pública	
1. Função dentro do sistema de segurança pública?	Polícia Uruguaya (agente), Polícia uruguaya (delegado regional), Polícia Civil (agente).
2. Seria possível estabelecer uma rota das drogas que passam pelo Chuí? Caso sim, o senhor saberia identificar a origem da droga a nível estadual e federal?	R1 PC: <i>Sim, a droga sai da Colômbia e Bolívia, passando pelo Paraná, Santa Catarina e indo até o Uruguai.</i> R2 PC: <i>Sim. Grande maioria das drogas é proveniente do Paraguai.</i> R3 PC: <i>Em ambos os sentidos da fronteira a droga passa através da ampla malha viária de uma fronteira seca. Informações específicas são de caráter sigiloso.</i> R1 PNU: <i>Eu creio que é possível estabelecer uma rota de drogas desde o Brasil até o Uruguai. As drogas que chegam ao Chuí são provenientes de Rio grande e Pelotas. Ambas são de origem Paraguaia.</i>
3. O senhor saberia identificar o destino das drogas no Uruguai?	R1 PC: <i>O tráfico internacional é atribuição da PF.</i> R2 PC: <i>Na maioria dos casos, a maconha se destina ao consumo em todo Uruguai, e a Cocaína se destina a Punta Del Este e porto de Montevideo.</i> R3 PC: <i>Basicamente, é destinada a Montevideo, onde depois é distribuída.</i> R1 PNU: <i>A maioria da droga tem como destino a capital do país, Montevideo.</i> R2 PNU: <i>O destino da droga seria Montevideo.</i>
4. Na sua experiência, existe o movimento de entrada de drogas oriundas do Uruguai para o Brasil?	R1 PC: <i>O tráfico internacional é atribuição da PF.</i> R2 PC: <i>Não.</i> R3 PC: <i>Existe em pouca quantidade, sementes das variedades da maconhas de várias partes do mundo, estas que são vendidas nos "clubes de cannabis" uruguaios.</i> R4 PC: <i>Sim, mas pouca quantidade.</i> R1 PNU: <i>A única droga que vai do Uruguai para o Brasil é a maconha, ou Skunk.</i> R2 PNU: <i>As drogas são mais provenientes do Brasil do que do Uruguai.</i>
5. Qual entorpecente mais apreendido na região?	R1 PC: <i>Pela Polícia Civil, maconha.</i> R2 PC: <i>Maconha.</i> R3 PC: <i>Primeiro a maconha, depois o crack.</i> R4 PC: <i>Maconha.</i> R1 PNU: <i>Na região, maconha, ocupa em torno de 80% das drogas apreendidas.</i> R2 PNU: <i>Maconha e pasta base, cocaína muito pouco.</i>
6. Segundo dados da SSP/RS, existe um aumento do número de homicídios dolosos na fronteira, na sua perspectiva, qual o motivo deste aumento?	R1 PC: <i>Uma série de motivos, dos quais, obviamente, o envolvimento com o tráfico de drogas.</i> R2 PC: <i>Sigiloso.</i> R3 PC: <i>Houve um aumento nos homicídios em 2018, depois diminuiu a incidência.</i> R4 PC: <i>Sim, briga pelos pontos do tráfico.</i> R1 PNU: <i>O aumento dos homicídios é devido à luta para apropriação do corredor (Porto Alegre – Pelotas – Rio Grande – Chuí), não o mercado interno de drogas das cidades Chuí/Chuy.</i> R2 PNU: <i>A maioria dos homicídios são por drogas e armas.</i>
7. Segundo dados da SSP/RS, existe um aumento no número de apreensões de drogas na fronteira; na sua perspectiva, qual o motivo deste aumento?	R1 PC: <i>Serviço de inteligência e operacional dos órgãos responsáveis pela coibição do tráfico.</i>

<p>R2 PC: <i>Sigiloso.</i></p> <p>R3 PC: <i>Com a legalização da maconha no Uruguai, ocorreu um aumento no fluxo de cargas vindo para o Uruguai para serem trocadas por armamentos, com intercâmbio entre facções brasileiras e uruguaias.</i></p> <p>R4 PC: <i>Sim, principalmente maconha, pois com a liberação do produto no Uruguai e este país não tendo a produção suficiente para este consumo, ocorre o tráfico do Brasil para o Uruguai.</i></p> <p>R1 PNU: <i>O aumento se deve ao aumento do tráfico de substâncias, e às poucas políticas repressivas aplicadas pelo Uruguai.</i></p> <p>R2 PNU: <i>Controles mais restritos por Militares em aduanas.</i></p>
<p>8. As estatísticas de aumento de apreensões baseiam-se em duas possibilidades: a primeira é o aumento de ação efetiva dos órgãos de segurança pública; e a segunda relaciona-se com o aumento do tráfico de drogas e por isso ocorrem mais apreensões. Na sua perspectiva, qual seria a motivação?</p> <p>R1 PC: <i>Obviamente ambos fatores influenciaram no aumento das apreensões, porém o mais relevante é o aumento de ação efetiva dos órgãos de segurança pública.</i></p> <p>R2 PC: <i>Sigiloso.</i></p> <p>R3 PC: <i>O aumento do tráfico, com transporte de cargas maiores foi o que influenciou o aumento das apreensões.</i></p> <p>R4 PC: <i>O consumo, e o aumento deste.</i></p> <p>R1 PNU: <i>Na minha perspectiva, ao aumento do tráfico.</i></p>
<p>9. Em reportagem veiculada pelo jornal Zero Hora, apresenta-se que existe uma significativa entrada de armas e munição para o Brasil oriundas do Uruguai. O senhor consegue observar este movimento na fronteira do Chuí?</p> <p>R1 PC: <i>A referida entrada de armas e munições configura tráfico internacional de armas, crime também atribuído à PF. É relativamente recorrente a apreensão de armas e munições de procedência estrangeira pelos órgãos de segurança pública dos municípios de SVP e Chuí.</i></p> <p>R2 PC: <i>Sigiloso.</i></p> <p>R3 PC: <i>Sim, existe.</i></p> <p>R4 PC: <i>Sim, pois o pagamento desse tráfico de drogas Brasil – Uruguai é feito em armas.</i></p> <p>R1 PNU: <i>Sim, se observa o ingresso de armas para o Brasil proveniente do Uruguai. Estas funcionam como forma de pagamento pelas drogas e grande porcentagem destas armas são do exterior.</i></p> <p>R2 PNU: <i>Sim, mais fácil e barato conseguir armamento no Uruguai.</i></p>
<p>10. Caso sim, em sua análise estas armas e munições possuem qual destino?</p> <p>R1 PC: <i>Possuem destinos os mais diversos.</i></p> <p>R2 PC: <i>Sigiloso.</i></p> <p>R3 PC: <i>Em quase sua totalidade, se destinam às facções.</i></p> <p>R4 PC: <i>Rio de Janeiro.</i></p> <p>R1 PNU: <i>Temos constatado armas do Uruguai que foram apreendidas em São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, etc. O destino principal das armas são as grandes cidades do Brasil, onde há maior tráfico de drogas.</i></p> <p>R2 PNU: <i>Brasil a dentro, para o crime.</i></p>
<p>11. No que tange ao tráfico de drogas no Chuí, os sujeitos que lideram esta prática são oriundos da região?</p> <p>R1 PC: <i>Sim.</i></p> <p>R2 PC: <i>Sigiloso.</i></p> <p>R3 PC: <i>Sim, e Uruguaios.</i></p> <p>R4 PC: <i>Na maioria, sim.</i></p>

<p>R1 PNU: <i>Sim.</i> R2 PNU: <i>Sim.</i></p>
<p>12. Caso sim, na sua análise existe a integração entre estes sujeitos com facções oriundas da RMPA? R1 PC: <i>Sigiloso.</i> R2 PC: <i>Sigiloso.</i> R3 PC: <i>Sim, existe.</i> R4 PC: <i>Sim.</i> R1 PNU: <i>Sim, existe.</i> R2 PNU: <i>Na parte comercial, sim</i></p>
<p>13. O senhor observa no cotidiano da fronteira do Chuí a chegada de facções oriundas da RMPA ou fora do Estado? R1 PC: <i>Sigiloso.</i> R2 PC: <i>Sigiloso.</i> R3 PC: <i>Sim, é observada a aparição de indivíduos da RMPA.</i> R4 PC: <i>Sim.</i> R1 PNU: <i>Sim. Inclusive poucos dias atrás se constatou a existência de integrantes do PCC cometendo delitos em Maldonado/UY.</i> R2 PNU: <i>Difícil não conhecer integrantes de diversas facções.</i></p>
<p>14. Na sua perspectiva existem conflitos envolvendo facções Uruguaias e Brasileiras pelo domínio da fronteira? R1 PC: <i>Desconheço a existência de tais conflitos.</i> R2 PC: <i>Sigiloso.</i> R3 PC: <i>Não, apenas intercâmbio.</i> R4 PC: <i>Sim.</i> R1 PNU: <i>Entre BR e UY não.</i></p>
<p>15. O senhor saberia identificar os agentes envolvidos com o contrabando? Seriam jovens, desempregados, trabalhadores rurais, etc. R1 PC: <i>Não, atribuição é da RF e PF.</i> R2 PC: <i>Sigiloso.</i> R3 PC: <i>São desempregados e comerciantes ambulantes (camelôs).</i> R4 PC: <i>Não.</i> R1 PNU: <i>Grandes comerciantes.</i> R2 PNU: <i>Jovens desempregados e consumidores.</i></p>
<p>16. O senhor acredita que o aumento do tráfico de drogas para o Uruguai está relacionado com o processo de regularização da maconha? R1 PC: <i>Não tenho conhecimento suficiente para opinar sobre a regularização da maconha no UY.</i> R2 PC: <i>Sim.</i> R3 PC: <i>Sim, o usuário uruguaio compra 40 gramas de maconha para consumir em um mês, compra por fora, no traficante, mas a quilo, e passa o mês fumando direto, alegando que está consumindo sua porção mensal de 40gr.</i> R1 PNU: <i>Totalmente de acordo, este é um ponto dos motivos do aumento de entrada de drogas no Uruguai.</i></p>
<p>17. Existe uma integração no que tange as ações voltadas ao tráfico de drogas da Polícia Civil e Brigada Militar na fronteira? Caso a resposta tenha sido sim, o senhor poderia dar exemplos? R1 PC: <i>No âmbito da DP local, não.</i> R2 PC: <i>Não tenho conhecimento.</i> R3 PC: <i>Não existe integração, mas existe troca de informações, assim como a Polícia Uruguia também.</i></p>

<p>R4 PC: <i>Sim, tanto a PC quanto a BM, sempre trabalham em conjunto.</i></p> <p>R1 PNU: <i>Sim, tem uma integração informal entre a BM, PC e Federal, com a Polícia Uruguia.</i></p>
<p>18. Existe uma integração no que tange as ações voltadas ao tráfico de drogas da PC e da PF na fronteira? Caso a resposta tenha sido sim, o senhor poderia dar exemplos?</p> <p>R1 PC: <i>No âmbito da DP local, não.</i></p> <p>R2 PC: <i>Não tenho conhecimento.</i></p> <p>R3 PC: <i>Não, somente troca de informações.</i></p> <p>R4 PC: <i>Sim, trabalhamos em conjunto.</i></p> <p>R1 PNU: <i>Como citado anteriormente, há uma integração das Polícias.</i></p>
<p>19. Existe a cooperação entre as forças de segurança pública no Brasil (BM, PC e PF), com a polícia do Uruguai na região do Chuí? Caso a resposta tenha sido sim, o senhor poderia dar exemplos?</p> <p>R1 PC: <i>Existe uma política da boa vizinhança mantida pelo relacionamento pessoal entre os agentes que colaboram mutuamente.</i></p> <p>R2 PC: <i>Não tenho conhecimento.</i></p> <p>R3 PC: <i>Sim. Na localização de veículos roubados e clonados que são trazidos para o Uruguai, na localização de foragidos e “movimentações do tráfico”, são monitoradas com troca de informações.</i></p> <p>R4 PC: <i>Sim, trabalhamos em conjunto.</i></p> <p>R1 PNU: <i>Sim, existe. Uruguai e Brasil tem um acordo de cooperação policial para as investigações destes delitos em zona de fronteira, que no Uruguai é a Lei 18.157.</i></p> <p>R2 PNU: <i>Não há um trabalho extenso e de procedimentos em conjuntos como deveriam haver.</i></p>
<p>20. No que tange ao efetivo policial, o senhor considera esse adequado para o monitoramento da fronteira? Sim ou não, explique.</p> <p>R1 PC: <i>Inadequado, até porque o efetivo dos órgão da segurança pública também tem atribuição de coibir os demais crimes não mencionados com o monitoramento de fronteira. Considero a ausência das forças armadas o maior problema para a permeabilidade da fronteira Chuí/Chuy.</i></p> <p>R2 PC: <i>Absolutamente não! Principal obstáculo é a falta de material humano, seguido de equipamentos, etc.</i></p> <p>R3 PC: <i>Não, três agentes é um número mínimo.</i></p> <p>R4 PC: <i>Não, tanto PC, BM e PF estão longe de possuir um efetivo adequado.</i></p> <p>R1 PNU: <i>É muito pouca quantidade de policiais para o volume de trabalho que é vinculado ao tráfico de drogas.</i></p> <p>R2 PNU: <i>No meu ponto de vista, deveria haver mais agentes para poder trabalhar, atualmente tem turnos de 3 ou 4 agentes, onde deveria haver no mínimo 8 agentes por turno.</i></p>

AMÉRICA
↓

Cocaína MORTE DO BRASIL / e PARAGUAI

Crack _____

OS COM
DE PARAGUAI
OU
LARGO
PARAGUAI

3. Conseguiria apontar os principais destinos dos seguintes entorpecentes apreendidos no estado:

Maconha _____

Cocaína _____

Crack _____

→ (RMBR) → COCAÍNAS
RESERVAS
→ LOCAL

SEGUIR UM
FLUXO

MORTES PARAGUAI

COCAÍNA MORTE DO PAÍS
REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE SUL

4. Para além da Região Metropolitana de Porto Alegre e municípios maiores, o senhor identifica algum ponto de interesse do tráfico de drogas na atualidade?

RMBR → CENTROS URBANOS → CENTROS LOCAIS

PONTOS DE INTERESSE

- * MELHORES REGIÕES (Polo)
- * FRONTEIRA BR/UR
- * PONTOS → RIO GRANDE & MONTEVIDEO

5. É possível afirmar que o estado do Rio Grande do Sul transforma-se na atualidade num corredor de exportação de entorpecentes?

Sim (X)

Não ()

6. Caso a resposta anterior seja sim, poderia apontar o motivo?

DUAS ESTRUTURAS

RIO GRANDE POLÍCIA → MONTEVIDEO → MAÇONIA → MERCADO URBANO

COCAÍNA → REGIÃO PORTUÁRIA

7. Na sua perspectiva qual seria a motivação para aumento no número de apreensões de entorpecentes no estado?

→ TRABALHO DIRECIONADO / ESTRUTURAS

PRF

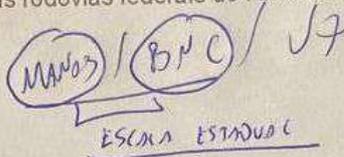
- CRIAR DE SEGURANÇA
- ↑ DO CÍVIL SOCIAL
- NOVAS PERCEPÇÕES SOBRE OS ANTIGOS CENTROS
- POSSÍVEIS MARCHAS CONSULTAS → UNICOM

TAUNAS

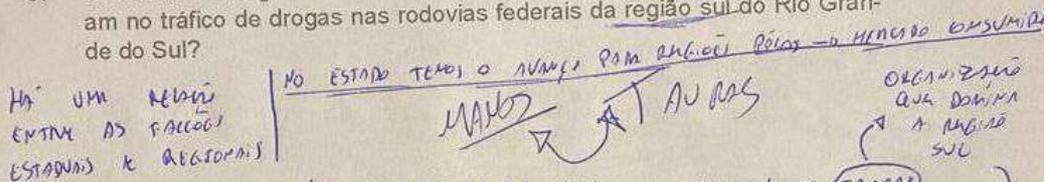
↓
+ FLUXO

- PONTOS DE INTERESSE

8. O senhor conseguiria identificar quais os grupos (facções) principais atuam no tráfico de drogas nas rodovias federais do Rio Grande do Sul?

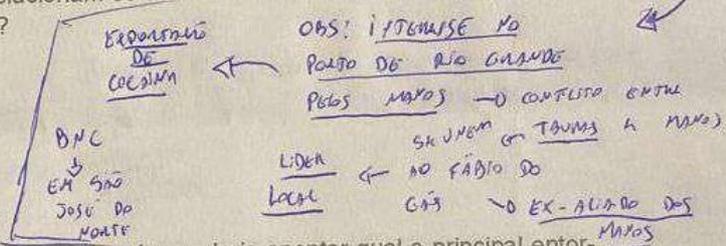


9. O senhor conseguiria identificar quais os grupos (facções) principais atuam no tráfico de drogas nas rodovias federais da região sul do Rio Grande do Sul?



10. O senhor consegue identificar se algumas apreensões nas rodovias federais na região sul relacionam-se com o movimento de exportação de drogas para o Uruguai?

Sim
Não

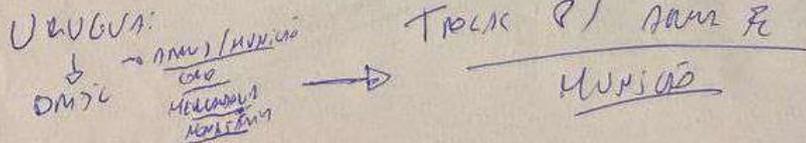


11. Caso a resposta anterior seja sim, poderia apontar qual o principal entorpecente apreendido que destina-se ao Uruguai?

- Maconha Éxtase
 - Cocaína Heroína
 - Crack
 - Outros _____
- MOITRU. EXPORT.

12. O senhor poderia identificar se existem trocas de mercadorias entre grupos criminais brasileiros e uruguaios?

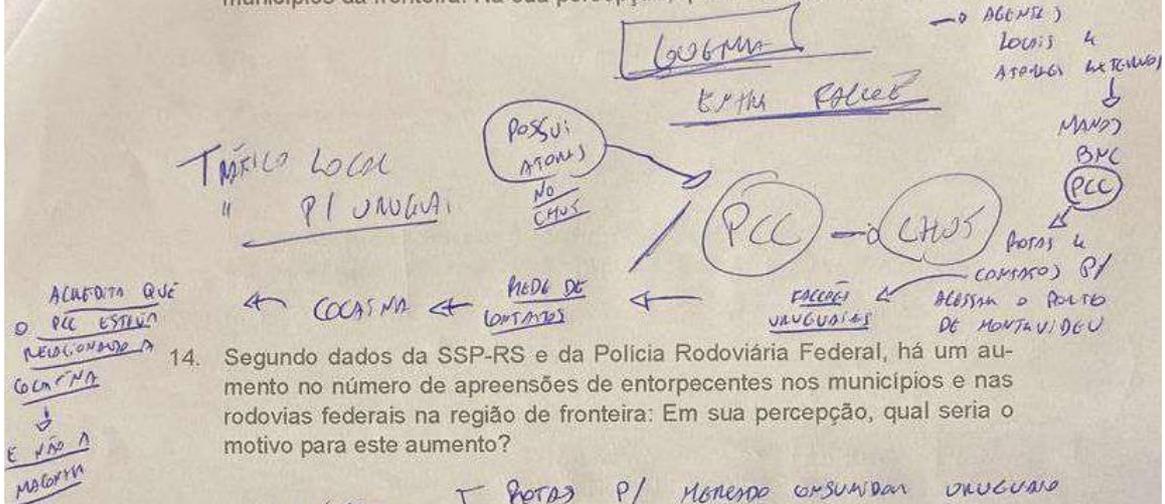
* ENTRADA DE MANGA DO COLÔNIA MAIOR PELA PORTA DE MONTIVIDEU



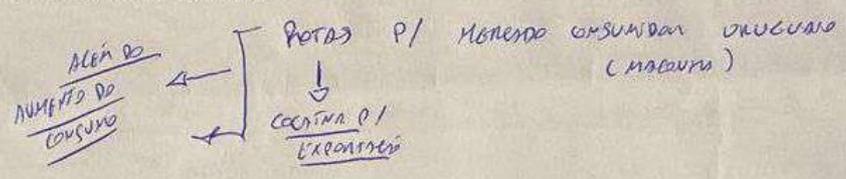
* ELA ACREDITA QUE A FRONTIeira CARACTERIZA-SE COMO EXAMEN ENTORPECENTES
ENTRADA -> P/ MONTIVIDEU -> MANGA E PORTA MONTIVIDEU -> COCAINA

(CHUS) - o PCC

13. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), existe um aumento no número de homicídio dolosos nos municípios da fronteira. Na sua percepção, qual o motivo desse aumento?



14. Segundo dados da SSP-RS e da Polícia Rodoviária Federal, há um aumento no número de apreensões de entorpecentes nos municípios e nas rodovias federais na região de fronteira: Em sua percepção, qual seria o motivo para este aumento?



15. Na sua perspectiva existem conflitos envolvendo diferentes grupos (facções) pelo domínio da fronteira do Brasil com o Uruguai? Se sim, conseguiria identificar estas facções?

Sim
 Não
 Porque _____

MANSO / PCC / TÁFILA / BKC

ESTABELECIAMENTO DE DATA -> VOTOS MONTAVIDEU -> ACESSO A + ALMOS

MALCONHA -> A PCC -> URUGUAI

16. Você acredita que o aumento do tráfico de drogas para o Uruguai está relacionado com o processo de regularização da cannabis?

Sim

Não

Porque

NOV. BRASIL - URUGUAI

RELATÓRIO:

- V. ALONSO
- A. M. D. D. D.
↳ BRASIL
↳ MEXICO

17. No que tange ao efetivo da Polícia Rodoviária Federal, você considera ele adequado para o monitoramento das rodovias que integram a fronteira?

Sim

Não

Porque

FALTA DE CONCURSO

POCO EFETIVO DA
PRE E UMA GRANDE
EXTENSÃO TERRITORIAL
DAS RODOVIAS QUE INTEGRAM
A FRONTEIRA

OBS → NOVAS ESTRATEGIAS DE TRANSITO P/ O ABASTECIMENTO
REGIONAL → BRASIL COM

POUNTOS <
RG → NOVO PONTOS
MONT. DO TRAFICO BRASILEIRO